



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

FÁBIO LUIZ ZENERATTI

**O ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO COPAVI:
CONTRADIÇÕES E AVANÇOS NO PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

Londrina
2012

FÁBIO LUIZ ZENERATTI

**O ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO COPAVI:
CONTRADIÇÕES E AVANÇOS NO PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, como critério de avaliação parcial do curso de Mestrado em Geografia, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr. Eliane Tomiasi Paulino

Londrina
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Z54a Zeneratti, Fábio Luiz.

O assentamento rural coletivo COPAVI : contradições e avanços no
processo de territorialização camponesa / Fábio Luiz Zeneratti. –
Londrina, 2012.
159 f. : il.

Orientador: Eliane Tomiasi Paulino.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2012.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Cooperativismo – Teses. 3. Reforma
agrária – Teses. 4. Assentamentos rurais – Teses. 5. Movimentos sociais
rurais – Teses. 6. Conflito social – Teses. 7. Cooperativas agrícolas.
I. Paulino, Eliane Tomiasi. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDU 911.3::631

FÁBIO LUIZ ZENERATTI

**O ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO COPAVI:
CONTRADIÇÕES E AVANÇOS NO PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, como critério de avaliação parcial do curso de Mestrado em Geografia, para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dr. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina

Profº Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina

Profº Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Universidade Estadual Paulista
UNESP/Presidente Prudente - SP

Londrina, 25 de Junho de 2012.

*Dedico integralmente este trabalho à minha companheira Gabriella.
Que soube me apoiar nos momentos mais difíceis.
E principalmente me ajudou a compreender a
importância deste projeto na minha vida.
A você serei eternamente grato.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente não poderia deixar de agradecer a minha família, base que sustenta qualquer projeto. Minha esposa Gabriella, amiga, companheira e motivadora, meus filhos Marco Antonio e Maria Luiza, que mesmo sem saberem sempre foram a força necessária para que eu continuasse este projeto.

A professora Eliane Tomiasi Paulino que foi mais que orientadora, foi um exemplo de vida, de pessoa e de profissional. Obrigado por contribuir nesta caminhada acadêmica, balizada por seu conhecimento sólido e crítico. Não é exagero afirmar que está no lugar certo.

A professora Ideni Terezinha Antonello que assumiu a responsabilidade de co-orientar este trabalho, contribuindo decisivamente para sua conclusão.

Ao meu pai, Luiz Carlos, a minha mãe, Cida, e a minha irmã, Francielly, que me apoiaram na luta para estudar, seja ainda criança quando as horas de ônibus do sítio até a cidade eram extremamente longas ou no momento que decidi sair de casa para enfrentar a cidade grande e a universidade, etapas diferentes, mas sempre com o mesmo apoio.

Aos meus amigos Ricardo Lopes, Fabiano, David, Tiago, Pedro, Ricardo Peres, Nilvani, Ricardo Rafael, Daniel, Waldir, Adilson, Fábio, Elizangela, Carol e Hermes que de alguma forma contribuíram nesta jornada, alguns de longe outros de perto, porém, sempre presentes.

Por fim aos cooperados da COPAVI, pois sem sua acessibilidade esta caminhada teria sido ainda mais difícil.

Na verdade a questão agrária engole a
todos e a tudo, quem sabe e quem não
sabe, quem vê e quem não vê, quem
quer e quem não quer.

José de Souza Martins

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa.** 2012. 159f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

As reflexões contidas neste trabalho se inserem no debate sobre a pertinência da reforma agrária no contexto da elevada concentração fundiária brasileira, tendo como recorte empírico a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), uma experiência de assentamento rural fundada no trabalho coletivo sob uma modalidade de cooperativismo que alcançou êxito em poucas experiências, posto que a maioria dos assentados, ao alcançarem o acesso à terra, tendem a explorá-la individualmente. Longe de se ocupar da oposição que frequentemente é invocada para indagar qual é o melhor modelo de assentamento, o coletivo ou o individual, o que o trabalho procura evidenciar é que o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro possibilitou que a propriedade da terra se mantivesse sob controle de uma pequena parcela da população, com isso, a luta pela reforma agrária ganhou importância e representatividade. Os movimentos sociais foram os maiores responsáveis pela espacialização e territorialização da luta pela terra, a partir disso emergiram formas alternativas de produção nos assentamentos, elas estão possibilitando a concretização da reforma agrária, guardadas as especificidades do grupo organizado bem como a Geografia do local onde estão inseridos. No caso em questão, foi possível observar que o cooperativismo é um importante mecanismo para evitar que a renda da terra camponesa seja apropriada pelo capital, sobretudo possibilitando aos cooperados a inserção no mercado sem a intermediação do capital industrial ou comercial. Para isso contribui a estratégia da policultura, mediante a qual se produz uma parte dos gêneros necessários à sobrevivência das famílias, reduzindo-se a dependência externa. A divisão do trabalho no interior do assentamento revela uma lógica que lembra a organização empresarial, embora contraditoriamente esteja integrada à lógica de trabalho camponês. Se para os cooperados de origem camponesa a lógica de trabalho empresarial é fator limitante para sua permanência no assentamento, pois não permite florescer seu *Habitus* camponês, para os trabalhadores passíveis de serem associados à tradição proletária, o problema é justamente vislumbrar tarefas a cumprir para além do que a dimensão contratual de sua condição proletária pretérita significava, pois a dedicação e a doação para com o assentamento, muitas vezes aumentando a intensidade e o tempo de trabalho, se apresentam como fatores determinantes para a permanência na cooperativa. Sendo assim, a necessária ruptura parcial seja com a tradição camponesa, seja com a tradição proletária, tem influenciado na decisão de desistirem ou permanecerem. Isso explica, em parte, a significativa rotatividade das famílias: desde a fundação, cerca de 40 famílias já passaram pela cooperativa, restando apenas seis das 16 inicialmente assentadas. Portanto, a dinâmica interna da COPAVI se situa numa posição ambígua, com ingredientes da lógica empresarial de gestão e da lógica camponesa de produção, possibilitando a convergência de trabalhadores distintos segundo uma perspectiva de classe. Sendo assim, a COPAVI resiste ao longo do tempo como resultado destas contradições, que ora se apresentam como fatores desagregadores ao trabalho coletivo, ora se apresentam como estratégias de resistência e fortalecimento.

Palavras-chave: Concentração fundiária. Reforma agrária. Cooperativismo. Assentamento. COPAVI.

ZENERATTI, F. L. **The rural settlement collective COPAVI: contradictions and advance in the process of territorialization peasant.** 2012. 159f. Master's Thesis (post-graduate studies in Geography) State University of Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The reflections contained in this work are part of the debate about the relevance of the agrarian reform in the context of high concentration brazilian land, with a focus on Agricultural Production Cooperative of Victoria (COPAVI), an experience of rural settlement founded in collective work under a modality of unionism that has achieved success in a few experiments, since the majority of settlers, to achieve access to land, tend to exploit it individually. Far from occupying with the opposition which is often call to ask what is the best model of settlement, the collective or individual, that the work seeks to highlight is that the model of capitalist development brazilian allowed that the ownership of the land remained under the control of a small portion of the population, with this, the struggle for agrarian reform has gained importance and representativeness. The social movements were the main responsible for spatialization and territorialization of the struggle for land, from addition emerged alternative forms of production in settlements, they are allowing the implementation of agrarian reform, kept the specificities of organized group as well as the Geography of the place where they are inserted. In the case in question, it was possible to observe that the cooperativity is an important mechanism to prevent the rent of land peasant is appropriate by capital, especially allowing for cooperative members to insert on the market without the intermediation of capital industrial or commercial. This has contributed to the strategy of polyculture, which is produces a part of food necessary for the survival of families, reducing the external dependency. The division of labor inside the settlement shows a logic that recalls the business organization, although, contradictorily is integrated to the logic of peasant labor. If for the members of peasant to the logic of business work is an essential factor for their stay in settlement, because it does not flourish their *Habitus* peasant, for workers likely to be associated with the proletarian tradition, the problem is precisely glimpse tasks to fulfill beyond what the contractual dimension of their condition significant proletarian, because the dedication and the donation to the settlement, often increasing the intensity and the time of work, present as determining factors for permanence in the cooperative. Then, the required partial rupture is with the peasant tradition, is with the proletarian tradition, has influenced in decision to give up or to remain. This explains, in part, to significant turnover of families, since the foundation, about forty families have passed by the cooperative, leaving only six of the sixteen initially settled. Therefore, the internal dynamics of COPAVI is located in an ambiguous position, with ingredients of business logic of management and the logic of peasant production, enabling the convergence of different workers second a class perspective. Therefore, the COPAVI resists over time as a result of these contradictions, which sometimes present as disruptive factors to the collective work, sometimes present as strategies of resistance and strengthening.

Key words: Land concentration. Agrarian Reform. Cooperativism. Settlement. COPAVI.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A luta e a conquista da terra no Brasil por período presidencial	45
Gráfico 2 – Número de famílias assentadas em áreas obtidas de 1985 a 2010.	50
Gráfico 3 – Número de áreas obtidas de 1985 a 2010.....	51
Gráfico 4 – Postos de trabalho e área agrícola do país em 2006.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários	35
Tabela 2 –	Estrutura fundiária brasileira.	36
Tabela 3 –	Reclassificação dos dados de reforma agrária do governo Lula de 2003 a 2006.	48
Tabela 4 –	Estrutura fundiária do Paraná.	64
Tabela 5 –	Assentamentos rurais na mesorregião Noroeste do Paraná, 2011.	70
Tabela 6 –	Produção de cana de açúcar no Paraná por núcleo regional, 2012.	75
Tabela 7 –	Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola em 2009, município de Paranacity..	76
Tabela 8 –	Cooperativas dos assentamentos do estado do Paraná.	97
Tabela 9 –	Destino da produção de leite e valores praticados	117
Tabela 10 –	Produção média da COPAVI e respectiva destinação.....	119
Tabela 11 –	Perfil dos assentados entrevistados por situação do domicílio e existência de serviços e bens duráveis.....	128
Tabela 12 –	Ocupação anterior dos assentados	139

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Uso da terra no Brasil, 2006	37
Figura 2 –	Região Norte do Paraná e suas subdivisões	59
Figura 3 –	Área de terras adquiridas pela CTNP.	61
Figura 4 –	Localização geográfica da COPAVI.....	72
Figura 5 –	Sistema cooperativista dos assentados.....	95
Figura 6 –	Croqui do ordenamento territorial da COPAVI.....	105
Figura 7 –	Casa em boas condições estruturais e estéticas.....	106
Figura 8 –	Casa em condições precárias.....	107
Figura 9 –	Rua da agrovila.....	108
Figura 10 –	Setor canavieiro (agroindústria)	112
Figura 11 –	Croqui do uso do solo na COPAVI.....	114
Figura 12 –	Instalações da ordenha mecânica da COPAVI.....	115
Figura 13 –	Setor de horta, produção agroecológica	120
Figura 14 –	Preparação do Almoço	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativas de Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DERAL	Departamento de Economia Rural do Paraná
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
UDR	União Democrática Ruralista
UNASCO	União Nacional de Cooperativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A QUESTÃO AGRÁRIA: DO GERAL AO PARTICULAR.....	19
1.1 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	20
1.2 MUDAR PARA MANTER: DO FIM DO TRABALHO ESCRAVO À TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL	26
1.3 A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E O CARÁTER RENTISTA DO CAPITALISMO BRASILEIRO	33
1.4 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	39
1.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O CASO DO MST.....	52
1.6 PARANÁ: COLONIZAÇÃO, CONFLITOS E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	56
1.7 PARANACITY NO CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	71
2 O COOPERATIVISMO: INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	79
2.1 PRINCÍPIOS E PROPOSTAS DO COOPERATIVISMO.....	80
2.2 COOPERATIVISMO BRASILEIRO.....	86
2.3 AS COOPERATIVAS DO MST	93
3 O COOPERATIVISMO NA COPAVI: LUTA E REPRODUÇÃO SOCIAL	99
3.1 O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA NA COPAVI	100
3.2 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA COPAVI: A LÓGICA ORGANIZATIVA	104
3.3 Os Sujeitos da COPAVI: Contradições, Limites e Possibilidades para a Resistência do Assentamento Coletivo.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

No campo as relações sociais de trabalho e as condições jurídicas de controle do território foram sendo moldadas ao longo do tempo, produzindo e modificando o espaço. Desde o mercantilismo as bases territoriais da produção foram ordenadas segundo a ordem capitalista, fundada na acumulação ampliada em favor de uma minoria, que já começara a acumular antes mesmo da produção propriamente dita, por meio do comércio humano.

Paradoxalmente, o fim do trabalho escravo não significou o fim da escravidão, a Lei de Terras não possibilitou a democratização do acesso, o desenvolvimento capitalista não colocou em lados opostos os industriais e os proprietários de terras, contradições essas que fazem a nossa história destoar do padrão clássico da evolução capitalista.

Este trabalho se inscreve neste debate, primeiramente aborda a questão agrária brasileira a partir de marcos espaciais e temporais da transição para o trabalho livre, destacando o fim das sesmarias e a criação da Lei de Terras como fatores complementares no percurso para a consolidação do poder da oligarquia nos termos hoje conhecidos, pois a conversão da terra em mercadoria a tornou mais que sinônimo de poder, constituindo-se em investimento seguro para especuladores que multiplicam seus ganhos com esse bem, seja na forma de reserva patrimonial ou reserva de valor.

Neste sentido, segundo Oliveira (2007) a sociedade como um todo acaba pagando um tributo aos proprietários, que por manterem o monopólio das terras agrícolas auferem renda mesmo sem produzir.

Os dados do último censo agropecuário realizado em 2006 mostram que o solo agrícola segue concentrado nas mãos de poucos, uma vez que quase 50% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de apenas 2,36% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000 hectares ocupam uma área de 44,42% do total, mesmo representando apenas 0,91% dos estabelecimentos. Enquanto uns visam à produção comercial para atender ao mercado interno e externo, outros adquirem terras para fins especulatórios ou para conseguirem vantagens financeiras e políticas, opções essas que não são mutuamente excludentes.

A concentração fundiária como fundamento do modelo de agricultura adotado, que encontra viabilidade diante da dimensão das áreas cultivadas, coloca em lados opostos os camponeses, que assumem importante parcela da responsabilidade de produzir alimentos baratos para abastecer os centros urbanos.

Isso em um contexto conflituoso que foi se tornando mais agudo ao longo do tempo, a ponto de na segunda metade do século XX os camponeses explorados e expropriados encontrarem forças para lutar por meio da organização em movimentos sociais, apoiados por setores da igreja católica, sindicatos e partidos políticos. Esta organização faz florescer no campo diversos pontos de conflitos e o Estado passa a atuar com a intenção de apenas aliviar as tensões, numa clara política de “apagar incêndios”.

Entre os movimentos sociais nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que com diversas formas de lutas chama a atenção para a relevância da reforma agrária. Após a redemocratização do país a reforma agrária segue na pauta do Estado, mesmo que secundariamente, a partir da intervenção dos movimentos sociais. Segundo Fernandes (1996) é por meio da ocupação de terra que o MST abre possibilidades para a territorialização da luta pela terra, que posteriormente será concretizada com a formação dos assentamentos.

Porém, os resultados são sempre colocados à prova, priorizam-se os resultados econômicos dos assentamentos em oposição ao socioeconômico, desconsidera-se o papel da reforma agrária para uma transformação estrutural do modelo concentracionista da terra no país.

Apesar disso, os camponeses que conquistaram a terra por meio de tais lutas têm buscado estratégias para produzir e viver na terra, entre as quais os assentamentos coletivos, um dos quais se constitui no recorte empírico desse trabalho. Por isso, no segundo capítulo tratamos das características do cooperativismo, buscando estabelecer uma correlação entre a proposta clássica e as especificidades brasileiras. Para Schneider (1971) mesmo a proposta cooperativista tendo surgido com o propósito de superação das mazelas do sistema capitalista, nos países de estrutura capitalista ele acabou incorporado pela dinâmica de expansão do capital, o que inviabilizou uma possível transformação total da sociedade.

No Brasil coexistem modelos distintos de cooperativas, que embora sejam balizadas pelas mesmas leis, apresentam conteúdos ideológicos distintos. De um lado, estão as cooperativas empresariais que se expandiram pelo campo como

intermediárias na transferência de tecnologias durante o processo de modernização conservadora. Atualmente ainda atuam inseridas na dinâmica capitalista, não rompendo com a dominação e a subordinação dos trabalhadores ao capital, antes a reforçando.

Por outro lado, há o modelo cooperativista dos assentamentos, elaborado pelo MST a partir de experiências externas, em especial a cubana, e têm como sustentáculo o trabalho coletivo. Estes assentamentos estão organizados em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) nas quais a terra, os meios de produção, a gestão e o trabalho são coletivizados. Segundo Fabrini (2003) os assentamentos desta natureza além da produção agropecuária, são também lugar de debate político, no qual se discute questões sobre a conquista da terra e a continuidade das lutas.

Este debate remete para a análise do trabalho coletivo nos assentamentos, que tem sido amplamente incentivado pelos movimentos sociais, os quais não estão incólumes a problemas internos e externos que, em diferentes graus, interferem na gestão destes empreendimentos. Daí a escolha pelo estudo da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), que configura-se como elemento concreto na luta e resistência dos camponeses.

A territorialidade camponesa na COPAVI é objeto do terceiro capítulo, no qual fizemos um resgate do processo de luta pela terra experienciado pelos assentados para implantar e consolidar a cooperativa. A gestão também foi abordada, na intenção de problematizar a organização produtiva e avaliar os indicadores socioeconômicos de viabilidade, considerando as peculiaridades dos sujeitos sociais que a compõem.

É oportuno esclarecer que ao observar o modelo de organização produtiva da COPAVI não prezamos por análises meramente econômicas, pois embora o assentamento esteja organizado segundo um modelo corporativo, está estruturado segundo a lógica camponesa, que têm a família como centralidade, buscando através do cooperativismo concretizar projetos pessoais e coletivos.

O cooperativismo no assentamento é um mecanismo de inserção dos cooperados no mercado, porém, não como trabalhadores da cooperativa, mas como camponeses organizados, que se inserem no mercado pelo seu produto e não pela venda de seu trabalho.

A execução das tarefas no interior da cooperativa baseia-se na divisão em setores, o que segmenta o processo produtivo, se aproximando do modelo empresarial de gestão. Os assentados são lotados nos setores segundo suas aptidões e se evita realizar rodízios entre os setores, na intenção de aumentar a produtividade por meio do aperfeiçoamento.

Esta especialização é parte de um modelo consagrado pela produção capitalista, porém, na COPAVI apenas a forma é reproduzida, uma vez que não se busca extrair dos trabalhadores trabalho suplementar para a conversão em mais-valia.

Partindo deste ponto, buscamos entender a COPAVI para além da forma, pois sua organização e os sujeitos sociais que ali estão conferem ao território um conteúdo novo e particular.

Sobretudo, porque não são os assentados que estão subordinados à cooperativa, antes se valem dela como ferramenta de inserção no mercado, eliminando a intermediação do capital industrial e comercial e que, segundo Rech (2000), seria precisamente esse um dos papéis do cooperativismo. Ao venderem a produção diretamente ao consumidor final evitam que parte da renda camponesa seja apropriada pelo capital.

Por fim, buscamos entender como um assentamento considerado modelo pelo MST apresenta um nível alto de rotatividade das famílias. Esta questão nos levou a tentar compreender a COPAVI a partir da contradição, a buscar conhecer as trajetórias de vida dos assentados e os critérios adotados pela cooperativa para suprir a constante necessidade de reposição de famílias.

A composição social da cooperativa é heterogênea, a partir dos levantamentos de campo, foi possível identificar sujeitos sociais oriundos de classes sociais distintas, o que implica em maneiras distintas de se relacionar com o trabalho. A COPAVI ocupa uma posição dúbia entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de trabalho e vida: é justamente esta posição que se configura em fator desagregador, pois em certos momentos se apresenta como fator limitante para que os camponeses exerçam sua autonomia. Por outro lado, em outros momentos necessita dos trabalhadores não camponeses um esforço adicional em prol da cooperativa, o que para estes pode ser visto como excesso de trabalho, uma vez que não terão outro retorno que não seja a manutenção do assentamento.

A difícil conciliação entre estes dois perfis fez com que a cooperativa adotasse critérios menos rígidos para substituir as famílias desistentes, como por exemplo, não se priorizar mais as famílias com algum vínculo com o campo. De antemão faz-se necessário assinalar que a pesquisa evidenciou que ao invés desta estratégia se configurar como fator de desagregação do projeto coletivo, ela possibilita a sua manutenção e o fortalecimento.

A sutileza da dinâmica socioespacial desta fração do território exigiu atenção quando da realização dos trabalhos de campo: os dados empíricos que subsidiaram as análises foram obtidos por meio de entrevistas com os assentados, tendo sido entrevistados o coordenador geral da cooperativa e mais 13 famílias. Os trabalhos de campo consistiram em diversas visitas realizadas no período de Janeiro de 2010 à Março de 2012, com o intuito de conhecer a geografia do assentamento em sua correlação territorial mais ampla, buscando apreender expressões econômicas, sociais e políticas em suas múltiplas manifestações. Essa fase da pesquisa foi favorecida pela receptividade dos cooperados, que demonstraram irrestrita prontidão para colaborar com a pesquisa.

Embora os assentados tenham dado expressa autorização para publicação de seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no semianonimato, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos. Eis a razão pela qual utiliza-se apenas as iniciais dos nomes para identificar a origem das falas transcritas.

Do ponto de vista prático, a COPAVI não foi um recorte espacial de pesquisa escolhido aleatoriamente: o interesse surgiu ainda durante o curso de graduação em Geografia realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), ocasião em que tive contato com o assentamento durante trabalho de campo. A acessibilidade também foi decisiva na escolha, pois a cooperativa está apenas a 60 quilômetros de Paranavaí, cidade em que resido atualmente, facilitando a coleta de dados.

Os desafios de pesquisa foram muitos, de ordem profissional o trabalho exercido no Centro de Socioeducação de Paranavaí, como Educador Social, contribuiu sobre medida para limitar o tempo necessário ao bom andamento da pesquisa. De ordem pessoal a família que ao mesmo tempo contribui motivando e apoiando também requer cuidados, sobretudo os filhos pequenos pela dependência inerente às respectivas idades (um com três anos e outra com seis

meses). A distância da universidade também é relevante, pois Paranavaí está a cerca de 170 quilômetros de Londrina. Estes fatores embora dificultem o trabalho no curso de mestrado convertem-se em motivações para a sua conclusão.

Do ponto de vista teórico, foi determinante ressignificar os referenciais, sobretudo porque tratamos de um recorte que permite abordagens diferentes. No que se refere ao período de transição para o trabalho livre e suas consequências para a formação agrária atual, nos identificamos com a proposta dos autores que consideram o escravo parte da lógica capitalista, pois mesmo antes de produzir ele já era mercadoria, podendo ser vendido e comprado, se transformando em renda imobilizada.

No que se refere ao campesinato, questões teóricas são ainda mais desafiadoras numa abordagem a partir da geografia, pois estamos diante de dois paradigmas conflitantes, de um lado o Paradigma do Capitalismo Agrário, que segundo Abramovay (1990) entende que o camponês se metamorfosearia em trabalhador familiar, ou seja, estaria fadado ao desaparecimento. Em linhas gerais, este novo sujeito teria como principais características a inovação técnica e a completa integração ao mercado. Por outro lado, temos o Paradigma da Questão Agrária, que têm em Oliveira (1991) uma das primeiras análises sistemáticas que evidenciam o seu lugar na história como fruto contraditório do próprio capitalismo.

É justamente essa tese que sustenta esse trabalho, pois observa na COPAVI um mecanismo de reprodução camponesa, mantendo-se latentes as características do trabalho camponês, com a centralidade na família, tendo no cooperativismo uma ferramenta necessária a sua reprodução.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA: DO GERAL AO PARTICULAR

O campo brasileiro tem sido palco de disputas camponesas pela posse da terra e da sedimentação da grande exploração monocultora, amparada numa base fundiária em que prevalece a concentração da propriedade da terra e o recorte de pesquisa que diz respeito a esse trabalho o revela, o que torna oportuno compreender a problemática a partir de uma escala que vai do geral para o particular, tanto em termos temporais quanto espaciais. Daí a razão para se deter, nesse capítulo, numa análise sobre a questão agrária brasileira que, apesar de amplamente contemplada nos estudos geográficos, históricos, sociológicos, está longe de se esgotar, pela complexidade que o tema encerra e pelos seus desdobramentos de duração e alcance que dizem respeito ao ordenamento territorial atual, mesmo na esfera do local. Trata-se pois, de propor uma abordagem teórica que principie pela análise das contradições intrínsecas ao capitalismo aqui desenvolvido.

O Brasil adotou um modelo de desenvolvimento e de acumulação de capital sustentado sobre dois pilares, primeiro na produção agrícola destinada ao mercado externo, em segundo lugar, na concentração da terra, criando condições para que se constituísse um monopólio de classe, a dos proprietários, sobre a terra. Isso levou, desde os primórdios da agricultura nacional, à privação dos meios de produção, principalmente a terra, a uma parcela considerável da população camponesa.

A opção de adentrar no mundo capitalista assumindo o posto de país produtor e exportador de produtos agrícolas não foi gestada internamente na então colônia brasileira, mas uma consequência da colonização portuguesa, que a exemplo do modelo corrente na Europa do período, foi movido pela avidez por produtos tropicais. Este modelo de gestão territorial colocou em movimento um processo de desigualdades sociais em cuja gênese está a interdição da terra aos camponeses, que acabou por refletir-se na constituição de uma sociedade tornada refém de uma classe que desde então vem privilegiando sistemas produtivos cujo foco é o mercado externo, em detrimento das necessidades alimentares e afins da população local.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Originalmente a organização do território brasileiro foi caracterizada pelo modelo português de concessão de sesmarias, no qual a coroa cedia terras destinadas à exploração e moradia. As sesmarias foram o primeiro instrumento jurídico de acesso à terra no Brasil, sendo resultado da transferência para a colônia do sistema adotado em Portugal para resolver um problema de abastecimento vivido nos fins do século XIV, em que os senhores não produziam e nem arrendavam suas terras. Diante disso, a coroa criou o regime de sesmarias com a finalidade de tornar as terras produtivas, instaurando a prerrogativa de devolutividade para todas as terras incultas ou subaproveitadas (SILVA, 2008).

Diferente ao que acontecia na metrópole, no Brasil as demarcações das sesmarias eram imprecisas, devido às grandes áreas doadas e à inexatidão das próprias cartas de doação. Devemos considerar também que as dimensões do país configuravam-se como problema relevante para a fiscalização, o que favoreceu a negociação de lotes e a acumulação de concessões, até porque não havia limite para a solicitação de sesmarias. Desta forma, muitos beneficiados pela coroa acabavam vendendo seu lote, muitas vezes fracionando-o em unidades menores, e acabavam requerendo outro, num frenético circuito de incorporação privada do patrimônio fundiário.

Neste cenário ficava difícil o controle sobre o território, contribuindo para que grandes porções de terras fossem dadas aos senhores de posses, mas, sem garantia que seriam devolvidas à coroa caso não fossem aproveitadas.

A exploração da colônia brasileira sustenta-se, então, na doação de terras aos senhores, brancos, puros e de posses. Os mestiços e pobres não tinham a possibilidade de adquirirem terras, da mesma maneira que os índios, mesmo quando não mais sujeitos a escravização, fato ocorrido a partir do início do século XVII. Martins (1983) destaca que após este período, a escravidão indígena só ocorria em casos isolados, como na escravização da presa de “guerra justa”.

Segundo Oliveira (1986), neste período de dominação colonial o capitalismo submeteu os povos da Ásia, da África e da América aos seus interesses: as comunidades locais não foram totalmente destruídas durante a dominação, sendo que, posteriormente, deveriam produzir mercadorias ou teriam seus produtos

transformados em mercadorias, para circularem dentro da economia capitalista industrial.

A economia colonial, portanto, fundou-se em dois pilares: de um lado, a articulação com as formas comunitárias, primitivas ou despóticas, submetidas ao comércio internacional; de outro, a produção, nas colônias, de produtos tropicais (açúcar, café, etc.) baseada no trabalho escravo, visando à exportação para a Europa em processo de industrialização (OLIVEIRA, 1986, p. 35).

É diante disso, que o Brasil insere-se no mundo capitalista ocupando o lugar de exportador de mercadorias e, como assevera Silva (2008), a organização produtiva estava vinculada às conveniências da produção colonial, cujo objetivo era a acumulação nos países metropolitanos.

No período em questão, o mercado mundial abria espaço apenas para produtos tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o açúcar, traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista (SILVA, 2008, p. 52).

A economia colonial é definida na lógica da produção subordinada ao comércio, ou seja, a produção estava ligada à circulação dos produtos coloniais no mercado europeu. Nesta relação a economia brasileira se desenvolve articulada ao mundo capitalista, sendo que, do mesmo modo que produz mercadorias destinadas ao comércio internacional, também beneficia-se dele para obter força de trabalho, uma vez que o próprio trabalhador escravo se transforma em mercadoria no seio do capitalismo.

Nestas circunstâncias, podemos considerar que o Brasil entra diretamente no mundo capitalista, não sendo factível a tese de que aqui houve feudalismo e que ainda haveria restos feudais ou semifeudais na agricultura brasileira.

A economia no feudalismo destinava-se a autossuficiência, diferente da desenvolvida na colônia brasileira que era destinada ao mercado: “o feudo produzia apenas para o consumo interno, não havia produção excedente. O comércio era restrito, cabendo apenas a troca de uma mercadoria por outra mercadoria, escambo” (CÉSAR, 2001, p. 43).

Segundo Oliveira (1986, p. 16) “o modo de produção feudal tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a

terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês (servidão)". Já na relação social de trabalho escravista o senhor de escravos tinha a posse absoluta sobre o escravo, ele se constituía em capital imobilizado e mercadoria, mesmo antes de produzir, o escravo já era mercadoria. Se no feudalismo o servo não podia ser vendido e nem punido com a morte, no capitalismo o escravo não tinha direito algum, sua morte representava apenas perda de capital.

Um exemplo clássico do caráter de mercadoria desempenhado pelo escravo na economia capitalista é a oscilação do preço devido às conjunturas internacionais. Segundo Martins (2010), no período em que foi proibido o tráfico negreiro o preço do escravo subiu, isso porque, a oferta, prejudicada pela cessão do tráfico, não supria a demanda oriunda das fazendas de café e de cana de açúcar. Porém, diante da eminente proibição do trabalho escravo no Brasil o preço caiu, isso porque, com a ilegalidade da prática escravista todos os escravos teriam que ser libertos e não representariam mais valor monetário, era inevitável a perda de dinheiro.

Voltando a organização territorial, as sesmarias representavam uma forma de exploração, latifundiária, subordinada ao trabalho escravo, isso porque, neste período, a terra não ocupava lugar relevante na relação de troca, uma vez que a concessão era facilmente conseguida pelos fidalgos.

Segundo Silva (2008) o Brasil desenvolve-se, em termos da apropriação territorial, sobre dois pilares: o primeiro ligado a expansão europeia dos séculos XV e XVI, que influencia a forma de exploração econômica das novas terras, ou seja, aponta o que se deve produzir; o segundo caracteriza-se por ser colônia portuguesa, a metrópole determina como explorar as terras, transferindo para cá o modelo de sesmarias.

O fato do território ser constituído a partir das sesmarias, de certa forma, não representava problema relevante, se para isso fossem consideradas as dimensões territoriais brasileiras, o problema estava justamente na incompreensão desta peculiaridade, que impossibilitava o estabelecimento de uma fiscalização sistemática para coibir os abusos e obrigar que os beneficiados cumprissem as regras impostas pelo governo no ato da concessão.

Algumas condições expressavam a intenção do modelo de sesmarias, sendo que, se seguidas, levariam ao uso adequado das terras. A primeira estava relacionada a gratuidade, já que as terras não eram vendidas, o rei

detinha a posse das terras e o beneficiado o direito de explorá-las por tempo determinado (em média cinco anos), mediante pagamento do dízimo de Deus à Ordem, este valor era calculado sobre a produção. A segunda estava relacionada ao aproveitamento das terras, caso não aproveitadas deveriam voltar para o rei (terras devolutas).

A coroa ainda recomendava ao governo geral¹ para não doar a uma única pessoa porção de terra maior que esta poderia cultivar, porém, estas recomendações não eram seguidas pelo governo geral.

O vislumbre das possibilidades comerciais do cultivo da cana de açúcar, que demandava grandes extensões de terras, levou a metrópole a fechar os olhos ante o descumprimento de suas próprias exigências no tocante à legislação de sesmarias (SILVA, 2008, p. 45).

Notamos que neste instante já prevalecem os interesses econômicos sobre qualquer outro, na verdade como tem acontecido durante a longa marcha histórica.

O período de sesmarias pode ser dividido em dois momentos, o primeiro, caracterizado pela falta de controle da metrópole sobre o território colonial, até porque, não configurava interesse real este controle face às possibilidades econômicas que a agricultura de extensão proporcionava no mercado internacional. Já num segundo momento, basicamente final do século XVII, a coroa tenta aumentar esse controle, porém, encontrará obstáculos que inviabilizarão esta tentativa, dadas as consequências que mais de um século de apropriação descontrolada do solo causaram.

Para Silva (2008) o século XVII marca um segundo período caracterizado pela progressiva centralização da administração pública em favor do poder real. Algumas medidas adotadas pela coroa portuguesa expressam esta intenção, ou seja, a tentativa de aumentar o controle da metrópole sobre o território. O pagamento do foro foi uma delas, diferente do dízimo, ele era pago ao rei e sobre a terra. Este tributo mostra a preocupação real em desestimular a posse de terras improdutivas.

¹ O primeiro Governador Geral foi Tomé de Souza (1548 - 1553).

A coroa passa a exigir também que a transmissão da concessão só ocorresse com a autorização do governo, buscando com isso coibir os abusos ocorridos na apropriação das terras.

Também é estipulado, a partir de 1697, o limite das concessões, ou seja, as terras cedidas em sesmarias deveriam compreender uma área de três léguas de comprimento por uma de largura, porém, os métodos de medição eram rudimentares. Embora, o limite para as concessões já estivessem expressos quando a coroa recomendava que se doassem somente a porção de terra que uma pessoa, e sua família, fossem capaz de lavrá-la.

A confirmação do rei para as concessões de terras foi outra consequência desta tentativa de centralização do poder. Até 1549 os donatários (Capitanias Hereditárias) eram responsáveis por ceder as sesmarias, a partir de então, os governadores gerais ficam com esta incumbência e somente em 1698 o rei passa a solicitar que as concessões fossem autorizadas por ele.

Embora todo o conjunto de medidas expresse a busca de controle sobre o território, certamente a de maior relevância é justamente a necessidade de confirmação do rei, isso porque, possibilitaria a ele controlar, desde a localização das terras cedidas até o tamanho delas e a partir disso fiscalizar e cobrar o foro.

Porém, isso não aconteceu como desejava a metrópole, pelo contrário, a resistência imposta pelos colonos no cumprimento das exigências configurou problema comum neste período.

Essa resistência se manifestava de diversas formas. Uns abriam mão da data de terras porque não podiam pagar, ou assim alegavam. Outros desistiam de uma sesmaria e pediam outra, na esperança de assim burlar o fisco; outros ainda não registravam e nem confirmavam suas sesmarias para fugir da obrigação, sendo estes, ao que parece, a esmagadora maioria. Ainda havia os que discutiam com as autoridades argumentando que, se o prazo para aproveitamento das terras era de cinco anos, o foro só era devido depois desse período escoado. E houve também casos em que a autoridade colonial atenuou as condições de pagamento (SILVA, 2008, p. 60).

As artimanhas para escapar das obrigações eram muitas, aliadas ainda, as dificuldades de localização e fiscalização devido às dimensões do território, eram verdadeiramente condições que colaboravam para dificultar a aplicação das regras.

A coroa buscava através de medidas jurídicas obter maior controle acerca da apropriação territorial, mas os problemas eram muitos, até porque, no decorrer dos anos solidificou-se o modelo de agricultura de extensão, sem base técnica, com isso, a demanda por novas áreas férteis era constante. Neste contexto, os fazendeiros não tinham a intenção de colaborar para a medição e localização de suas terras, pois sempre necessitariam de novas áreas.

A questão da posse também foi outro problema, principalmente no século XVIII, mesmo o posseiro fazendo sua terra produzir, que na verdade era o objetivo da metrópole com a implantação das sesmarias, a posse se tornava um entrave para o sesmeiro. Na maioria dos casos o posseiro era expulso, quando isso não acontecia o sesmeiro cobrava foro para liberar a sua permanência nas terras, sendo esta prática ilegal perante a coroa (SILVA, 2008).

A posse já era praticada na colônia desde o século XVI, mas só no século XIX ela é reconhecida como prática legal, desde que, atendesse aos requisitos de antiguidade e cultivo das terras, ou seja, o posseiro que atendesse a estes critérios poderia requerer o título legal de suas terras. Na verdade este reconhecimento foi uma prova de que as sesmarias não mais atendiam as necessidades da época, tanto que, a lei foi contrariada, pois na colônia, até então, a única forma de acesso legal das terras era por intermédio das cartas de sesmarias.

As sesmarias foram extintas em 1822, o desenvolvimento da colônia reformulou os problemas existentes e criou novos, com isso, não foi mais possível sustentar um modelo que não atendia aos interesses do governo e muito menos do senhoriato rural em formação que carecia de maior autonomia diante do acirramento do controle exercido pela metrópole.

O senhoriato rural que buscava autonomia também pugnava para manter a forma de exploração das terras, através de grandes áreas e do trabalho escravo, sendo que, neste cenário se consolida também em 1822 a independência do Brasil. A manutenção do regime monárquico foi uma alternativa para o impasse, pois possibilitou que os senhores de terras, por estarem próximos ao príncipe regente, exercessem maior pressão sobre as decisões levando a permanência da estrutura de exploração rural, e conseqüentemente a extirpar qualquer movimento maior da sociedade por reformas internas mais abrangentes.

Embora, as sesmarias fossem caracterizadas pelas concessões de grandes porções de terras e pelo não cumprimento das normas reguladoras,

devemos ressaltar, que neste momento ainda não temos a gênese da atual aliança entre capital e terra, tampouco a origem da concentração fundiária contemporânea, isso porque, até então, o uso da terra não dependia da compra, bastava requere-las em sesmarias. Até mesmo aqueles que não podiam, ou não queriam, solicitar legalmente as terras não estavam privados delas, pois a simples ocupação era expediente eficaz, o posseiro assim como o sesmeiro não compravam suas propriedades, apenas as exploravam.

Desta forma, a terra não assumia caráter central na relação de produção, fato que se consolidará somente após a Lei de Terras de 1850, quando a propriedade privada da terra será formalizada. Além disso, para afirmarmos que as sesmarias foram as responsáveis pela origem da concentração fundiária atual, teríamos que ter presenciado a ocupação completa do território brasileiro, e não é isso que aconteceu, pelo contrário, houve uma ocupação descontínua e muitas áreas só foram exploradas após a superação deste regime.

Dados para o século XIX não existem. Entretanto, sabemos que, em 1920, somente 20% da nossa superfície territorial estava ocupada por estabelecimentos rurais. [...] Em 1971, segundo dados do INCRA, um terço do território brasileiro constituía-se de terras devolutas, isto é, 311 milhões de hectares (MAIA, 1978 *apud* SILVA, 2008, p. 84).

Diante disso, não podemos imputar toda a responsabilidade do atual quadro fundiário aos desdobramentos oriundos do período sesmarial, embora, também não se possa deixar de reconhecer que ele se configurou instrumento inadequado para o Brasil frente às especificidades do território. A simples transferência do modelo utilizado em Portugal sem as devidas adequações, certamente contribuiu para o surgimento de problemas graves na apropriação territorial e na dificuldade da coroa em controlar o território e cessar os abusos observados.

Com o fim das sesmarias passamos por um período em que não havia legislação que regulamentasse o acesso à terra, com isso, a prática da posse ganha maior expressão. Segundo Silva (2008) entre 1822 e 1850 ela foi a única forma de obter terras no Brasil.

Certamente esta apropriação desregrada do território resultaria em problemas de uso. Partimos do pressuposto que as regiões onde as características físicas favoreciam a prática da lavoura se esgotariam primeiro, intensificando assim,

a disputa por estas terras. De fato, foi o que aconteceu, sobretudo no Rio de Janeiro, mas também em outras regiões propícias para o cultivo do café.

O café que havia sido introduzido no Brasil no início do século XVIII passa para o topo das culturas de exportação, característico do período por empregar mão de obra escrava quase que exclusiva, não encontrava dificuldade de expansão graças à quantidade de terras disponíveis. Stolcke (1986, p. 11) salienta que “em meados do século XIX, o café se tornara a principal cultura de exportação do país. Até 1880, o grosso do café brasileiro era cultivado por trabalho escravo no Norte, Nordeste e Oeste do Rio de Janeiro, a capital do Império”.

A questão da terra passa então a circunscrever-se basicamente ao ordenamento jurídico da propriedade. Porém, o modelo de agricultura predatória que esgotava o solo e sempre demandava novas áreas, contrapunha-se a este ordenamento. Para os senhores, medir e localizar suas terras, seria um entrave na incorporação de novas áreas, mas, por outro lado, a insegurança e os conflitos para demarcar e proteger suas divisas, principalmente nas regiões onde os cafezais levaram a disputas territoriais, indicava que não seria mais possível postergar a situação.

Ainda existia o fantasma do provável fim do tráfico negreiro e até mesmo do trabalho escravo, que mudaria toda a dinâmica da relação social de trabalho, pois a coerção física não seria mais instrumento aplicável para submeter a força de trabalho.

Nestas condições o ordenamento fundiário torna-se necessário para garantir o controle do Estado sobre o território, pois a situação da apropriação irregular estava sem perspectivas de resolução por si só, pelo contrário, corria o risco de agravar-se significativamente. Do ponto de vista econômico, seria a garantia que a agricultura brasileira necessitava para se manter exportadora, latifundiária e controlada pelos proprietários de terras, que se viam ameaçados pelas lutas por terras e pela concorrência que o imigrante vindo para substituir os braços cativos representaria, principalmente se ao chegar adquirisse condições para tornar-se proprietário de terras, criando também um problema de mão de obra, visto que, o trabalho escravo dava sinais de não se sustentar por muito tempo.

Neste cenário, o ordenamento jurídico da terra assumiu caráter mais abrangente, convergindo para o mesmo ponto os interesses do Estado e do senhorio rural, o primeiro preocupado em proporcionar uma transição do trabalho

escravo para o trabalho livre sem traumas, sendo que, diante das pressões internacionais, sobretudo inglesa, torna-se cada vez mais difícil fugir a este destino. O segundo em consolidar-se numa classe de proprietários de terras propriamente dita, com todas as implicações que isso traria, pois como destaca Silva (2008, p. 103) “somente nesse momento de reconhecimento pleno da propriedade privada da terra é que a classe dos proprietários de terras estaria em condições de se constituir, de fato e de direito”. Sendo assim, não estariam mais sujeitos aos problemas advindos da imigração e conseqüentemente passariam a constituir um monopólio de classe sobre a terra, no qual, os imigrantes e os futuros escravos libertos se submeteriam a trabalhar para os fazendeiros, diante da impossibilidade legal de apropriar-se das terras e da dificuldade para compra-las.

1.2 MUDAR PARA MANTER: DO FIM DO TRABALHO ESCRAVO À TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

É no contexto da promulgação da Lei de Terras (Lei 601) em 1850 que se pode verificar uma mudança significativa na forma de produção do capital, isso porque, desde o período de vigência da lei de sesmarias as relações de produção estavam sedimentadas na exploração da força de trabalho do escravo e não na posse da terra. Porém, como destaca Paulino (2006, p. 66) “os escravos se constituem no bem de maior valor dos senhores, o que não dispensa a necessidade de controle sobre a terra, o real meio de produção”.

Vale esclarecer que neste momento as relações de trabalho não são capitalistas, ou seja, não acontecem a partir da subordinação da força de trabalho ao salário e sim através da coerção física do próprio trabalhador, o escravo, sendo assim, temos neste caso a produção do capital que não é capitalista.

A promulgação da Lei de Terras vai acontecer quase que simultaneamente a proibição do tráfico negreiro, fato encabeçado pela Inglaterra que era a potência hegemônica da época, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento do capitalismo em seu território, em vias de industrialização, com isso, vai pressionar para o fim do trabalho escravo com o objetivo de criar mercado consumidor para seus produtos industriais.

Sendo assim, no período pregresso à proibição definitiva do trabalho escravo o capital não estava territorializado e sim imobilizado na figura do escravo, a

riqueza dos fazendeiros era calculada pela quantidade de cativos e não pela quantidade de terra em seu poder. Até porque, como Martins (2010, p. 40) aponta, as facilidades de apropriação territorial não tornavam atraente para os fazendeiros o comércio de terras:

No período anterior à Lei de Terras, a aplicação de dinheiro na compra de terra envolvia um grande risco por falta de mercado imobiliário. Sendo as terras devolutas abundantes, mesmo após a extinção do regime de sesmarias com a independência, a sua mera ocupação era expediente simples e eficaz.

Por outro lado, o escravo submetido ao capital comercial configura-se mercadoria necessária à produção do capital. O escravo era equivalente de capital, que por não ser produto do próprio trabalho não tem valor, porém, tem preço, “o escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele” (OLIVEIRA, 1986, p. 36).

A Lei de Terras vai mudar a relação econômica estabelecida entre os fazendeiros e a propriedade, pois até então, mais valioso que a terra era o escravo. A lei vai regulamentar que só terá acesso a terra quem puder pagar por ela, a compra se torna a única forma de acesso, desta forma, transformando-a em mercadoria, fator contraditório, uma vez que ela não é fruto do trabalho do homem, não há trabalho materializado como acontece com as mercadorias oriundas da relação de produção capitalista.

Sob o regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura, tornam-se mercadorias as próprias parcelas de terra. Quando os meios de produção se tornaram capital, foi-se levado a considerar o solo, também, como um capital. Ele não é. Por mais que se lhe dê continuamente o nome de capital, com isso não se enriquece de um tostão o proprietário territorial. Sem dúvida, a sua terra se tornou uma mercadoria, que possui um preço e um valor comercial determinado (KAUTSKY, 1980, p. 100).

Considerando as formulações de Kautsky (1980) podemos afirmar que a terra, embora não tenha valor, ela têm preço, sendo este, determinado pela renda que se pode auferir dela e também pela taxa de juros corrente. “Desta maneira, o preço da terra varia com as oscilações da taxa de juro no mercado de capitais. Quando esta taxa sobe, o preço da terra baixa, quando ao contrário a taxa baixa, o preço da terra eleva-se” (OLIVEIRA, 1986, p. 84).

A terra torna-se mercadoria no seio do capitalismo. Quando o capital se apodera desta mercadoria ocorre a territorialização do capital, a partir disso, a terra pode passar a ser utilizada segundo critérios capitalistas, tornando-se instrumento de exploração do trabalho. Porém, se apropriada pelo camponês torna-se instrumento de trabalho. No mesmo sentido da distinção feita pela Igreja em 1980 “entre terra de trabalho e terra de exploração, terra para trabalhar e terra para explorar o trabalho de outros” (MARTINS, 1994, p. 139).

A terra é um meio de produção finito, pois o capital, ao expandir suas fronteiras, apropria-se do território esgotando a reserva de solos disponíveis, mesmo no caso de um país com as dimensões do Brasil, não sendo possível fabricar novo meio de produção (terra) para atender as demandas do capital. Como afirma Martins (1983, p. 160) “a terra, é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é”.

Uma das maiores consequências da Lei de Terra foi a possibilidade de se consolidar a classe dos proprietários de terras, privando a grande maioria dos camponeses desta possibilidade.

É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho nas grandes fazendas (MARTINS, 1994, p. 76).

Também mudou a relação do Estado com a propriedade da terra, pois no regime de sesmarias as terras cedidas permaneciam sobre seu domínio, o beneficiado tinha apenas o direito da posse e do uso, porém, agora os fazendeiros tinham a propriedade absoluta, como também a tinham sobre os escravos.

Isso foi possível graças à aliança que o Estado fizera com a classe dos proprietários, no sentido de criar bloqueios para o acesso à terra, garantido que a burguesia agrária não fosse ameaçada pelo imigrante, sobretudo europeu, que chegava ao país para suprir as necessidades de mão de obra.

Os fazendeiros que já consideravam o real fim da escravidão identificaram que a imigração, sobretudo a financiada pelo Estado, seria a melhor opção para superar o regime posto. Aliada ainda, a elevação dos preços das terras,

que garantiria que não houvesse concorrência na apropriação territorial, isso porque, os imigrantes geralmente eram desprovidos de recursos financeiros, então, a mão de obra estaria assegurada por essa grande massa de camponeses privados dos meios de produção essenciais a sua reprodução.

Segundo Paulino (2006, p. 68) isso se explica por que:

Ao preconizar a transformação da terra em mercadoria, sendo artificialmente elevados seus preços, busca-se não apenas ordenar a apropriação fundiária a partir de uma orientação concentracionista, mas sobretudo persegue-se a subjugação da força de trabalho em favor de uma classe numericamente inexpressiva, mas politicamente hegemônica.

Neste cenário, a Lei de Terras acabou por ser a saída escolhida, não apenas para os problemas de apropriação territorial, que com o fim das sesmarias, e durante também, estava um verdadeiro caos, mas também para o problema que a imigração traria, pois com a proibição do tráfico negreiro e o evidente fim do trabalho escravo o imigrante seria a única alternativa para suprir a demanda das fazendas.

Mas e os escravos libertos? Os escravos foros não tinham, de maneira geral, o interesse de trabalhar nas fazendas que na verdade eram seus cativeiros, até porque, os fazendeiros não os tratavam como livres, até mesmo os colonos sofriam com este problema. Já o imigrante via no trabalho nas fazendas, sobretudo de café, a sua liberdade, a possibilidade de acumular riqueza e se tornar pequeno proprietário de terras.

Considerando a organização contraditória do território e sua evolução histórica, podemos elencar dois fatores como decisivos na gênese da estrutura agrária atual, que embora sejam momentos distintos, são complementares.

Primeiro a Lei de terras, que coloca a terra no cenário econômico e político como protagonista do desenvolvimento capitalista, contraditoriamente ao que acontece nos países de capitalismo avançado, que no centro do desenvolvimento esta o capital (MARTINS, 1994).

Em segundo lugar destaca-se a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, inicialmente com a criminalização do tráfico negreiro (em 1850) e posteriormente (em 1888) com a proibição do trabalho escravo no território brasileiro. Neste contexto, o capital imobilizado no escravo deveria ser imobilizado na compra da terra, com isso ela deixaria de ser fator secundário nas relações produtivas.

Estes dois momentos coadunados expressam a transição do capital personificado na figura do escravo para a territorialização do capital cristalizado na compra de terras. Martins (2010, p. 47) resumiu bem este processo ao dizer que “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”.

Outro ponto relevante nesta construção histórica vai ocorrer já na década de 1930, quando chega ao governo o primeiro presidente alinhado aos interesses da burguesia. Porém, aqui ocorre o que Martins (1994) chama de pacto de classes, ou seja, mesmo a burguesia urbano-industrial ganhando força não acontecerá uma ruptura entre ela e os proprietários de terras. Na verdade, a burguesia se constitui, num primeiro momento, pelos agraristas que buscam nas atividades urbano-industriais uma forma de aumentarem seus ganhos (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Os fazendeiros ao mesmo tempo em que não são incomodados pelo governo também não interferem diretamente na política, isso só vai acontecer quando seus privilégios anteriormente adquiridos são postos em risco.

Por outro lado, o Estado garante que as políticas governamentais pouco interfiram na realidade observada no campo. A legislação trabalhista de 1943, que normatiza os contratos de trabalho, circunscreveu-se apenas aos trabalhadores urbanos. Mesmo que alguns direitos como, férias anuais remuneradas, aviso prévio e salário mínimo, sejam garantidos também aos trabalhadores rurais, de maneira geral, eles permaneceram sem instrumentos legais adequados à garantia de seus direitos, tampouco, a mecanismos de fiscalização do cumprimento, destes poucos direitos, por parte dos fazendeiros.

Certamente é um pacto político que tem como objetivo manter a hegemonia de classe, ou seja, uma classe numericamente menor, mas economicamente privilegiada, faz prevalecer seus interesses sobre a maioria da população que é economicamente desfavorecida.

Com o golpe militar de 1964 a aliança será reafirmada, os militares procuraram desenvolver uma modernização conservadora da agricultura, modernizando os instrumentos de produção, mas conservando, no entanto, a estrutura fundiária. Desta forma, mantém-se a propriedade da terra e com isso acentua-se a concentração, até porque, grandes áreas do patrimônio público serão

destinadas aos capitalistas no sentido de desenvolverem empreendimentos agropecuários.

No final de 1966, o governo militar já aprovava as primeiras leis de intervenção econômica (e, posteriormente, militar) na Amazônia. Rapidamente, as grandes empresas começaram a avançar sobre imensas áreas de terras na região, expulsando posseiros, promovendo a remoção de tribos indígenas, cometendo violências (MARTINS, 1994, p. 128).

Segundo Oliveira (1988, p. 83) o regime militar serviu para fortalecer os latifundiários, principalmente porque o marco maior deste período, o Estatuto da Terra, não passava de um acordo entre os latifundiários e o governo, “dessa forma, o regime militar durante seus mais de 20 anos de vigência, conviveu/consentiu/promoveu um verdadeiro leilão das terras públicas deste país entre latifundiários e empresários do Centro-Sul industrial”.

É a gestão do território com novas roupagens, mas com mesmo conteúdo, a primazia incorporada pelo capital em relação a qualquer outra necessidade social.

1.3 A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E O CARÁTER RENTISTA DO CAPITALISMO BRASILEIRO

O fator que leva ao acirramento da busca por terras no Brasil, esta no caráter rentista da terra, presente desde a Lei de Terras, momento que ela se torna mercadoria e sua posse garantia de renda.

A renda da terra é um tributo pago pela sociedade aos proprietários de terras. A renda diferencial I, II e a renda de monopólio resultam da produção obtida da terra, já a renda absoluta é decorrente apenas da propriedade da terra. “A *renda diferencial I* é aquela que independe do capital aplicado na produção específica, enquanto a *renda diferencial II* decorre diretamente do investimento em capitais para melhorar a fertilidade natural da terra” (OLIVEIRA, 1985, p. 94). A renda diferencial I é obtida pela fertilidade natural do solo e a sua localização, não sendo necessário o uso de produtos agrícolas destinados ao aumento da produtividade, caso isso ocorra estaremos diante da renda diferencial II.

Já a renda de monopólio é proveniente da posse de terras com qualidades especiais, como no caso do vinho produzido em áreas específicas, que dispõem de padrões que não podem ser atingidos se produzidos fora de regiões

determinadas, com isso há quem pague mais por este vinho que só pode ser produzido naquele local.

Por fim, há a renda absoluta, segundo a qual o proprietário consegue auferir renda mesmo sem precisar produzir. Ela “resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade” (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Ainda segundo Oliveira (2007, p. 55), a renda absoluta pode ser “obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do ‘pior’ solo)”, sendo que também pode ser obtida de uma só vez pela venda das terras.

Neste cenário a propriedade da terra no Brasil desempenha duplo papel, primeiro assumi o caráter de mercadoria, depois serve como reserva patrimonial. Com isso, os proprietários que não estão interessados em arrendar suas terras e muito menos produzir nelas, apenas se apropriam da renda absoluta quando o preço chegar a níveis interessantes a ele, praticando especulação fundiária.

Esse é o motivo pelo qual quando o capitalista compra a terra não é porque esteja, como um senhor feudal, interessado na terra em si: o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de se assenhorar de uma parte da mais valia social. [...] Mesmo que o proprietário não ponha a sua terra para trabalhar, ainda assim, ela lhe dará direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida (MARTINS, 1983, p.166).

À medida que a demanda por produtos agrícolas aumenta, como por exemplo, pelo crescimento da população nacional, e também mundial, o preço pago para incorporar novas áreas no processo produtivo também aumenta. O proprietário de terra acaba por cobrar um tributo de toda a sociedade só pelo fato de possuir a terra, é um monopólio de classe, que submete toda a sociedade aos seus interesses exclusivamente econômicos.

Neste contexto, o solo agrícola segue concentrado nas mãos de poucos, enquanto uns visam a produção comercial de exportação, outros, adquirem terras apenas para fins especulatórios ou para conseguirem vantagens financeiras e políticas. Para Prado Junior (1981, p.49), “a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce

suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população”.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do censo agropecuário de 2006, mostram o quanto está concentrada o uso da terra no Brasil, sendo que quase 50% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de apenas 2,36% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000 hectares que são pouco menos de 1% ocupam uma área de 44,42% do total.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários.

Grupos de área Total (ha)	Número de estabelecimentos (unidades)	%	Área dos estabelecimentos (ha)	%
Menos de 10	2.477.071	47,86	7.798.607	2,36
De 10 a menos de 100	1.971.577	38,09	62.893.091	19,06
De 100 a menos de 1000	424.906	8,21	112.696.478	34,16
De 1000 e mais de 1000	46.911	0,91	146.553.218	44,42

Fonte: IBGE, censo agropecuário de 2006. Org. Zeneratti (2012).

Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tabela 02, também mostram a concentração da terra, porém, estes dados diferem dos dados do IBGE, tabela 01. Para o IBGE um mesmo imóvel, ou propriedade, pode conter mais de um estabelecimento, isso pode ocorrer se um imóvel estiver dividido e arrendado a três pessoas diferentes, por exemplo. Já os dados do INCRA refere-se a matrícula do imóvel, desta forma expressa a concentração da propriedade da terra, em quanto o IBGE expressa a concentração no uso das terras.

Tabela 2 - Estrutura fundiária brasileira.

Grupos de área total (ha)	Imóveis (unidades)	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área
Menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
De 10 a menos de 100	2.272.718	53,6	76.757.747	18,2
De 100 a menos de 1000	557.835	13,2	152.508.203	36,2
De 1000 e mais de 1000	69.123	1,6	183.564.299	43,8

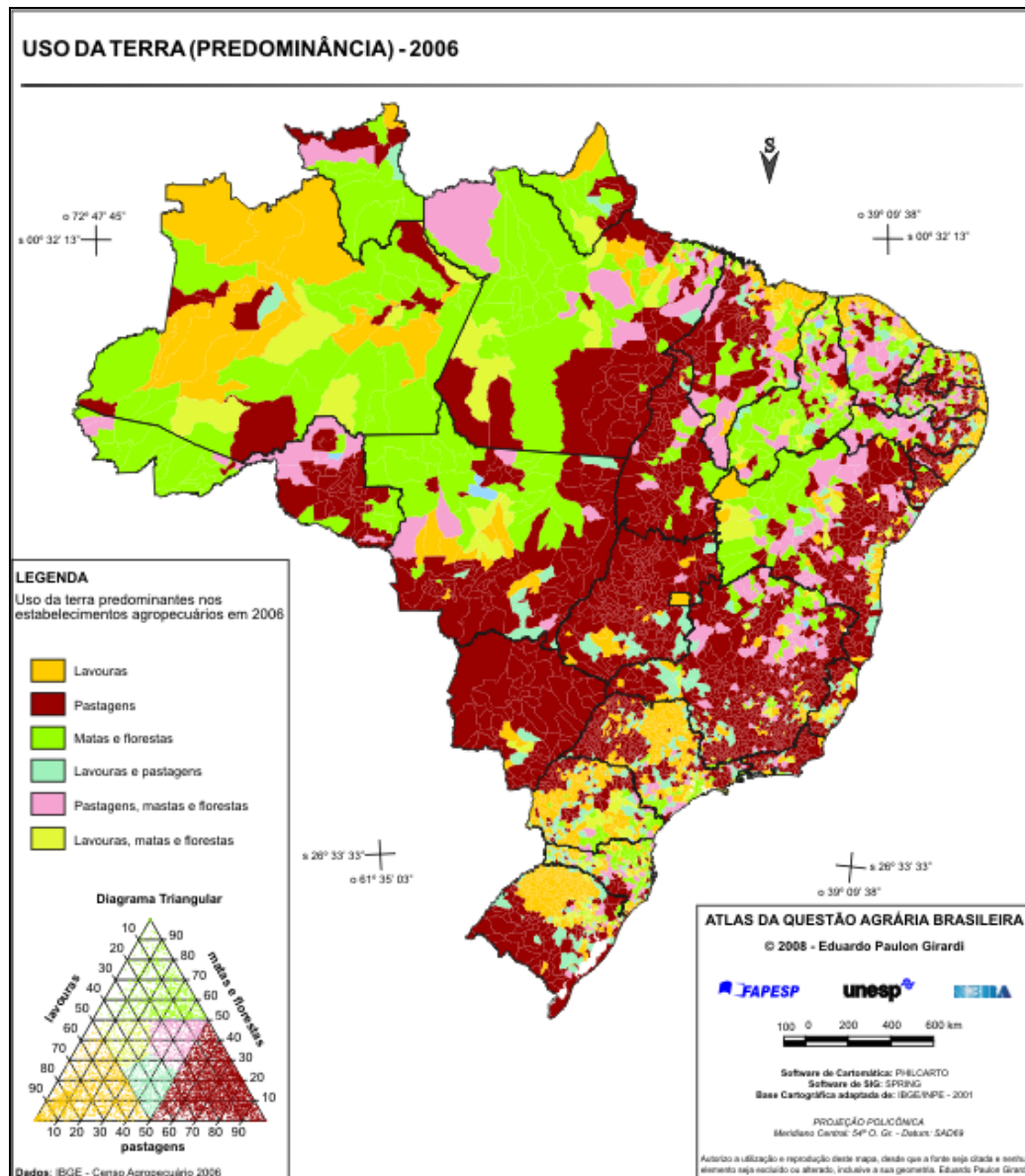
Fonte: INCRA (2003 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 148). Org. Zeneratti (2012).

O que chama a atenção é que nas duas tabelas é possível notar que as terras estão concentradas. Nos dados da tabela 02 os imóveis com menos de 10 hectares são 31,6% do total, o que corresponde a apenas 1,8% da área dos imóveis, já na outra extremidade os imóveis com mais de 1.000 hectares que são pouco expressivos em números percentuais (1,6%) ocupam uma área de 43,8% dos imóveis.

É justamente nos extratos de maior dimensão que se esconde o latifúndio, o uso da terra é acobertado por referenciais de produtividade traçados em meados de 1970 e que até agora não foram atualizados (PAULINO; ALMEIDA, 2010), mesmo com toda a evolução tecnológica que tem sido incorporada pelo campo e que consequentemente eleva a produtividade agrícola.

Segundo Oliveira (1995, p. 38) as terras ocupadas por pastagens também tem sido ao longo do tempo utilizadas para camuflar o latifúndio, sendo “a forma de uso mais comum para ‘esconder’ a terra mercadoria – reserva de valor – à espera de especulação imobiliária”. Com isso a figura 01 mostra a espacialização do uso das terras no Brasil e confirma a predominância da agropecuária de extensão sobre as demais culturas.

Figura 1 - Uso da terra no Brasil, 2006.



Fonte: Girardi (2008).

Mesmo que se tente camuflar o latifúndio, ele se mantém presente e se levanta frente à sociedade como um verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento do país.

Os proprietários destas grandes fazendas, que muitas vezes são grandes grupos econômicos, além do caráter de mercadoria que a terra incorpora, a utilizam também para obter livre acesso ao sistema de financiamentos bancários e ao sistema de política de incentivos governamentais.

A terra concentrada é a grande contradição do capitalismo aqui desenvolvido, e que Oliveira (2001) chama de *sui generis*, não havendo no mundo

propriedades com as dimensões das encontradas no Brasil. Os interesses dos latifundiários são totalmente antagônicos aos interesses do restante da sociedade. O resultado é a expulsão do campo de uma parte considerável da população camponesa, que acaba migrando para as cidades ou lutando para retornar à terra, esses últimos organizados em movimentos socioterritoriais, como mostra Fernandes (1996b).

Para Prado Junior (1981) a concentração da propriedade da terra tem dois efeitos, primeiro cria o pano de fundo para a exploração agromercantil que necessita de grandes áreas, isso considerando que elas estejam sendo utilizadas como o previsto em lei, e num segundo momento eleva o número de trabalhadores rurais disponíveis para empregar-se nas fazendas, embora atualmente esta demanda tenha sofrido grande queda, isso porque as novas tecnologias utilizadas no campo necessitam cada vez menos de mão de obra.

No caso da cana de açúcar, por exemplo, que é uma das culturas ainda responsáveis pela manutenção de grande parte do emprego rural, tem passado por mudanças tecnológicas consideráveis, principalmente no momento da colheita, onde “cada máquina substitui cerca de 100 trabalhadores” (CÉSAR *apud* GRAZIANO, 1997, p. 55). Em 2007, no estado de São Paulo, 40,7% da colheita da cana de açúcar foi desenvolvida por máquinas (FREDO, 2008), número que certamente vem aumentando a cada ano.

O avanço do capitalismo no campo não é homogêneo, pelo contrário, é desigual e contraditório, se de um lado avança implantando o assalariamento, de outro, o capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa.

Para o entendimento desta questão Oliveira (2001, p. 186) contribui ao dizer que “no Brasil o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terras”. Desta forma, o capitalista que deveria arrendar terras para produzir e o proprietário de terras que poderia arrendar suas terras ao capitalista, se uniram em um único sujeito, como exemplo podemos citar o caso das usinas sucroalcooleiras, na qual o capitalista é dono da terra, da produção de cana, da indústria e ainda é responsável pela circulação do produto final.

Neste caso citado temos a territorialização do capital, pois o capital se apropria da terra. Temos também presente no campo o caso da articulação do

capital com o campesinato, originando a monopolização do território pelo capital, como no caso da sericicultura, na qual o camponês é proprietário de sua terra, mas esta vinculado ao capital industrial, tanto na obtenção das larvas do bicho-da-seda, quanto na entrega da produção. A indústria monopoliza a produção, mas não compra as terras, os camponeses são considerados integrados à indústria, perdem em autonomia na circulação, em troca da garantia de mercado para seus produtos.

O maior bloqueio à reforma agrária esta justamente nesse caráter concentracionista da agricultura brasileira, que na busca desenfreada pela renda da terra, não possibilita que emergam fatos históricos necessários a uma ruptura no processo corrente, e que posteriormente, levaria a uma organização territorial de novos contornos.

1.4 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O espaço agrário brasileiro é marcado por contradições que fazem da gestão do território um jogo de forças, em que, prevalecem os interesses de uma minoria economicamente soberana. Durante o regime de sesmarias o prestígio que os fidalgos dispunham frente à coroa levavam a obtenção de terras, posteriormente, com a mercantilização da terra o prestígio esta no poder econômico, sendo este, o fator decisivo na obtenção de terra, que conseqüentemente trará prestígio e poder, conforme elucidou Costa (1987 *apud* PAULINO, 2006, p. 68).

Com a sedimentação da classe dos proprietários nasce a aliança entre capital e terra. As conseqüências são muitas, principalmente na organização do território, que não se circunscreve apenas ao campo, mas envolve a tudo e a todos. Não é mais possível compreender as contradições historicamente instaladas, sem olhar a gênese da questão agrária contemporânea a partir do processo de territorialização do capital, facilitado pela mercantilização da terra, que têm na transição do trabalho escravo para o trabalho livre os sustentáculos para formação de uma estrutura agrária excludente.

Partimos do pressuposto que os caminhos traçados neste período, certamente, serviram de bases para a gênese da atual concentração fundiária, na qual, a mercantilização da terra a coloca no centro do desenvolvimento capitalista. Como afirmou Martins (1994, p. 153), “nem é preciso dizer que essa associação entre capital e terra é, na verdade, uma poderosa e devastadora aliança de classes

sociais, e que fragiliza enormemente os trabalhadores, em particular os trabalhadores rurais”.

Neste contexto, a criação do Estatuto da Terra pelo governo militar deve ser compreendida como estratégia de manutenção das estruturas sociais. A partir de 1950 o campo brasileiro passa por tensões que extrapolam seus limites, a sociedade começa a ser municiada com questões que remetem a mudanças sociais abrangentes, principalmente com a intervenção do Partido Comunista (PCB) nas questões do campo.

As reformas sociais começam a ganhar adeptos por diversos setores da sociedade, até mesmo a Igreja Católica de tradição conservadora e oligárquica entende essa necessidade, principalmente a da reforma agrária. Porém, diverge de como executa-la, a Igreja via na garantia do direito de propriedade dos fazendeiros um obstáculo à reforma, sendo que, este obstáculo deveria ser removido através da indenização imediata dos proprietários. Na verdade, defendia que se cumprisse o dispositivo da Constituição Federal de 1946, que estabelecia que diante da desapropriação de terras para fins sociais, no caso a reforma agrária, o fazendeiro deveria ser indenizado previamente em dinheiro. Como destaca Martins (1994, p. 72) “esse dispositivo tornava a reforma agrária economicamente inviável”.

O Partido Comunista em 1950 define sua base de ação política, que segundo Martins (1983, p. 82) era “composta estritamente de operários, camponeses e camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar, pelos pequenos comerciantes e industriais e pelos intelectuais honestos”.

O PCB vai mudando suas propostas políticas ao longo do tempo, neste primeiro momento ele defende medidas como a confiscação de terras dos latifúndios para doação aos camponeses e a generalização do pagamento em dinheiro aos trabalhadores rurais. Segundo Martins (1983), estas propostas foram reafirmadas no programa político de 1953, sendo outras acrescentadas, como a garantia de propriedade das terras cultivadas pelos fazendeiros e, a sugestão de crédito com juros baixos e pagamento de longo prazo. Em 1954 será inserido também no programa a negativa quanto à confiscação de capitais das empresas da burguesia brasileira. A partir de 1958 o Partido passa a defender uma proposta de frente única, composta pelos operários, camponeses, burguesia e setores latifundiários que possuíssem contradições com o imperialismo estadunidense.

Entre outras medidas da plataforma da frente única incluem-se a reforma agrária em favor das massas camponesas. Redução das taxas de arrendamento, prolongamento dos prazos contratuais, defesa dos camponeses contra grilagem e despejos, garantia de posse e título aos posseiros, aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. (MARTINS, 1983, p. 85).

Para o PCB um governo nacionalista e democrático podia ser conquistado sem rupturas, de forma pacífica, dentro do quadro do regime vigente, sobretudo dentro da legalidade, como elucidou Martins (1983).

Porém, foi em 1960 que o Partido Comunista apresenta uma mudança significativa em seu programa, passando a priorizar os trabalhadores rurais em relação aos camponeses sem terra. Segundo Martins (1983, p. 87), “essa mudança clara, em que o assalariamento passa para o primeiro plano e o camponês para o segundo, norteou o afastamento do PCB em relação às Ligas”, sobretudo motivado pela competição que os sindicatos apresentavam frente às Ligas Camponesas, mesmo não sendo o foco principal do Partido a criação de sindicatos propriamente ditos, e sim de federações e da confederação sindical.

O PCB apoiou o surgimento das Ligas Camponesas, e as tinha como sua maior manifestação concreta, porém, elas eram adeptas da reforma agrária radical, defendendo a desapropriação das grandes fazendas e a substituição por pequenos proprietários e pela agricultura familiar. Opondo-se a proposta do PCB, as Ligas se afastaram do partido.

Segundo Martins (1983, p. 89), “as Ligas evoluíram no sentido de definir a reforma agrária radical em termos opostos àqueles propostos tanto pelo PCB quanto pela Igreja”. Elas que surgiram no engenho da Galiléia, no estado de Pernambuco, com finalidade meramente mortuária, logo se disseminaram pelo nordeste brasileiro e passaram a representar a primeira organização social de luta pela reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 1995).

Além dos problemas sociais internos o mundo encontrava-se bi polarizado, as lutas no campo certamente preocupavam o governo, até porque, exemplos como a revolução socialista cubana (1959) ainda estavam muito presentes. Os problemas no campo eram vistos como manifestações ideológicas de influência externa e não como demanda social interna.

Isso dava às dispersas e frágeis lutas do campo uma dimensão que concretamente não tinham e uma importância que decorria antes de sua inserção em conflitos ideológicos mais amplos e não de sua própria força ou de sua própria representatividade (MARTINS, 1994, p. 75).

O golpe de estado foi fomentado por essas disparidades ideológicas, entre as bases revolucionárias e o poder vigente e, que com o apoio da classe dos proprietários de terras efetivam o golpe militar de 1964.

Diante disso, podemos entender como foi possível à promulgação do Estatuto da Terra pelo governo militar e também porque o Estatuto foi praticamente inócuo, embora traga dispositivos que aparentemente são direcionados a efetiva reforma.

O Estatuto da Terra adotava os conceitos de latifúndio por extensão e por exploração, empresa rural e minifúndio. Com isso, seria possível estabelecer uma relação das terras passíveis de desapropriação. Porém, o governo desenvolvimentista queria na verdade criar mecanismos para favorecer as empresas rurais, rentáveis economicamente em detrimento dos estabelecimentos muito pequenos, os minifúndios, e dos grandes, que não estivessem sendo explorados economicamente.

O campo passava por mudanças significativas, de um lado a agricultura se modernizava, o setor industrial se ampliava, de outro estas mudanças geravam um aumento no número dos movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de trabalho e também a possibilidade de se tornarem proprietários de terra. Assim, o Estatuto da Terra serviria também para acalmar as lutas no campo, pois acenava com a possibilidade de realização da reforma agrária.

Segundo Oliveira (2007) a desarticulação das organizações populares de trabalhadores trazia a errônea imagem de que o Estado a faria, “ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática” (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Neste momento se repete a tradição de que no Brasil o novo não se alcança a partir de rupturas e sim como continuação do antigo.

Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do país (MARTINS, 1994, p. 30).

Embora, o Estatuto da Terra tenha inclinação direcionada à reforma agrária e com isso aos interesses sociais, ele será executado pelos inimigos dos camponeses, os latifundiários representados pelo governo. É um plano desejado por eles, os camponeses, mas executado contra eles, pela burguesia rural.

A aprovação dessa lei segue então a linha da ordem, atendendo as necessidades da burguesia agrária e deixando cada vez mais distante a possibilidade de mudanças estruturais no país.

O governo militar implantou uma verdadeira contra reforma, vestiu os projetos de integração nacional e colonização da Amazônia com as vestimentas da reforma agrária. Incentivou-se a migração de nordestinos, oriundos de regiões de alta concentração fundiária, e permanente foco de tensões sociais, para a Amazônia, “levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia” (OLIVEIRA, 2007, p. 121). A população atraída serviria de mão de obra para os projetos de desenvolvimento e colonização da região.

O resultado da política do governo foi que nem a elaboração do plano de reforma agrária necessário para viabilizar a reforma saiu do papel. O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I-PNRA) só vai ser criado no governo Sarney (1985), porém, mais uma vez pouca vontade política faz com que nada de efetivo aconteça.

A primeira previsão para assentamentos entre 1985 e 1989 apresentava em termos totais para o Brasil 1.400.000 famílias, porém, depois de dois anos da criação do plano, Oliveira (1988, p. 92) diz que “menos de 10% do plano previsto foi implantado. A razão continua a mesma: pressão dos latifundiários, via UDR”.

A União Democrática Ruralista (UDR) nasceu em 1985, sendo organizada pelo setor latifundiário, tendo como objetivo defender os interesses dos fazendeiros e lutar contra a implantação do I-PNRA. Foi também uma resposta dos

grandes proprietários de terras aos movimentos sociais, que se multiplicavam significativamente após a ditadura militar, período no qual eles foram fortemente reprimidos.

Findado o regime militar, observamos que a parte do Estatuto da Terra que versava sobre a reforma agrária não cumpriu com as expectativas, já a que se referia ao desenvolvimento da agricultura, nos termos capitalistas, apresentou maior sucesso, mesmo que tenha acentuado os problemas dos camponeses e dos trabalhadores rurais.

Podemos considerar que a nossa história é marcada pela “opção” em perpetuar o modelo agroexportador, com todas as suas especificidades, submetendo uma grande parte da população rural aos interesses da burguesia agrária, sendo que seu poder econômico proporciona favorecimentos políticos, que imputam a ela o direito de traçar os caminhos que o país irá seguir.

Porém, isso nos permite dizer que a derrota maior, no sentido da reforma agrária, vai acontecer na Constituição Federal de 1988, quando se utiliza o conceito “propriedade produtiva” (artigo 185), sendo esta insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. Com isso, cria-se um mecanismo para dificultar a desapropriação de terras improdutivas, pois na verdade este conceito abre espaço para ambiguidade, reafirmava-se a propriedade privada da terra como algo inviolável, mesmo não sendo utilizada como deveria e tampouco exercendo sua função social.

Segundo Oliveira (2001, p. 192) a UDR tinha um fundo “destinado a eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganharam, e fizeram do capítulo da reforma agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra”.

Os dois primeiros presidentes da “Nova República”, Sarney e Collor, por serem representantes das oligarquias latifundiárias, deixaram a reforma agrária em lugar de menor destaque durante seus governos, tendo como motivação o teor conservador da constituição e o retrocesso que ela representa para a política fundiária (MARTINS, 1994).

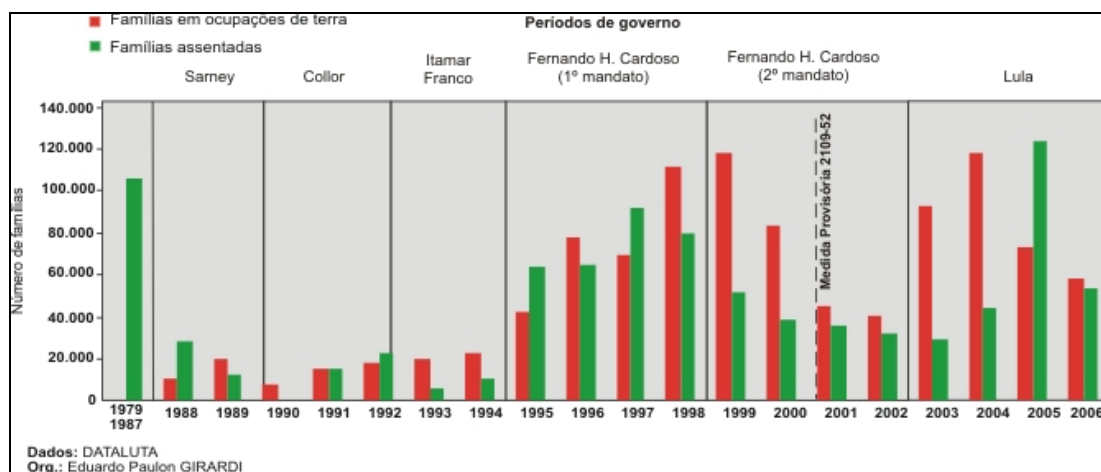
O presidente Fernando Collor de Melo foi o primeiro a ser eleito de forma direta, suas metas eram assentar 500 mil famílias de 1990 a 1994.

A proposta do governo Collor para a reforma agrária, era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney. Era uma redução expressiva das metas para a reforma agrária, e, além disso, o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antônio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e, sabidamente, ligado à UDR. Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando assim também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

Para ser eleito Collor certamente dispôs de forte acordo de base, esses obtidos através de clientelismo político, são “favores” que após eleito devem ser retribuídos de alguma forma, por exemplo, com a manutenção da estrutura econômica do país, favorecendo a burguesia agraria local que se encontra representada nas esferas da política municipal, estadual e federal.

No gráfico 01 observamos o total de famílias assentadas durante cada período de governo, evidenciando a pouca preocupação política com a reforma agrária, principalmente nos anos finais da década de 1980 e início da década de 1990.

Gráfico 1 - A luta e a conquista da terra no Brasil por período presidencial.



Fonte: Girardi (2008).

Nota-se também, que é a partir de 1995 que acontece um aumento significativo no número de famílias assentadas, fato que pode ser atribuído ao aumento das pressões impostas pelos movimentos sociais ao Governo, representado no gráfico 01 pela quantidade de famílias em ocupações de terras.

Segundo Oliveira (2007), os dados referentes aos assentamentos apresentados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), englobam não somente os assentamentos de reforma agrária, mas inclui-se também as

regularizações fundiárias, os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural. Com isso os números são inflados não representando a realidade, pois estas categorias possuem características diferentes, sendo o sentido, a necessidade e a organização de luta pela terra também distinta.

O Governo FHC foi marcado por forte repressão aos movimentos sociais que se propunham a lutar contra a exploração e expropriação vivida no campo, sobretudo com os desdobramentos da modernização conservadora, a resposta dada foi a violência policial e a criminalização das lideranças dos movimentos. Suas metas para a reforma agrária também eram ainda mais modestas, assentar 280 mil famílias no período de 1995 a 1998, sendo apenas 20% do previsto por Sarney no I-PNRA e menos de 60% da proposta de Collor (OLIVEIRA, 2007).

No que se refere aos movimentos sociais várias foram às frentes de batalha traçadas pelo Governo para mitigar o seu avanço, entre elas vale citar o Banco da Terra que buscava realizar uma reforma de mercado, possibilitando o acesso a crédito para o pequeno agricultor. Defendia-se que com isso não haveria a necessidade de luta, mas sim de endividamento dos agricultores. Esta medida cria na opinião pública a imagem de que a luta por terra é desnecessária, pois o governo proporciona meios para que todos tenham acesso a ela, porém, podemos dizer que isso não é reforma agrária e os exemplos de endividamento de camponeses se multiplicam pelo Brasil, em alguns casos levando até a perda da propriedade para sanar dívidas com os bancos.

No segundo mandato o presidente FHC editou a medida provisória MP 2.109, que trazia a proibição de vistoria por dois anos em imóveis ocupados, depois através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) editou a portaria nº 62/2001, que priva os camponeses de serem assentados se a justiça entender que eles estiveram envolvidos em atos de “invasão” de imóveis rurais.

O Governo também estimulou o surgimento de novos movimentos sociais, muitas vezes partindo da fratura de outros movimentos. Segundo Oliveira (2007) este estímulo era possibilitado mediante a ação das centras sindicais que tinham o governo como aliado. Elas se aproveitavam de divergências existentes no interior dos movimentos para fomentar a divisão.

Esta medida surtiu alguns efeitos, sobretudo porque estes novos movimentos nascidos sob os bons olhos do Estado, tinham como forma de atuação a negociação e não o questionamento direto, a ocupação de terras e as denúncias de irregularidades, tanto jurídicas (grilagem de terras) quanto trabalhistas (trabalho escravo). Com isso, os movimentos mais ativos e críticos que adotavam uma postura de ação definida e de embate direto com o governo, eram satanizados na imprensa e consequentemente na opinião pública.

Neste sentido, a medida que deixou maior herança negativa foi a vinculação da imagem de arruaceiros e usurpadores da propriedade alheia aos movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A ação na mídia mobilizou o governo, os movimentos e a opinião pública. Reportagens procurando impingir caráter satânico as lideranças do MST, contra-propaganda organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca provadas, formação de equipe de jornalistas, realização de pesquisas de opinião pública sobre o MST, produção de material virtual via Internet, etc. Estas ações geraram na mídia um conjunto significativo de notícias que visavam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília (OLIVEIRA, 2007, p. 143).

O ano de 2003 abre com a posse do presidente Lula a perspectiva de avanços para a sociedade brasileira, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) se projetou justamente por empunhar a bandeira histórica das mudanças que o país almejava, cujos princípios apresentavam muitas convergências para com a proposta de organização socioterritorial investigada nesse trabalho. Porém, como produto necessário do distanciamento político-ideológico dos princípios que o projetaram, conforme amplamente demonstrado por Machado (2009), Lula adotou os mesmos mecanismos do seu antecessor para inflar os dados referentes a reforma, mascarando-os e mostrando que ela também não seria concretizada no seu governo.

Um exemplo trazido por Oliveira (2007) mostra a estratégia para distorcer os dados sobre a reforma agrária:

No município de Barra do Corda estado do Maranhão, foram consideradas na estatística de 2005, um total de 947 famílias do projeto integrado de colonização PIC Barra do Corda, pasmem, do ano de 1942, do governo Getúlio Vargas. Entretanto, tudo indica tratar-se de reconhecimento das famílias já assentadas para fins de sua inserção nas políticas do governo, mas nunca, novos assentamentos do governo LULA. São, portanto, casos típicos de reordenação de assentamentos antigos (reconhecimento). (OLIVEIRA, 2007, p. 167).

O Governo criou o II-PNRA em 2003, estabeleceu metas para os quatro anos de mandato, sendo estas diferentes para cada categoria, ou seja, novos assentamentos, regularização fundiária, reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens e reordenação fundiária. Porém, divulgou os números agregados como sendo todos de novos assentamentos, desta forma os dados referentes a reforma agrária do governo Lula também aparecem distorcidos.

Na tabela 03 os dados foram reclassificados por Oliveira (2007) e mostram os números reais para os assentamentos novos, meta 01. Estes dados são os que efetivamente podem ser associados à reforma agrária, pois advém de desapropriação e compra de terras griladas, sendo estas destinadas para criação de assentamentos rurais. É somente isso que contribui para o acesso dos camponeses à terra, embora não desencadeie estruturalmente o processo de desconcentração fundiária, já que os índices de concentração seguem avançando, como demonstrado no Censo Agropecuário 2006.

Tabela 3 - Reclassificação dos dados de reforma agrária do governo Lula de 2003 a 2006.

	2003	2004	2005	2006	Total de 2003 a 2006
Assentamentos novos	14.327	26.130	45.509	45.779	131.745
Regularização fundiária	1.524	9.657	32.835	59.294	103.310
Reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens	0	0	1.606	165	1.771
Reordenação fundiária	20.450	45.467	47.556	31.120	144.598
Total	36.301	81.254	127.506	136.358	381.424

Fonte: Oliveira (2007, p. 171). Org. Zeneratti (2012).

No gráfico 01 pudemos ver que ao longo dos anos os presidentes brasileiros secundarizaram a reforma agrária em seus projetos de governo, porém, vale ressaltar que os dados do gráfico refere-se aos dados oficiais divulgados pelo INCRA, quando os comparamos com os dados reclassificados da tabela 03, do governo Lula, temos a dimensão do retrocesso na política de reforma agrária.

A proposta do II-PNRA para o período de 2003 a 2006 era de assentar 440 mil famílias, referente a assentamentos novos, e mais 500 mil regularizações fundiárias, esta referente ao reconhecimento do título de propriedade para famílias que já ocupam determinadas áreas, como ribeirinhas, posseiros, pescadores, extrativistas, entre outros.

Porém, foram criados apenas 131.745 assentamentos novos, 29,9% da estimativa do plano, e 103.310 regularizações fundiárias 20,6% da estimativa, com isso o governo Lula implantou apenas 25% do II-PNRA, referente às duas metas mais importantes para a reforma agrária. Mais uma vez a tradição da não reforma emerge, se o governo Sarney implantou somente 6,4% do I-PNRA, o governo Lula não fugiu a regra concretizando parcialmente seu plano para o primeiro mandato de presidente.

Em 2007, início do segundo mandato, os dados da reforma agrária foram ainda mais modestos. Oficialmente o INCRA divulgou que foram assentadas 67.535 famílias, porém, para se chegar aos dados reais novamente é necessário desagrega-los, ficando da seguinte forma: 31.446 assentamentos novos; 9.984 regularizações fundiárias; 8.000 reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens; e, 26.097 reordenações fundiárias (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

A não reforma agrária continuou no governo Lula, após o término do II-PNRA o governo não elaborou o III-PNRA, inclusive no final do seu mandato em 2010 foram divulgados pelo INCRA dados que diziam que foram assentadas 614 mil famílias durante os oito anos de governo (INCRA, 2010, p. 03). Porém, na prática os números tem mostrado algo diferente.

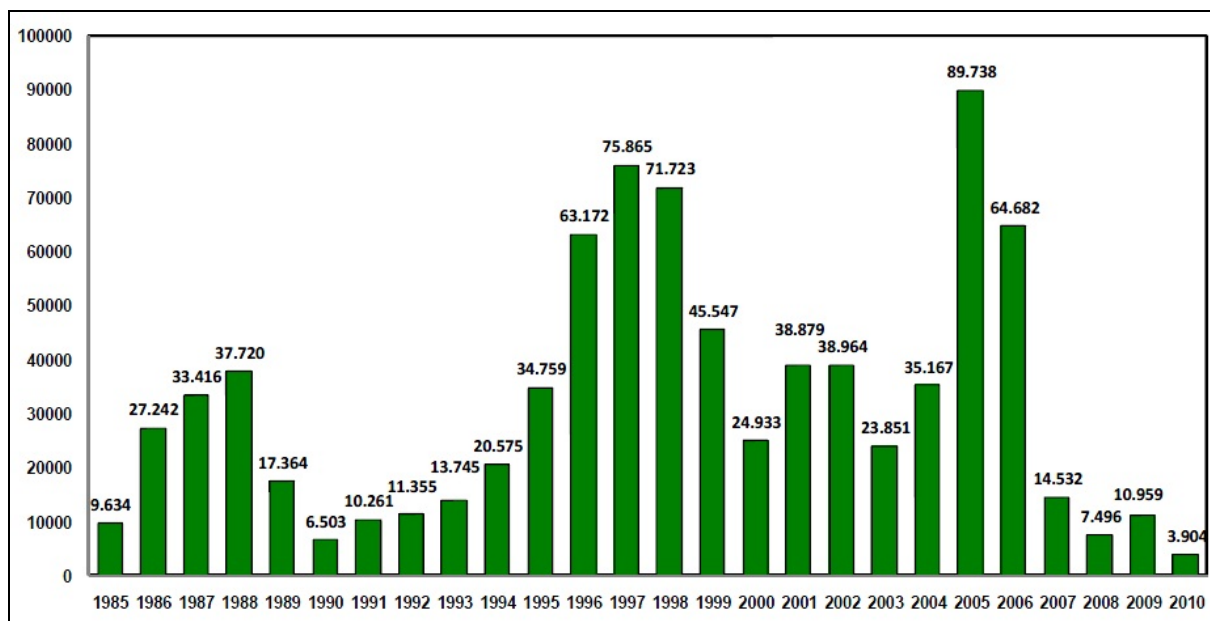
Santos (2011) destaca a queda acentuada no número de famílias assentadas em áreas obtidas para reforma agrária no final do segundo mandato de Lula, como pode ser visto nos gráficos 02 e 03. Foram utilizados nos gráficos os dados referentes a data de obtenção da área e o número de famílias assentadas nestas áreas, que segundo o autor representa com maior fidelidade a situação da reforma agrária.

Utilizamos nos gráficos a data de obtenção da área por representar com fidelidade o que foi realizado a cada ano, pois a data de criação é mais adequada para representar os números totais relacionados à criação dos projetos. Depois de obtida a área, o projeto pode ser criado no mesmo ano ou apenas em anos posteriores, ou até mesmo em governos futuros. (SANTOS, 2011, p. 03).

Por este motivo os números são diferentes do gráfico 01 que se refere às famílias assentadas em números totais, bem como a tabela 03 que trata do número real de famílias assentadas a partir da data de criação do projeto.

Podemos observar no gráfico 02 a queda vertiginosa no número de famílias assentadas em áreas obtidas no final do governo Lula.

Gráfico 2 - Número de famílias assentadas em áreas obtidas de 1985 a 2010.



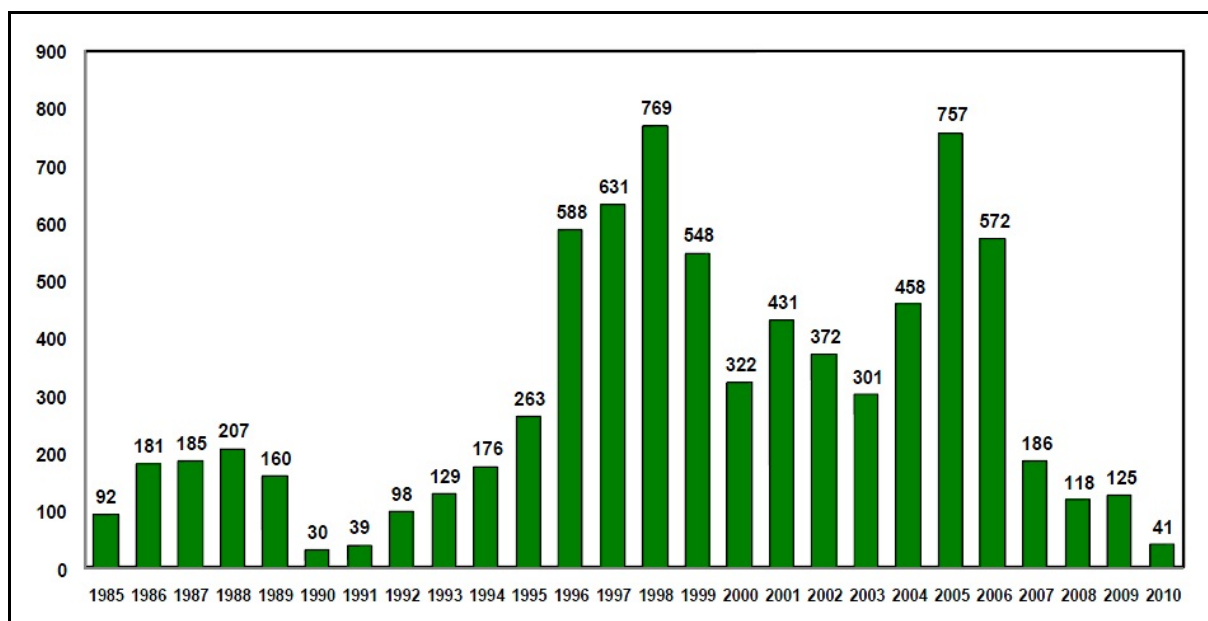
Fonte: Santos (2011, p. 04).

O descenso após 2005 é evidente, sobretudo com queda acentuada em 2007, com ligeira recuperação em 2009, mas com pouca expressividade e sem continuidade em 2010 (SANTOS, 2011).

Quanto ao número de áreas obtidas (gráfico 03) também há forte queda após 2006, reafirmando que com o fim do II-PNRA o governo sepultou os esforços para minimamente manter a reforma agrária em curso no Brasil.

Observamos ao longo dos governos que a preocupação com a reforma não parte de projetos governamentais verdadeiramente interessados no reordenamento territorial como instrumento de desenvolvimento econômico e social, mas na manutenção das condições estruturais do país, e os dados revelam esta estratégia.

Gráfico 3 - Número de áreas obtidas de 1985 a 2010.



Fonte: Santos (2011, p. 04).

Estes números exprimem o declínio da reforma agrária no governo Lula, sobretudo no final do seu mandato, como destaca Santos (2011, p. 5):

Estes números ratificam nossas afirmações a respeito do declínio da reforma agrária. Os dados da implantação de assentamentos em 2010 se tornam preocupantes, principalmente por não haver ainda, desde o segundo mandato do ex-presidente Lula, um plano concreto a ser implementado que vise enfrentar de modo incisivo os problemas do campo. O governo da presidenta Dilma Rousseff, [atual presidente do Brasil] até o momento também não indicou nenhuma política efetiva de reforma agrária.

Embora os governos Fernando Henrique e Lula tenham apresentado maior número de famílias assentadas em relação aos seus antecessores, mesmo com todas as ressalvas supracitadas, notamos uma redução das metas ao longo dos respectivos mandatos presidenciais e a prática de manobras ardilosas para tentar cumpri-las, sobretudo a partir de fraudes nos dados, como denunciou Oliveira (2007). Com isso o campo ainda revela altos índices de concentração no uso das terras, demonstrando que há um caminho longo rumo a uma reforma agrária efetiva.

Martins (1994, p. 69) foi preciso nesse aspecto, pois segundo ele “no Brasil: as grandes reformas sociais, como a abolição da escravidão, foram propostas pelos representantes do pensamento radical, os liberais, mas postas em prática pelos conservadores”. Com isso, se explica porque no Brasil se aprovam leis

e projetos considerados avançados, mas estes poucas vezes são colocados em prática, principalmente se forem contra os interesses da burguesia.

Na verdade o que se assiste são políticas de reforma agrária como meio para acalmar as lutas no campo e as reivindicações dos movimentos sociais, mas não no sentido de uma reforma efetiva da estrutura agrária do país, que além de altamente concentrada ainda apresenta muitas terras em condições de baixa produtividade ou até mesmo improdutivas.

1.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O CASO DO MST

Com a derrota da reforma agrária na Constituinte de 88 e com o fracasso do I-PNRA, os nascentes movimentos sócio-territoriais caminharam para se constituir nos novos personagens da cena política nacional. Seu único caminho foi a luta pela terra. A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social (OLIVEIRA, 2007, p. 130).

Os conflitos gerados pelo direito de posse das terras brasileiras não são fatos recentes, pelo contrário, fazem parte do processo de ocupação do país e continuam em curso, a exemplo das lutas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, a dos posseiros contra a ação ilegal dos grileiros, entre tantos outros.

Em meio aos diversos movimentos sociais organizados de trabalhadores do campo, vai ser fundado em Cascavel (PR) no ano de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que toma como forma de pressionar o governo a ocupação de latifúndios (OLIVEIRA, 1994).

O MST nasce num momento de enfrentamento e resistência ao modelo de desenvolvimento agropecuário que o Brasil adotava, sobretudo o caminho traçado pelo regime militar. “Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 1996, p. 66).

Durante os anos setenta o campo vai assistir a diversas lutas, porém, até então localizadas, como as ocupações realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, quase todas contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975.

No estado do Paraná, a gestação e nascimento do Movimento aconteceram de conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados em diversas regiões do estado, a saber: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste do Paraná (MASTRECO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL). O MST-PR nasceu da unificação dessas lutas (FERNANDES, 2000a, p. 154).

A CPT fomentou alguns encontros nacionais no sentido de promover a reflexão sobre as lutas pela terra, mas vai ser em 1984 que acontecerá o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e com isso, consolida-se a articulação nacional das lutas pela terra, se até então tínhamos movimentos localizados e lutas isoladas a partir desse momento elas passaram a acontecer de forma coordenada. Neste encontro então nasce o MST, sendo também definidos os princípios do movimento. Organizado nacionalmente ele tem se apresentado como o movimento de maior importância social e política do país, responsável por colocar o tema da reforma agrária nos debates políticos.

O movimento dos Sem Terra ao espacializar-se colocou em evidência o que acontecia no campo, não só travando lutas pela terra fora das cidades, mas trazendo para dentro delas suas lutas, através de ocupações de órgãos públicos, caminhadas, marchas, etc. Assim, expuseram sua condição de sem terra e com isso construíram a possibilidade de territorializar-se, mesmo contrariando os interesses de uma minoria latifundiária que luta contra a reforma agrária.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, [...] investiram inclusive com meios violentos no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais (FABRINI, 2003, p. 98).

Segundo Fernandes (2000a, p. 198), de 1985 a 1990 foram assassinados 585 trabalhadores rurais, enquanto em toda ditadura militar foram assassinados 884. Isso mostra que a repressão ao movimento não diminuiu na “Nova República”, pelo contrário, as perseguições aos integrantes dos movimentos sociais rurais se intensificaram.

No governo Collor o MST também sofreu repressão, até mesmo a estratégia de subornar as lideranças do movimento foi adotada, isso no sentido de desmoralizar o movimento e diminuir sua força.

Já o presidente Fernando Henrique entrou para a história pela ofensiva violenta sobre os movimentos, além das várias estratégias para acabar com eles, o uso da força policial foi intensa, a maior expressão dessa violência foi o massacre de Eldorado do Carajás (PA), que resultou na morte de 19 camponeses.

Segundo Machado (2007) esta fúria repressiva exercida pelo Estado é compreensível ao passo que o movimento questiona as formas de propriedade e principalmente as políticas estatais que privilegiam a agricultura de exportação.

O autor também destaca que o MST é composto por camponeses expropriados, que lutam para retornar para a terra, logo não estão numa relação de embate direto com o capital, o que de certa forma limita a sua ação, pois só podem afetar a produção capitalista indiretamente. Esta situação é fundamentalmente diferente quando se trata do proletariado já consolidado, em que a relação capital-trabalho é imediata, ou seja, se os operários pararem de trabalhar o capitalista é afetado instantaneamente.

Portanto, provavelmente “o papel político mais importante exercido pelo movimento se encontra no questionamento jurídico-político do latifúndio, como também ao questionarem o favorecimento estatal ao agronegócio” (MACHADO, 2007, p. 149).

O MST mesmo sendo constantemente atacado, ora por fazendeiros que tiveram seus latifúndios ocupados, ora por lideranças políticas que por motivos diversos são contra a reforma agrária, vai reinventando novas estratégias de ação.

A luta dos camponeses é principalmente para conquistar uma fração do território, para entrar na terra que tem sido mantida improdutiva, voltada para reserva de valor, é lutar para conquistar autonomia, negando a condição de expropriado. Enfim, temos que ressaltar que o MST não é, e não foi, o único movimento social do país, mas conseguiu espacializar-se como outros nunca haviam feito.

A história da questão agrária no Brasil tem revelado que na atualidade o MST é a face moderna do Brasil, é a parte deste país que está em luta. É o Movimento que, por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, pois se trata de um Movimento da cidade para o campo. É um movimento que contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também, um movimento que busca a construção de uma nova sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 144).

A conquista do território pelo trabalhador sem terra significa a realização do projeto de existência do MST, pois como foi definido no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1985, também no Paraná, os objetivos do movimento são: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados ou exploradores. A história do movimento é marcada por conquistas importantes, entre elas, a de maior relevância são as terras conquistadas dos latifúndios que agora são territórios livres para inúmeras famílias.

O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro possibilitou que a propriedade da terra se mantivesse estável nas mãos de uma pequena parcela da população, com isso, a luta pela reforma agrária ganhou importância e representatividade, o MST foi o maior responsável pela espacialização e territorialização da luta pela terra. Sendo assim, não podemos deixar de ressaltar a sua importância, pois se alguma reforma agrária esta ocorrendo é fruto da luta cotidiana destes homens, mulheres e crianças.

Neste sentido, os assentamentos rurais são porções do território reconquistado, onde há possibilidade do camponês se realizar como sujeito, e assim sendo, criar condições para sua reprodução.

Os assentamentos mostram que o camponês ao territorializar-se constrói uma realidade na qual a concretude da reforma agrária esta na sobrevivência do assentamento. Sendo assim, podemos dizer que só haverá uma reforma agrária efetiva se buscarmos, além de desconcentrar as terras, maneiras para viabilizar a sustentabilidade socioeconômica dos assentamentos.

O MST faz da luta pela terra não só uma forma de acesso a ela, mas sim, busca maneiras de promover os assentamentos. É por este motivo que tem crescido as formas de produção coletiva, bem como, a agricultura agroecológica, que não usa insumos industrializados elevando a qualidade dos alimentos produzidos.

A importância da luta pela terra é expressa por Fernandes (1996, p. 242) ao falar dos assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo em meados da década de 1990, onde 90% das conquistas de terras resultaram da ocupação de terras e apenas 10% de projetos do Estado. Isso mostra a importância que o MST, e outros movimentos, têm apresentado quando se refere à reforma agrária.

Sabemos que o caminho ainda é longo, que os governos por diferentes estratégias tentam não executar a reforma agrária, porém, os camponeses estão engajados na luta para a concretização da tão esperada reforma. Não basta apenas criar assentamentos, deve-se questionar a estrutura agrária concentrada, esta sim deve ser revista e alterada assim como outros muitos países já o fizeram.

1.6 PARANÁ: COLONIZAÇÃO, CONFLITOS E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A história da questão agrária paranaense não destoa, em linhas gerais, dos caminhos traçados pelo Brasil. Os conflitos pela posse da terra, a ação dos grileiros, o Estado e, sobretudo, o papel do capital na apropriação territorial, são fatores que fazem a história do Paraná tornar-se análoga à história nacional.

Em 1889, com a proclamação da República, as terras devolutas da união foram transferidas para os estados, com isso, o Paraná passa a gerir a apropriação privada das terras. Porém, antes disso o estado já havia passado por um período de ocupação atrelado ao ciclo do ouro, sobretudo na região de Paranaguá, sendo que, em 1614 já havia sido expedida a primeira carta de sesmária no Paraná, justamente para esta região.

A descoberta de ouro atraiu o interesse da colônia, isso porque, até então, a participação do estado era basicamente no fornecimento de escravos índios para trabalhar nos engenhos do Nordeste e de outros estados. Portugal sempre buscou metais preciosos, mas não encontrou de imediato, então a descoberta de ouro nos ribeirões de Paranaguá, trouxe um fluxo maior de pessoas para a região, contribuindo para o surgimento de alguns povoados que posteriormente se tornariam cidades.

O povoamento efetivo do litoral e do primeiro planalto ocorreu mediante a exploração do ouro, dando origem às primeiras povoações, como Paranaguá e Curitiba. E à medida que a atividade mineradora avançou para o planalto e novas minas foram encontradas, também novos núcleos populacionais surgiram. Alguns transformaram-se em povoações e surgiram cidades como São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul, entre outras. (STECA; FLORES, 2008, p. 177).

A atividade aurífera desenvolvida no litoral paranaense logo perdeu expressão, primeiro pelo próprio esgotamento e depois pela descoberta de ouro em Minas Gerais, no século XVIII.

Segundo Paulino (2006), com o deslocamento do eixo minerador para outros estados, estas regiões paranaenses passaram a ser destinadas à criação de animais, com a finalidade de abastecer as novas áreas mineradoras.

Nos Campos Gerais² a criação de gado, cavalos e mulas, despontou como atividade de grande importância, atingindo seu ápice no século XVIII. A grande procura por este tipo de criação fez com que a produção não atendesse a demanda da época, como isso, a região passou a ser também local de parada para os animais vindos das províncias do sul.

Os fazendeiros paranaenses alugavam suas pastagens para pouso das tropas que necessitavam de descanso, normalmente os tropeiros não eram fazendeiros, eram apenas intermediários encarregados de levar os animais até a feira de gado em Sorocaba no estado de São Paulo.

Como destacam Steca e Flores (2008), o tropeirismo que é baseado no transporte, criação e comércio de animais, foi importante para o Paraná. Promoveu o povoamento do estado em locais de parada das tropas, sendo que, muitos deles deram origem a vilarejos e depois a cidades, ademais, produziu riqueza que contribuiu para a emancipação da Província do Paraná em 1853.

Segundo Salvi, Archela E. e Archela R. (2002, p. 204) “essa fase se prolonga até os anos de 1870, quando as construções das estradas de ferro do café, em São Paulo, desvalorizam o mular como meio de transporte”.

Salvi, Archela E. e Archela R. (2002) ainda chamam a atenção para a reprodução da estrutura social brasileira no território paranaense, na qual a relação social de trabalho escravista mantém característica análoga, não sofrendo alteração até o final do século XIX.

Outra atividade que apresentou grande relevância no processo de ocupação paranaense foi a erva mate, sendo praticada muitas vezes em parceria com outras atividades como a mineração, o tropeirismo, a extração de madeira e o café. A erva mate tinha como mercado principal a exportação, países como a

² Segundo Salvi, Archela E. e Archela R. (2002), esta atividade se estendia pelos campos naturais do Paraná, que iam desde Curitiba, Campos Gerais, aos campos de Guarapuava e de Palmas, até as fronteiras do Rio Grande e Argentina.

Argentina e o Uruguai, na América do Sul, eram fortes consumidores, já na Europa os principais importadores eram Portugal, Espanha, França e Alemanha.

A economia ervateira incrementou o desenvolvimento das regiões Sul e Leste do Paraná, posteriormente, por volta de 1860, esta atividade proporcionou um aumento significativo da população da região Sudoeste, se tornando a segunda atividade da região, a primeira era o gado.

Paulino (2006) destaca que neste período o latifúndio já estava presente, amparado no regulamento sesmarial os beneficiados se utilizavam do arrendamento, devido a grande demanda por erva mate, para monopolizar a posse das terras.

O capital estrangeiro também adentrava o território do estado, segundo Steca e Flores (2008), a presença de argentinos nas regiões Sudoeste e Oeste preocupava o Governo Imperial, que em 1888 com a intenção de proteger a fronteira fundou a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

A madeira que era explorada juntamente com a erva mate, após 1930 com a decadência da exportação da erva, deixa de ser apenas uma atividade complementar e passa a ser explorada mais intensamente, principalmente pelas empresas multinacionais do Oeste paranaense.

As empresas extrativistas e as de colonização agiam de forma predatória, extraíam a madeira e depois buscavam novas áreas, certamente tiveram grande responsabilidade na transformação da paisagem do estado. Porém, não podemos deixar de considerar que não foram somente elas as responsáveis pela devastação de nossas matas, mas sim, a própria política estatal de colonização e povoamento.

Neste processo de ocupação coube a região norte a prática da agricultura cafeeira, sobretudo como um desdobramento da paulista, dada as condições de isolamento que esta região se encontrava, ademais a falta de investimentos públicos não contribuía para a mudança deste quadro. Segundo Padis (2006), a região norte paranaense se vinculava, se identificava e principalmente, era mais dependente de São Paulo.

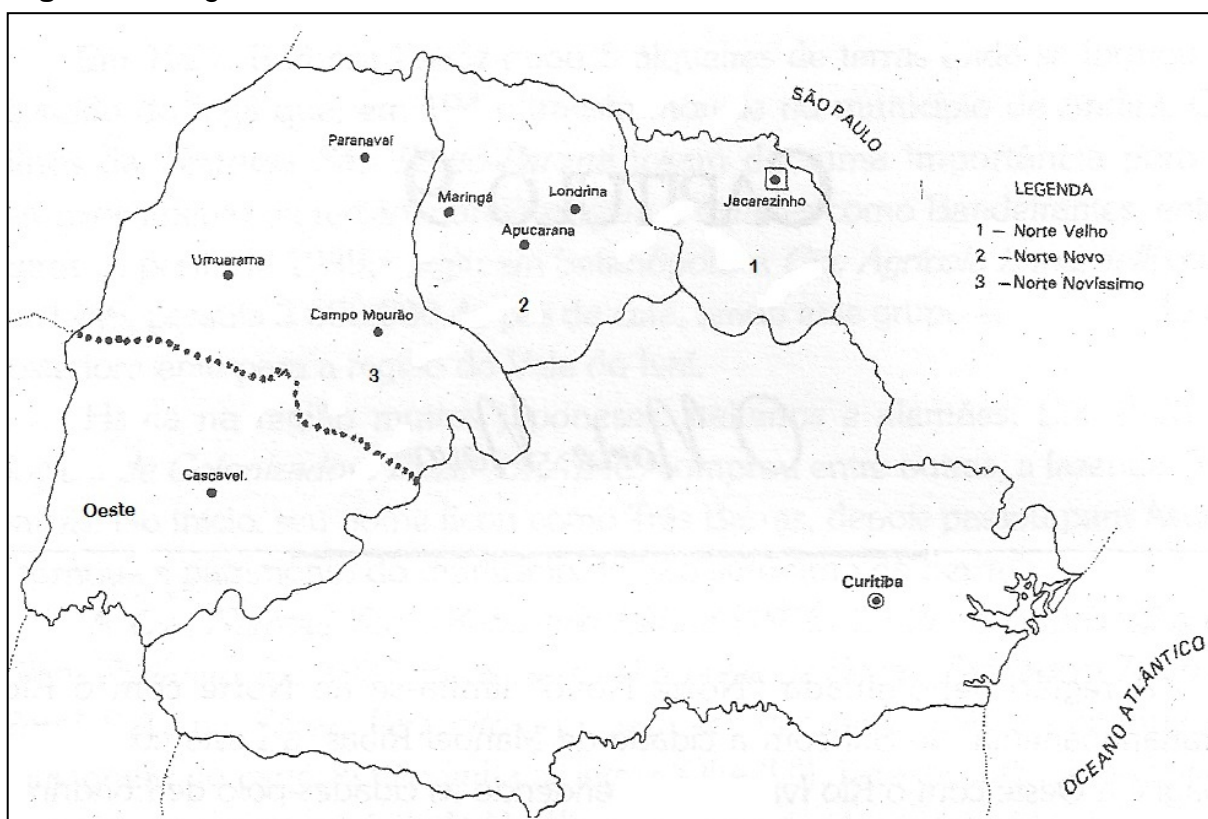
A ação dos estrangeiros na apropriação territorial, principalmente os argentinos, somado ao monopólio que os brasileiros estavam construindo sobre as terras do estado, com destaque para as terras do Norte Pioneiro (Norte Velho),

muitas vezes de maneira fraudulenta, preocupavam o poder público, levando-o a buscar maneiras efetivas de povoamento.

Para tentar resolver este problema o Estado passa a distribuir terras a empresas privadas de colonização, com o compromisso destas instalarem os meios de comunicação necessários ao desenvolvimento regional. Uma das mais conhecidas empresas paranaense de colonização foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), nascida em 1925, como subsidiária da inglesa *Paraná Plantations Company*, que adquiriu uma área de aproximadamente 1.089.000 hectares na região do Norte Novo.

A figura 02 mostra a divisão usada para caracterizar a colonização do norte paranaense. Quando olhamos o processo de ocupação de cada uma delas notamos que há diferenças significativas na forma de apropriação territorial, principalmente entre o Norte Pioneiro e as demais.

Figura 2 - Região Norte do Paraná e suas subdivisões



Fonte: Steca e Flores (2008, p. 134).

O Norte Pioneiro foi caracterizado pela posse, principalmente de mineiros e paulistas. “Aos primeiros, interessava mais a garantia da posse do terreno, atendendo ao seu desejo latifundiário. Já os paulistas, com menos posses, vinham com o interesse de trabalhar na região e formar lavouras” (STECA; FLORES, 2008, p. 123).

Nesta região a atividade econômica era baseada na subsistência, porém, desenvolviam a suinocultura de forma a produzir excedentes e gerar renda. Ela era praticada nos mesmos moldes da realizada no Sudoeste do estado, plantava-se milho e depois soltava os porcos para se alimentar até que atingissem o ponto de abate.

Segundo Paulino (2006), após a Lei de Terras de 1850, houve uma corrida por terras na região norte do Paraná, especialmente devido a sua valorização, tornando a região alvo da grilagem de terras. Para Wachowicz (1987) isso era facilitado tanto pelo governo Provincial quanto pelo Imperial ao agirem como se não houvessem terras devolutas na região, negligenciando a apropriação fraudulenta que estava ocorrendo.

A partilha territorial desenvolvida pela CTNP diferiu da praticada no Norte Pioneiro, a empresa adotou o modelo de parcelamento da terra privilegiando pequenas propriedades, algo em torno de 20 a 30 hectares. Isso atendia a demanda da época, pois os colonos recebiam dinheiro pelo seu trabalho, ou muitas vezes eram pagos em espécie que poderia ser convertida em dinheiro pela venda dos produtos no mercado, ao longo do tempo isso dava a eles a condição de adquirir pequenos lotes.

As propriedades rurais tinham uma característica marcante como regra, eram delimitadas por uma estrada no espigão, garantindo a circulação de mercadorias e de pessoas, e no fundo havia um riacho suprimindo a necessidade de água.

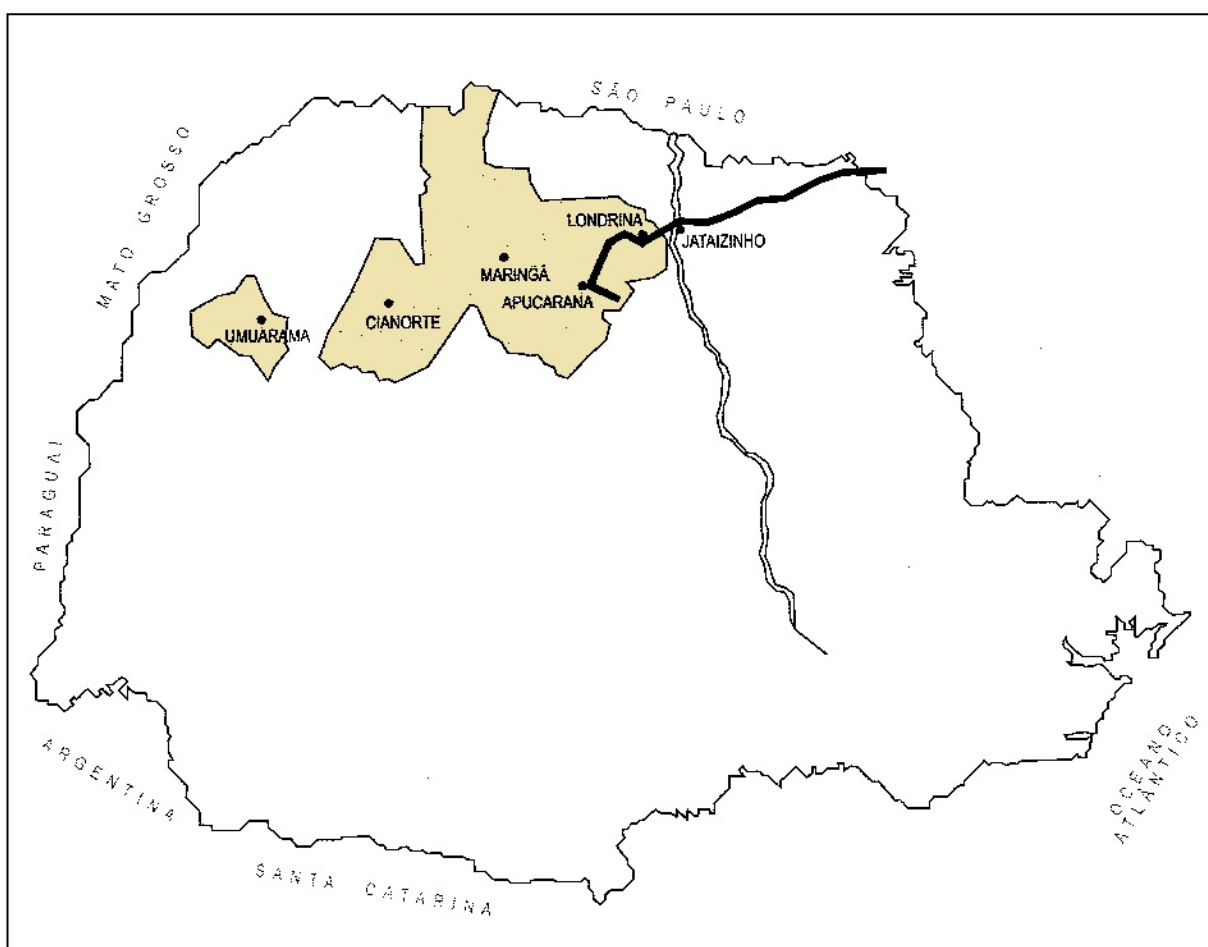
A empresa também delimitou, projetou e vendeu lotes urbanos, sendo que, muitas cidades foram implantadas seguindo a lógica da companhia, que buscava criar cidades maiores com distância entre si de cerca de 100 km, tendo entre elas outras menores com distância de aproximadamente 15 km.

Porém, a empresa não tinha grandes interesses sociais neste modelo de colonização, mas sua forma de exploração garantia o seu sucesso econômico.

Enfim, a companhia concebia o sucesso de seu empreendimento baseado em uma tese capitalista já consagrada, na qual haveria de se ampliar o número de proprietários, a fim de garantir dinamismo econômico e, conseqüentemente lucros maiores. (PAULINO, 2006, p. 80).

Na figura 03 podemos observar a dimensão do empreendimento da CTNP, que expressa também o quanto ela pretendia arrecadar financeiramente com o parcelamento territorial, bem como a importância de sua ação para formação fundiária paranaense.

Figura 3 - Área de terras adquiridas pela CTNP.



Fonte: Padis (2006, p. 143).

A área de exploração da empresa representaria quantitativamente menos se não fosse considerado o potencial agrícola da região. A ótima fertilidade do solo tornava esta área atraente, principalmente o café se desenvolveu rapidamente por estas terras.

Em 1943 a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi vendida a um grupo paulista, passando a se chamar Companhia Melhoramentos

Norte do Paraná (CMNP), mas não foi somente o nome que mudou com a nacionalização da empresa, paulatinamente ela foi mudando também a sua forma de atuação, passando a privilegiar a venda de grandes propriedades, como elucidou Paulino (2006).

Os colonos fixados nas terras da companhia plantavam principalmente café, mas até o cafezal se formar eles sobreviviam da plantação de produtos como milho e algodão, além do cultivo de gêneros alimentícios e criação de animais destinados ao autoconsumo, também serviam de mão de obra para os grandes estabelecimentos.

O café foi importante para o Paraná, o estado ficou fora das políticas nacionais para desestimular a atividade a partir dos primeiros anos do século XX. Problemas internacionais aliados a grande produção obtida nos principais estados produtores (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), levaram o governo federal a tomar medidas como a compra de café e a restrição das áreas plantadas, tentando estabilizar os preços e desencorajar novas plantações. Em 1927 é estabelecido cota de produção e exportação para cada estado produtor, porém, o Paraná por ainda não ter uma produção grande, comparada com os outros estados, não entra na área de ação destas medidas.

Estas condições, somadas as climáticas e a qualidade dos solos, impulsionaram consideravelmente a cafeicultura paranaense, que se expandiu até se tornar a principal cultura comercial do estado. Conforme Bragueto (1996 *apud* PAULINO, 2006, p. 81), na safra 1962/1963 a produção paranaense chegou a 62,8% da produção nacional.

Mesmo a produção cafeeira estando em alta no Paraná não vai sustentar uma economia que por vários aspectos tendia a sofrer mudanças significativas. Não apenas pelos golpes que o cultivo sofreu perante as severas geadas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970, mas, sobretudo pelo papel que assumiu a agricultura frente ao pacto político, com elucidou Paulino (2006), passando a ocupar o posto de fornecedora de capitais para viabilizar o desenvolvimento industrial.

O principal objetivo nesta época (Governo Vargas 1951-1954) era diminuir a dependência econômica do Brasil frente aos países de centro através da substituição de importações, “ao setor agrícola foi atribuído um papel auxiliar” (STOLCKE, 1986, p. 132). O café voltado a exportação oferecia as divisas

necessárias a industrialização, a produção agrícola para o mercado fornecia a matéria prima e os alimentos para a população urbano-industrial crescente.

Estes fatores certamente vão contribuir para a substituição dos cafezais por culturas temporárias, entre elas destacam-se a soja, o milho e o trigo. A forma de produzir passou por mudanças sem precedentes, principalmente pelo alto grau de tecnificação empregado nas fazendas. Este modelo aproxima a indústria do campo criando uma relação de dependência.

Foi criada uma política de incentivos para promover o avanço destas culturas, na qual a busca por lucro a partir dos financiamentos bancários é secundarizada, sendo que, em muitos casos os juros eram negativos.

Carvalho (1991) também destaca a importância da pecuária neste processo de substituição dos cafezais, em 1960 cerca de 146.210 hectares de café desapareceram, surgindo cerca de 167.786 hectares de pastagens na região do Norte Novo.

Os pequenos proprietários não tinham recursos financeiros para se adequar ao novo modelo tecnológico. O estado ao passo que disponibilizava incentivos para promover a agricultura tecnificada e os projetos agroindustriais excluía os pequenos dessa possibilidade; “a esses, o investimento estatal veio na insidiosa propaganda sobre um novo Eldorado que, paradoxalmente, transformou Rondônia em um reduto de paranaenses” (PAULINO, 2006, p. 84).

As propriedades médias e grandes protagonizaram o processo de tecnificação e substituição de culturas. As pequenas, com dimensões inferiores a 20 hectares, ainda praticavam a cafeicultura. Isso porque o camponês que conseguiu se manter na terra optou por culturas que empregassem maior mão de obra, como elucidou Paulino (2006).

Este período foi marcado por uma acentuada eliminação dos estabelecimentos com até 10 hectares, segundo Paulino (2011, p. 115) “entre 1970 e 1996 praticamente metade dos estabelecimentos com até 10 hectares foram eliminados, processo que em menor intensidade atingiu o estrato de até 100 hectares”.

Porém, mesmo inserido neste cenário o Paraná ainda se mantém entre os estados brasileiros com menor índice de concentração fundiária. Na tabela 04 trazemos os dados referentes a estrutura fundiária do estado segundo os dados do último Censo agropecuário, realizado em 2006. Segundo Paulino (2011, p. 115)

92,7% dos estabelecimentos possuem uma área menor que 100 hectares, já o estrato dos estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, embora sejam apenas 0,3% dos estabelecimentos, representam uma área de 19,4% do total.

Tabela 4 - Estrutura fundiária do Paraná.

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	1995/96		2006	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Até 10	40,7	4,8	45,7	4,8
10 a 100	51,0	35,6	47,0	31,3
100 a 1.000	8,0	45,2	7,0	44,6
Acima de 1.000	0,3	14,4	0,3	19,3
Total	100	100	100	100

Fonte: Paulino (2011, p. 115).

Paulino (2011) ao fazer uma comparação do estado com a média nacional do Índice de Gini, afirma que o Paraná está em situação privilegiada, como demonstrado nas tabelas 01 e 02, resultado da monopolização fundiária ainda em curso no Brasil.

Entretanto, isso não permite concluir que no Paraná exista uma justa distribuição fundiária, longe disso, pois os 45,7% dos estabelecimentos de até 10 hectares ocupam apenas 4,8% da área do estado. O diferencial é a menor presença dos estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, uma vez que no Brasil os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentram 44,42% das terras, mesmo representando apenas 0,9% do número de estabelecimentos.

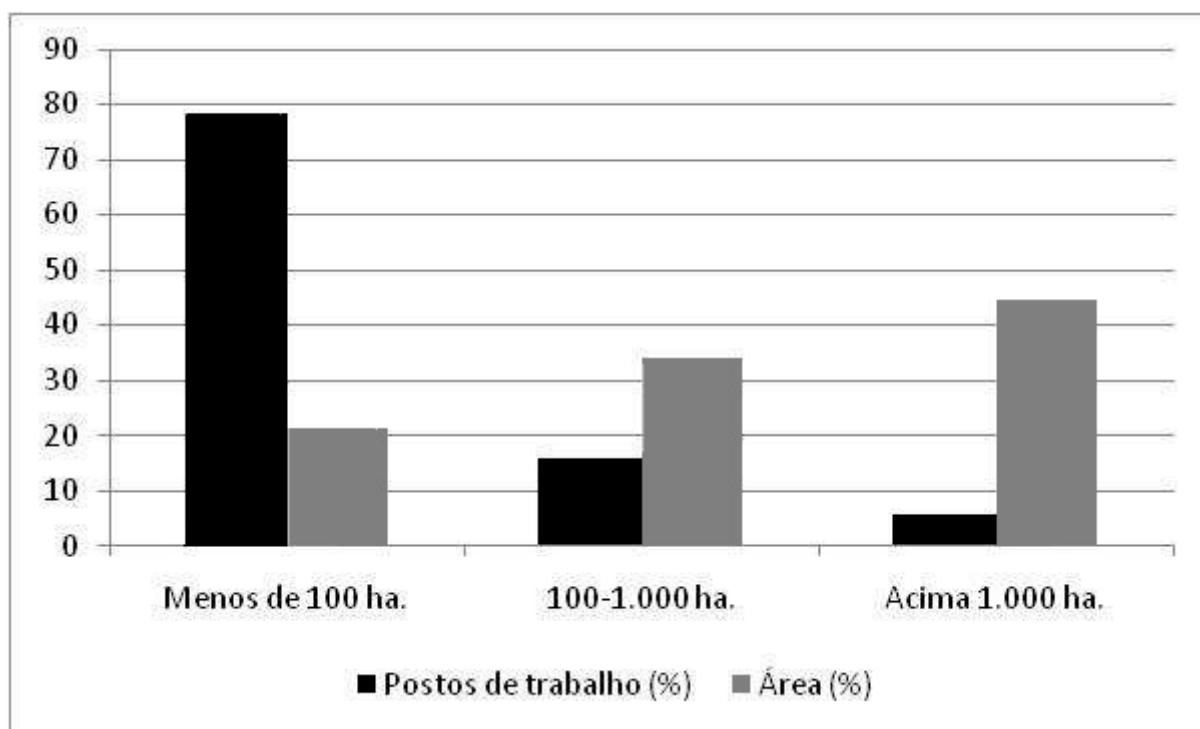
O índice de Gini, que é utilizado para calcular o nível de concentração, mostra que no Paraná houve certa concentração fundiária entre os anos de 1985 e 2006, pois o índice passou de 0,749 para 0,770, porém, ainda abaixo da média nacional que, embora tenha apresentado pequena queda, passando de 0,857 para 0,854, se mantém alta (nesta escala 1 representa concentração absoluta) (PAULINO, 2011, p. 114).

É importante lembrarmos que estes dados além de revelarem a distribuição desigual do acesso a terra, também estão em contradição com um Estado Nacional que desde os governos militares propõem projetos voltados à reforma agrária, o que em última instância não sinaliza nada de novidade, antes vai de encontro ao que já dissemos anteriormente, a ineficácia dos projetos de reforma agrária que são criados sem a intenção de serem implantados.

No caso do Paraná, expor apenas os dados da estrutura agrária esconde mais do que revela, pois corremos o risco de desenhar uma dinâmica socioterritorial que não demonstre suas potencialidades. Sobretudo, no que se refere ao papel da pequena propriedade, que é responsável por gerar grande parte do emprego rural. De acordo com Paulino (2011, p. 118) na última década o número de trabalhadores familiares aumentou, passando de 66,2% para 78,3%. Segundo a mesma autora, temos ainda que considerar que apenas 21,9% dos estabelecimentos possuem algum membro da família ocupado fora da propriedade, o que na prática não comprova a tese da pluriatividade como fundamento para manter as famílias no campo.

No gráfico 04, nos permitiremos mudar a escala geográfica a fim de ilustrar o papel das pequenas propriedades na geração de empregos, para tal trazemos os dados referentes à empregabilidade no campo brasileiro.

Gráfico 4 - Postos de trabalho e área agrícola do país em 2006.



Fonte: Paulino (2011, p. 117).

No gráfico 04 é possível notar que a relação é inversamente proporcional, pois quanto maior a área dos estabelecimentos menor é a capacidade para gerar empregos. Os estrados de área com menos de 100 hectares são

responsáveis por gerar 78,4% dos postos de trabalho agrícola, enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares geraram apenas 5,8%. Paulino (2011, p. 116) ao relacionar estes dados com as respectivas áreas ocupadas, evidenciou mais claramente a relevância das pequenas propriedades na geração de empregos, uma vez que os estabelecimentos com até 100 hectares representam apenas 21,4% da área, diferente do estrato acima de 1.000 hectares que corresponde a 44,4% da área dos estabelecimentos.

A safra paranaense também reforça a ideia de que a produção não está diretamente ligada às dimensões das propriedades, ou seja, quanto maior mais produtiva. Quando na verdade a relação não é exatamente esta, segundo os dados do IBGE a safra nacional em 2010 foi de 149,5 milhões de toneladas. O que é realmente paradoxal é que o Paraná não reproduz os índices de concentração fundiária do país e também não está entre os estados com maior extensão territorial, possuindo apenas 2,6% do território brasileiro, mesmo assim foi responsável por 21,6% da produção nacional. Superando inclusive a produção do estado do Mato Grosso, que contribuiu com 19,3%, e possui uma área territorial quatro vezes superior a do estado do Paraná (PAULINO, 2011, p. 112).

O que se nota, mesmo em escalas geográficas diferentes, é que as grandes propriedades não são sinônimas de produtividade. Não podemos deixar de considerar que as constantes inovações técnicas tem contribuído para aumentar a produtividade, o que certamente reflete na quantidade da produção paranaense. Porém, isso não acontece necessariamente em todas as grandes propriedades, que em muitos casos se viabilizam mais pela produção atrelada às dimensões de suas áreas do que pela eficiência produtiva.

Neste cenário, é nosso dever mostrar o papel da pequena propriedade camponesa, principalmente para manter a família ocupada no campo. Segundo Chayanov (1974) isso acontece, pois a exploração camponesa se orienta pelo balanço entre trabalho e consumo, com isso é necessário adequar as suas atividades econômicas às demandas de reprodução familiar, mantendo assim a família trabalhando na propriedade, o que na capitalista não aconteceria, pois a quantidade de mão de obra seria adequada a partir da viabilidade do negócio. Em um estabelecimento capitalista a tendência é que o número de trabalhadores diminua à medida que os equipamentos aumentam.

Atualmente estes processos estão sendo discutidos por vários autores, entre eles destacamos Oliveira (1988, 1995, 2001, 2003), principalmente por defender o papel do campesinato na economia capitalista, porém, daremos mais atenção aos conflitos que emanam da apropriação territorial no estado do Paraná. Pois, é importante esclarecermos que o território paranaense não se construiu linearmente, tampouco pacificamente, antes é fruto de avanços e retrocessos, ações públicas e privadas, e principalmente é resultados da luta de classes travada ao longo do tempo.

Neste sentido, é correto dizer que o espaço geográfico paranaense se destaca pelas lutas por terra, entre elas podemos citar a Guerra do Contestado, a Guerra de Porecatu e a Revolta dos Posseiros, além das diversas ocupações organizadas pelos movimentos sociais que atuam no estado. Em comum trazem as reivindicações pelos direitos dos camponeses, a denúncia da ação dos grileiros e a violência que foram combatidos.

A Guerra do Contestado aconteceu entre os anos de 1912 e 1916 na divisa do estado do Paraná com Santa Catarina, região de disputa de limites entre os dois estados. Segundo Martins (1994) os motivos que levaram a este confronto entre camponeses e o exército brasileiro, foi a interpretação do Estado de que havia no local um movimento monarquista e antirrepublicano de caráter subversivo, aliado a entrega das terras ao longo da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande ao grupo econômico de Sir Percival Farquhar para a revenda em programas de colonização. Porém, eram terras que já estavam ocupadas por posseiros, o resultado foi um grande número de vítimas, o exército utilizou armas de fogo e até aviões para combater os camponeses, que resistiram durante quatro anos e mesmo depois de derrotados muitos foram perseguidos e assassinados.

Na década de 1950 o Norte do Paraná foi palco da guerra de Porecatu, segundo Martins (1983) o conflito começou já em 1946 quando o governador do estado cedeu terras do município de Jaguapitã, próximo a Porecatu, a grandes proprietários. Na região viviam cerca de 1.500 famílias de posseiros que passaram a serem despejadas, originando vários confrontos com a polícia.

Em Porecatu a situação era semelhante, os camponeses ficaram sabendo que o governador queria desenvolver um projeto de colonização na região e começaram a se deslocar para lá, porém, a área já era ocupada por posseiros.

Para agravar a situação o governo havia vendido as terras a outras pessoas, sem nenhum respeito aos posseiros, como aponta Martins (1983).

Com o apoio do Partido Comunista (PCB) eclodiu a guerrilha de Porecatu, que terminou em janeiro 1951 com a intervenção do Estado para desapropriar as terras para fins sociais, o saldo do conflito foram muitos mortos e feridos.

Na região Sudoeste do Paraná ocorreu a Revolta dos Camponeses, em 1957, fruto mais uma vez das manobras ardilosas do governo do estado para obter ganhos financeiros. Em 1989 as terras foram transferidas para os estados, exceto as faixas de fronteira que permaneciam sob controle federal, o primeiro problema ocorreu neste sentido, “ambos o governos fizeram concessões de terras na área. Companhias colonizadoras venderam essas terras a colonos gaúchos e catarinenses. Estes, portanto, proprietários, viram-se na situação de posseiros” (MARTINS, 1983, p. 74). Tratava-se de uma questão jurídica, pois eles tinham a propriedade da área, mas mesmo assim estavam sujeitos a despejos.

O governador também vendia as terras para diferentes pessoas, para Martins (1994) a grande característica dessa transação é a obtenção de retornos financeiros e não políticos. Isso porque, frequentemente essas terras eram negociadas em favor de amigos e parentes do governador que logo em seguida as hipotecavam no banco (MARTINS, 1983).

A mesma terra era vendida a pessoas diferentes e ao mesmo tempo hipotecada ao banco do estado. Já não se tratava de grilar, de disputar com o outro o mesmo terreno. Mas de envolver um grande número de pequenos agricultores numa fraude, pois eles não eram posseiros e sim compradores de pequenos lotes de terra. (MARTINS, 1994, p.65).

A revolta envolveu os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema, a partir de Abril de 1957 os conflitos armados ocorreram por toda a região, os camponeses se organizaram, ocuparam as cidades e constituíram comissões de representantes denominadas Juntas Governativas.

Gomes (2005, p. 07) destaca que “cerca de 6.000 colonos tomaram a sede do município de Francisco Beltrão [...] Vinham em caminhões, carroças, a cavalo ou a pé. Todos armados. Com foices, velhos revólveres, espingardas de caça, enxadas e pedaços de pau”.

As autoridades locais fugiram, estações de rádio foram transformadas em bases de operações, até o chefe de polícia do estado que se deslocou para a região para tentar resolver as tensões foi mantido refém até aceitar as reivindicações dos camponeses. Após negociações com o chefe de polícia e a entrada da polícia militar nas diversas cidades envolvidas o conflito foi resolvido.

A partir da década de 1980 a presença organizada dos movimentos sociais no estado e a superação da forte repressão que a Ditadura Militar impôs, várias frentes de conflitos eclodem com características definidas e planejadas, como as ocupações de terras, de prédios públicos e de atingidos por barragens.

Os movimentos dos atingidos pela barragem de Itaipu, na região Oeste do estado, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), deu origem ao Movimento Justiça e Terra, que reivindicava a justa indenização das terras.

Foram montados acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembleias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi à base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste, em 1981: o MASTRO. (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007, p. 37).

Estes movimentos foram importantes para organizar os camponeses e situa-los no processo de luta pela terra e serviram de base para posteriormente surgir o MST (em 1984).

O MST passa a praticar ocupações de forma sistemática em todas as regiões do estado. A partir de 1990 o Noroeste irá se destacar pelo número de lutas, principalmente nos municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Marilena. Passam a ocorrer nesta região ocupações, despejos e violências generalizadas, inclusive com assassinatos de lideranças do movimento (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007).

Segundo Serra (2009, p. 14) as ocupações de terra na mesorregião Noroeste do estado marcou a atuação do MST fora da área de abrangência da Usina Hidroelétrica de Itaipu. A primeira ocupação na região foi à Fazenda 29 Pontal do Tigre, de propriedade do grupo Atalla, com uma área de 10.896 hectares no município de Querência do Norte. A partir de 1995 as ocupações de terras no Noroeste do Paraná se intensificaram, assim como a violência.

Na ocupação da Fazenda Saudade [Município de Santa Izabel do Ivaí], o Movimento enfrentou, pela primeira vez, a reação armada dos fazendeiros: após confronto, 17 trabalhadores saíram feridos e um deles – Pedro Lopes dos Santos – teve uma perna amputada (SERRA, 2009, p. 14).

A forte pressão dos fazendeiros não foi suficiente para frear a luta pela terra na região, segundo Serra (2009, p. 14) houve em 1996 oito ocupações de terras consideradas improdutivas, 17 em 1997, 25 em 1998 e 32 em 1999. No total foram registradas 88 ocupações entre 1995 e 2000, sendo 34 delas no município de Querência do Norte.

A organização dos camponeses se manifesta nas ocupações de terras por todo o território paranaense, a maioria desencadeadas pelo MST. Serra (2009, p. 14) destaca que entre 1988 e 2007 houve no estado 651 ocupações, o que corresponde a 65% das ocupações ocorridas na região sul do país, que totalizou 1.012 ocupações no mesmo período.

O resultado desta pressão social pela reforma agrária no Paraná é a concretização de diversos projetos de assentamentos rurais. Segundo os dados do INCRA, atualizados em Dezembro de 2011, foram criados no estado 319 assentamentos rurais e assentadas 19.811 famílias, em uma área de 409.293 hectares.

Na tabela 05 destacamos os assentamentos rurais criados na mesorregião Noroeste do Paraná.

Tabela 5 - Assentamentos rurais na mesorregião Noroeste do Paraná em 2011.

Município	N. de Projetos	N. de Famílias	Área do Projeto (ha)
Jardim Olinda	01	53	1.258,4500
Paranacity	01	22	256,0000
São João do Caiuá	01	40	726,0000
Mirador	01	29	617,7923
Amaporã	02	107	2.089,2043
Terra Rica	05	193	4.100,0088
Nova Londrina	01	29	685,1946
Marilena	03	107	2.512,5825
Planaltina do Paraná	02	208	3.536,2816
Santa Mônica	01	37	1.256,0000
Mariluz	01	235	5.758,3000
Querência do Norte	10	839	20.259,9416
Santa C. M. Castelo	04	158	3.496,3618
Icaraíma	02	38	881,8100
Xambrê	01	20	330,8140
Total	36	2.115	47.764,7400

Fonte: INCRA (2011). Org. Zeneratti (2012).

Através dos números expressos na tabela 05 podemos observar que a mesorregião Noroeste é um território construído mediante constantes lutas por terra. O município de Querência do Norte é o que apresenta o maior número de assentamentos (10) e também o maior número de famílias assentadas (839). No total há na região 36 projetos de assentamentos e 2.115 famílias assentadas, a área total dos projetos é de mais de 47 mil hectares. Na prática isso mostra a territorialização da luta pela reforma agrária, como destaca Fernandes (1996), concretizada na conquista de frações do território pelos camponeses.

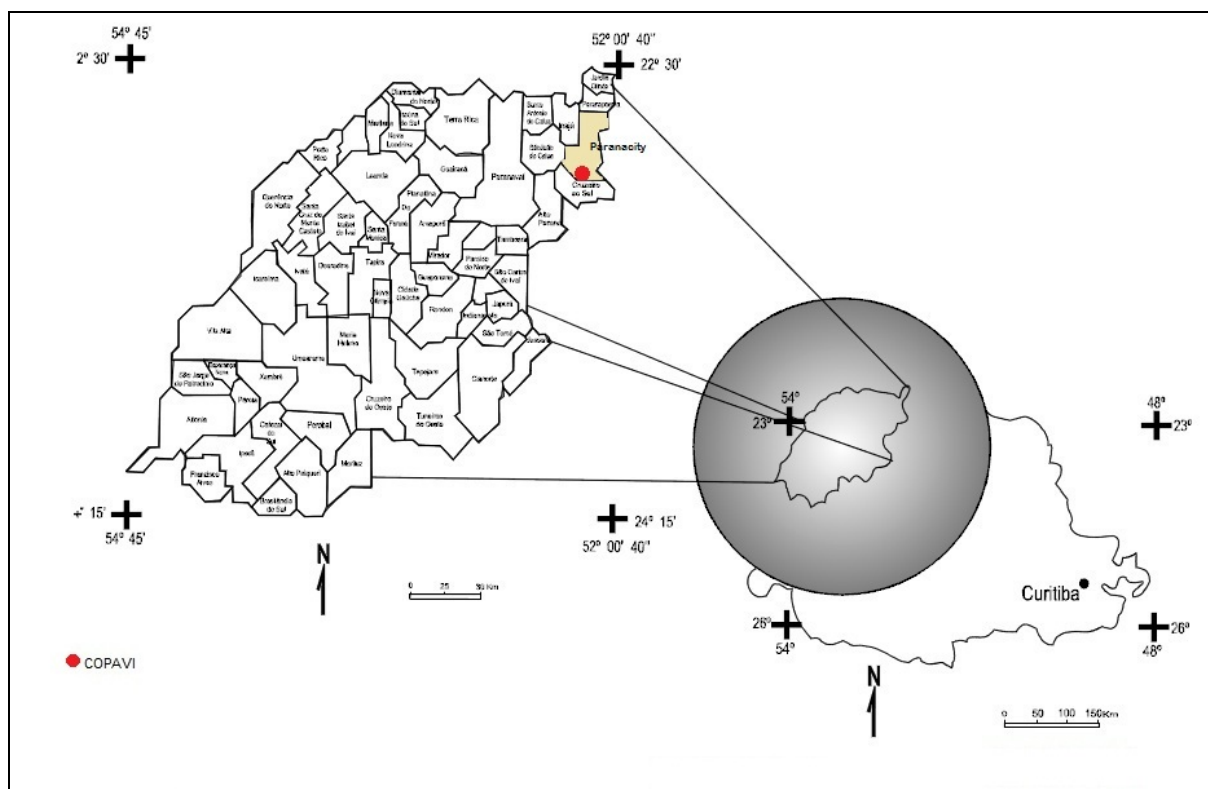
Por outro lado, revela a presença de grandes grilos formados durante o período de ocupação e colonização, segundo Westphalen (1968) na mesorregião Noroestes houve constantes problemas de terras, em diversos municípios, especialmente porque grande parte das negociações não privilegiavam os moradores das zonas próximas das glebas recém-abertas. A apropriação territorial desta região foi marcada por fraudes de documentos para legitimar as terras apropriadas ilegalmente, somada a violência usada como artifício para expulsar posseiros, “via de regra, com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício” (WESTPHALEN, 1968, p. 26).

É importante ressaltarmos que esses pontos discutidos contribuíram para a formação territorial paranaense, sobretudo os processos oriundos da ocupação e colonização do território, que tiveram em grande parte as empresas colonizadoras como mediadoras na transferência das terras públicas para domínio privado. Por outro lado, o papel Estado que por diversos momentos privilegiou os interesses de grupos políticos e econômicos negligenciando os problemas que ocorriam no campo, diante dessa atitude os conflitos se espalham pelo território. Porém, é a partir destes fatos históricos que os camponeses se organizam e passam a lutar, certamente foi a partir destas lutas que o território foi reconfigurado emergindo assentamentos em diversos municípios, fruto da luta dos camponeses.

1.7 PARANACITY NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

A COPAVI esta localizada na mesorregião Noroeste do estado do Paraná, no município de Paranacity, que faz parte da Microrregião Geográfica de Paranavaí (figura 04). Distante apenas 600 metros da sede do município, na rodovia PR-464, que faz ligação à cidade de Inajá.

Figura 4 - Localização geográfica da COPAVI.



Fonte: Pagamunici (2001, p. 22). Org. Zeneratti (2012).

A colonização da mesorregião Noroeste do Paraná foi conflituosa, pois haviam muitas terras devolutas (posse do estado), presença de grileiros e posseiros. A partir da formação de uma estrutura de acesso privado às terras os proprietários passaram a expulsar os posseiros e a lutar contra os grileiros, pois ao compra-las não conseguiam fazer uso, uma vez que eram griladas. O governador do estado Bento Munhoz da Rocha (1951-1955) tentou resolver estes conflitos fazendo medições e transferindo os posseiros para outras áreas (PERISSATTO, 2009).

Porém, quando o governador Moisés Lupion assumiu o governo do estado em 1956 (ele já havia governado o estado em 1947) os conflitos se acentuaram, sobretudo pela prática fraudulenta de doar terras a seus “amigos”. Os grileiros voltaram a atacar os posseiros e a expulsa-los, também se agravaram os conflitos entre proprietários e grileiros, pois terras antes devolutas e griladas passaram a ser privadas após as doações. Legalmente os beneficiados pelo governador eram reconhecidos como legítimos proprietários e tinham a prerrogativa de fazer o que lhes conviessem com elas, muitos vendiam para empresas de colonização (PERISSATTO, 2009).

As empresas que atuaram na região adotaram o procedimento de partilha territorial privilegiando o acesso a estradas nos espigões e a cursos d'água nos fundos de vales, os lotes rurais eram de aproximadamente 24 hectares, variando minimamente dependendo da empresa colonizadora. Segundo Serra (2010) a organização do espaço seguiu o modelo já consagrado na região norte, de atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), privilegiando a pequena propriedade.

Os compradores eram principalmente provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que iniciaram plantando café. Também houve uma migração para a região de nordestinos, para trabalharem para os sulistas na retirada da mata (PERISSATTO, 2009).

Para Serra (2010) a construção do espaço geográfico do Noroeste paranaense não é destoante dos processos verificados nas demais regiões, em especial a região Norte, principalmente pelo papel do mercado no direcionamento da produção rural.

Com algumas diferenças por conta do período de ocupação, da origem dos ocupantes, da empresa responsável pela colonização, e de características físicas locais, pode-se afirmar que o Noroeste do Paraná teve o mesmo processo de ocupação humana, de repartição das terras e de seu uso econômico, sempre seguindo as tendências e o comportamento do mercado (SERRA, 2010, p. 108).

A exploração agrícola foi inicialmente pautada no cultivo do café, porém, a partir da década de 1970 o Noroeste paranaense passa também, a exemplo das demais regiões do Paraná, por mudanças no modo de produzir. As novas políticas agrícolas passam a privilegiar a substituição dos cafezais por culturas temporárias imprimindo novos arranjos espaciais à região.

Estas culturas passam a ser distribuídas seguindo as características físicas dos solos, embora não exclusivamente, pois como destaca Paulino (2006) existem outros fatores que interferem na opção por determinadas culturas, como por exemplo, o mercado, o tamanho da propriedade e a mão de obra.

Segundo Maack (1981) na mesorregião Noroeste há ocorrência do Arenito Caiuá (série São Bento) e de rochas eruptivas como o basalto, resultado dos últimos derrames de lava do período Jurássico, na era Mesozóica.

Estas rochas formam solos distintos, as eruptivas básicas formam solos argilosos, enquanto as do arenito formam solos com baixos e médios teores de argila. Esses materiais, de constituição diversa, vão influenciar diretamente na formação dos solos, que apresentam variações, especialmente nas propriedades químicas. Em outras palavras, os solos provenientes do basalto tendem a serem mais férteis do ponto de vista agrícola do que os solos do arenito, como salientou Haracenko (2002).

Segundo Serra (2010) o Noroeste do Paraná após o declínio da cafeicultura foi ocupado nas regiões de domínio dos solos sobre o basalto pelas culturas de soja, trigo e milho, enquanto os solos sobre o arenito foram ocupados pelas lavouras de algodão e pastagens plantadas, tendo em vista a criação de gado de corte como atividade predominante.

Esta nova ordem político-econômica, de escala nacional, alterou a dinâmica regional, porém, é a partir de meados da década de 1985 que os contornos atuais começaram a serem traçados, sobretudo com o avanço das lavouras de cana de açúcar na região.

Este cenário, segundo Serra (2010), foi estimulado a partir da criação em 1975 do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), com o objetivo de diminuir a dependência que o Brasil tinha em relação ao petróleo e aos países produtores. Na mesorregião Noroeste isso carreou recursos subsidiados tanto para a formação de canaviais quanto para a implantação de usinas sucroalcooleiras.

A partir disso, podemos observar na tabela 06 que há uma concentração da produção canavieira no Noroeste, que obteve na safra 2011/2012 uma produção correspondente a 50% do montante produzido no estado.

Tabela 6 - Produção de cana de açúcar no Paraná por núcleo regional em 2012.

Núcleo Regional	Produção				
	2010/11 t	Participação %	2011/12 t	Participação %	Variação %
APUCARANA (c)	1.440.000	3	1.496.000	3	4
CAMPO MOURÃO (a)	1.622.075	3	1.925.000	4	19
CASCADEL (d)	53.799	0	51.175	0	-5
CORNÉLIO PROCÓPIO (c)	3.511.950	7	3.690.000	7	5
CURITIBA (f)	22.138	0	23.650	0	7
FRANCISCO BELTRÃO (e)	48.520	0	63.000	0	30
GUARAPUAVA (f)	2.915	0	2.525	0	-13
IRATI (f)	0		0		
IVAIPORÃ (c)	968.851	2	943.388	2	-3
JACAREZINHO (c)	5.222.730	10	4.913.765	10	-6
LARANJEIRAS DO SUL (f)	9.900	0	11.263	0	14
LONDRINA (c)	3.441.184	7	4.075.313	8	18
MARINGÁ (c)	8.320.000	17	8.580.000	17	3
PARANAGUÁ (f)	17.500	0	16.000	0	-9
PARANAVAÍ (b)	10.022.630	20	11.327.918	22	13
PATO BRANCO (e)	67.600	0	6.800	0	-90
PONTA GROSSA (f)	26.905	0	0		
TOLEDO (d)	77.920	0	74.750	0	-4
UMUARAMA (b)	14.960.935	30	14.500.000	28	-3
UNIÃO DA VITÓRIA (f)	8.925	0	9.053	0	1
CENTRO-OESTE (a)	1.622.075	3	1.925.000	4	19
NOROESTE (b)	24.983.565	50	25.827.918	50	3
NORTE (c)	22.904.715	46	23.698.466	46	3
OESTE (d)	131.719	0	125.925	0	-4
SUDOESTE (e)	116.120	0	69.800	0	-40
SUL (f)	88.283	0	62.491	0	-29
TOTAL	49.846.477	100	51.709.600	100	4

Fonte: SEAB/DERAL (2012). Org. Zeneratti (2012).

Segundo Serra (2010) essa distribuição espacial dos canaviais acontece principalmente por dois motivos, primeiro a grande concentração de usinas na região, que reduz custos com transportes, depois o comportamento do mercado, que vem ao longo dos anos favorecendo o aumento da produção.

Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) em 2006 o Paraná havia produzido 33.917.335 toneladas de cana, produção que apresentou significativo aumento até a safra de 2012, que produziu 51.709.600 toneladas. A área colhida também apresentou aumento, passando de 399.528 hectares em 2008 para 647.836 hectares em 2010, segundo o Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL).

A partir destes dados é oportuno esclarecer que Paranacity, onde se insere nossa área de estudo, faz parte da Regional de Paranaíba, que apresenta 20% da produção de cana de açúcar do estado, em termos quantitativos esta regional é responsável pela produção de 11.327.918 toneladas de cana de açúcar, em uma área plantada de 131.400 hectares.

A economia do município de Paranacity é bastante dependente da atividade agropecuária. Em relação à lavoura, o destaque é justamente para a cana de açúcar, que em 2009 teve uma área colhida de 10.747 hectares, como pode ser observado na tabela 07.

Tabela 7 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola em 2009, município de Paranacity.

Produto	Área colhida (Ha)	Produção (T)	Rendimento médio (Kg/Ha)	Valor (R\$1.000,00)
Borracha (látex líquido)	13	20	1.538	35
Café (em côco)	15	07	467	25
Cana-de-açúcar	10.747	1.054.000	98.074	47.430
Feijão	80	79	988	71
Laranja	19	475	25.000	119
Mandioca	150	4.300	28.667	473
Milho	612	1.934	3.160	445
Soja	985	1.724	1.750	1.293
Tangerina	01	19	19.000	08
Tomate	01	30	30.000	30
Urucum (semente)	600	630	1.050	1.638
Uva	01	08	8.000	05

Fonte: IPARDES (2011, p. 05).

Segundo o Censo agropecuário de 2006 existem no município 336 estabelecimentos agropecuários, havendo uma predominância quanto aos dedicados à pecuária com 165 estabelecimentos e uma área plantada de 13.833 hectares. Com isso, a atividade rural do município está assentada, sobretudo na produção de cana de açúcar e na pecuária, uma vez que estas duas atividades ocupam a maior parcela das terras agrícolas, seguidos pelas lavouras permanentes com 62 estabelecimentos e uma área de 1.596 hectares.

Outra característica relevante do município de Paranacity é a organização dos trabalhadores rurais, que não destoa do restante da mesorregião Noroeste, principalmente pela presença ativa dos movimentos sociais.

Esta organização tem levado a mudanças socioeconômicas, políticas e territoriais que extrapolam os números das estatísticas oficiais, seja devido ao grande número de famílias assentadas, um total de 2.115, organizadas em 36 assentamentos, que conferem dinamicidade a economia das sedes municipais, ou em virtude da singularidade da organização produtiva dos assentados, principalmente em Paranacity que a COPAVI é considerada referência.

A ocupação e colonização de Paranacity seguiu o modelo adotado em grande parte da mesorregião Noroeste, ou seja, o parcelamento das terras por empresas privadas, tal empreitada foi realizada pela Imobiliária Progresso LTDA, sediada no município de Apucarana-PR, que em 1940 demarcou e loteou as terras do patrimônio, colocando à venda lotes urbanos e rurais.

Em 1951 já havia no patrimônio um comércio ativo e a procura por lotes rurais seguia crescendo paulatinamente, até que em 1953 foi elevada à condição de distrito de Nova Esperança-PR. Em Novembro 1954, de acordo com a Lei estadual Nº 253/54 passou à categoria de município e sua instalação deu-se no dia 04 de Dezembro de 1955, com a posse de seu primeiro prefeito eleito.

A área do município é de 348,170 km², com população de 10.256 habitantes sendo que destas 781 vivem no campo (7,62%) (IBGE, 2010). A densidade demográfica é de 29,44 hab/km² e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é de 0,742. Limita-se com os municípios de Paranapoema, Colorado, Lobato, Inajá e Cruzeiro do Sul, com altitude de 460m (IPARDES, 2011, p. 03).

Segundo Arana e Baldassi (2009) o clima predominante em Paranacity é o subtropical, mesotérmico úmido, com estiagem no inverno, geadas pouco frequentes, com tendência à concentração das chuvas nos meses de verão. Os solos são provenientes da formação Arenito Caiuá, que apresenta textura arenosa.

A mesorregião Noroeste do Paraná apresenta características naturais específicas, destaca-se com maior relevância o solo, não desconsiderando a relação complexa de elementos que são responsáveis pela formação da paisagem, mas do ponto de vista agrícola o solo acabou direcionando a distribuição espacial das culturas no interior da região.

Soma-se ainda, o direcionamento da política econômica privilegiando determinadas culturas em detrimento a outras, que transformam o território uma vez que alteram as relações produtivas. Pois, como assevera Oliveira (1995, p. 27) “são

as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território”.

Como o processo de construção do território é simultaneamente construção, destruição, manutenção e transformação, como destacou Oliveira (1995), não seria possível compreender a dinâmica socioterritorial de Paranacity sem atrela-la ao desenvolvimento da mesorregião Noroeste do Paraná, pois os desdobramentos nesta escala contribuíram para os desdobramentos na escala local.

2 O COOPERATIVISMO: INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

As relações capitalistas, ao se expandirem pelos diversos setores produtivos, acentuaram as disparidades sociais, criaram novas formas de sobre-exploração do trabalho e encontraram na definição “capitalismo selvagem” uma conotação mais próxima de sua voraz espacialização.

Neste processo, ideias de cooperação entre as pessoas são trazidas para o debate, na perspectiva de criar condições de sobrevivência mais justas e igualitárias. É importante ressaltar que, mais do que isso, para uma parte dos socialistas o cooperativismo se apresentava, em última instância, numa alternativa para a superação do regime capitalista. Entre os teóricos que defendiam esta tese, Robert Owen teve grande destaque (RECHE, 2000).

O valor do cooperativismo também não é superestimado por Marx (2010), pois são experiências sociais que demonstram que a produção pode ser realizada sem uma classe de patrões, usurpando os frutos da classe assalariada. Porém, ele ressalta que o cooperativismo só terá sucesso na empreitada contra o monopólio da economia capitalista se extrapolar os limites locais.

Por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria (MARX, 2010, p. 103).

Segundo Marx (2010) a classe proletária seria salva na medida em que o sistema cooperativo atuasse em escala nacional.

Da proposta original aos termos do cooperativismo atual há uma enorme distância, contudo a prática difundiu-se significativamente, estando presente no meio urbano e rural, no comércio, na produção, na eletrificação, na habitação, etc. No campo, apesar de o estatuto cooperativo vedar o auferimento de lucro, em regra as cooperativas agropecuárias contribuem para o funcionamento das engrenagens da acumulação capitalista, estabelecendo um caminho que propicia acesso ao capital financeiro por parte dos agricultores ou, na esfera da comercialização, atuando como poderosos agentes de distribuição da produção em diversos mercados. Por outro lado, pode se constituir em instrumento de proteção

dos camponeses aos mecanismos extorsivos próprios do modelo de acumulação capitalista.

O objetivo desse capítulo é refletir sobre a modalidade de cooperativismo social–comunitário empreendido por camponeses, que mesmo com muitas dificuldades, encontram nele um instrumento de resistência e meio para a sua recriação. No Brasil, essa experiência converteu-se em uma das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda no início da década de 1990.

Apesar do incentivo à criação de cooperativas agropecuárias nos assentamentos, muitas experiências não foram exitosas, razão pela qual o movimento passou a repensar essa proposta de organização, principalmente a modalidade de coletivos. De qualquer maneira a incessante busca para desenvolver os assentamentos e torna-los viáveis do ponto de vista socioeconômico, tem trazido à tona discussões relevantes, renovando a ideia de que uma simples política de distribuição de terras não basta.

O cooperativismo nos assentamentos é fruto deste debate, daí a luta pela mudança nas formas de produzir. Para tanto, os parâmetros continuam sendo os da proposta original, sendo oportuno resgatá-los.

2.1 PRINCÍPIOS E PROPOSTAS DO COOPERATIVISMO

O modelo cooperativista moderno nasceu em 1844 em Rochdale, na Inglaterra, a partir da iniciativa de um grupo de trabalhadores tecelões, tendo como pano de fundo o desenvolvimento da indústria e a consolidação da classe operária, caracterizada por severa exploração. Por encontrarem-se submetidos a uma jornada de trabalho não raro superior a 14 horas diárias, alguns acabaram buscando formas alternativas de sobrevivência.

A despeito da envergadura que a proposta assumiu, cabe ressaltar a existência de mobilizações anteriores em busca do mesmo fim ainda no modo de produção escravista e comunal, respectivamente. Segundo Rech (2000), organizações semelhantes às cooperativas surgiram muito antes do século XIX, como os *Grêmios* no antigo Egito que reuniam trabalhadores escravos e os *Colégios* romanos que eram compostos por serralheiros e carpinteiros. Na América os Incas e os Astecas também empreenderam estratégias semelhantes, os primeiros com os

Ayllus, unidade comum baseada em laços de sangue e trabalho comunitário, os segundos com os *Calpulli*, voltados para atividades agrícolas coletivas.

Na contemporaneidade, as cooperativas assumiram papéis distintos nos regimes capitalista e socialista. Embora tenham apresentado boa organização dos camponeses nos países socialistas, apareciam atreladas aos planos governamentais de coletivização, algo externo aos trabalhadores e não como iniciativa autônoma deles, como destacou Rech (2000).

Na extinta União Soviética, logo após a revolução de 1917, o governo incentivou a criação de cooperativas de produção agrícola e cooperativas de consumo, com uma grande variedade de princípios e regras. As *kolkhoses* eram divididos em três categorias, as *comunas* nas quais os meios de produção e de consumo são comuns e os pagamentos são realizados segundo o trabalho de cada um, sendo essas as mais incentivadas. As *artéis*, nas quais os meios de produção são comuns, mas os bens e os resultados do trabalho são familiares, foram as que tiveram a maior aceitação pelos camponeses, principalmente por terem como base o trabalho familiar e favorecerem a solidariedade entre os camponeses. Por fim, havia as *tozes*, nas quais apenas os instrumentos de trabalho eram comuns.

Por sua vez, na China a modalidade de *comunas* foi predominante, porém com maior autonomia do que o verificado na União Soviética, destacando-se o pagamento segundo as necessidades básicas de cada família e não segundo o trabalho, como no caso anterior.

Outra modalidade de cooperativismo que merece destaque floresceu em um país capitalista, Israel que, diferentemente da União Soviética e da China, conseguiu implantar um sistema cooperativista tipicamente socialista. A *Kibutz* foi a mais conhecida, caracterizada pelo avançado estágio de organização comunitária passando pela produção, comercialização e alimentação. Rech (2000, p. 14) a descreve como “uma organização comunitária onde a produção e o consumo são totalmente comuns e onde tudo é partilhado, inclusive a habitação e a comida”.

Entretanto o exemplo de Israel não foi seguido nos países capitalistas. Segundo PINHO (1966), as cooperativas começaram a se multiplicar e a se concentrar nos países de estrutura capitalista a partir do século XX, tornando-se mais importantes depois da primeira guerra mundial.

Nestes países o cooperativismo assumiu um conteúdo ideológico diferente, mesmo tendo surgido com a perspectiva de superar as condições precárias de trabalho, como destaca Schneider (1971, p. 11).

O cooperativismo surgiu [...] como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial. [...] A cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores, nem explorados.

Fabrini (2003) também corrobora com essa interpretação, pois a seu ver nos países capitalistas as cooperativas foram tomadas como instrumento de correção das falhas do sistema e não de superação do modelo de acumulação vigente, se caracterizando “mais como um canal alternativo de comercialização de produtos, tendo como principal objetivo libertar-se da ação dos intermediários e comerciantes capitalistas” (FABRINI, 2003, p. 80).

Schneider (1971) também argumenta nessa direção, mostrando que a despeito do objetivo mais geral do cooperativismo, sua evolução esta diretamente condicionada pela dinâmica do modelo de acumulação de capital predominante, ou seja, a sua expansão nos países capitalistas foi incorporada à própria dinâmica de expansão do capital.

A absorção de ideias cooperativistas pelos agentes do capital inviabilizou uma transformação total da sociedade, sendo que em muitos casos, as cooperativas se alinham a práticas não muito destoantes daquelas das empresas, segundo as quais os interesses dos trabalhadores são colocados em segundo plano, em nome da inserção competitiva no mercado, como bem destacou Rech (2000).

Porém, ao não se apresentar como instrumento da propriedade privada individual, este modelo de organização apresenta condições diferenciadas de proporcionar ocupação e qualidade de vida, sobretudo no que se refere à autonomia, permitindo que cooperados libertem-se das relações de contrato e emprego subordinado. Entretanto, paradoxalmente, as cooperativas atuais abrigam em seu interior assalariamento e emprego precário.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), a cooperativa é definida como “uma associação autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender as suas necessidades e aspirações econômicas,

sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada” (ACI *apud* RECH, 2000, p. 22).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também ressalta o caráter democrático do cooperativismo e assim como a ACI não descarta o objetivo econômico, embora com menor ênfase.

A cooperativa é uma associação de pessoas que se unem voluntariamente para alcançar objetivo comum através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (OIT *apud* RECH, 2000, p. 22).

Observa-se que ambas expõem a prioridade da adesão voluntária e a necessidade de se buscar um objetivo comum. Com isso espera-se que a cooperativa atue em dois sentidos, primeiro como uma organização social, um grupo de pessoas buscando melhores condições de vida, e segundo como uma organização econômica atuando no mercado, sobretudo através da obtenção de bens e serviços necessários aos seus associados.

Nesses termos, enquanto que em uma empresa comercial a prioridade é o capital, importando a reprodução ampliada deste capital, na cooperativa a centralidade está no sujeito, nas necessidades e aspirações das pessoas envolvidas, de modo que o quadro social se sobrepõe ao princípio da apropriação privada dos meios de produção e seus frutos.

Há portanto, alguns princípios cooperativos básicos, que foram sendo alterados e lapidados desde Rochdale. No Congresso da ACI realizado em Manchester na Inglaterra em 1995, foram mais uma vez discutidos, sendo definidos sete princípios, como destaca Rech (2000), a saber.

Primeiro – Livre acesso e adesão voluntária – são organizações abertas a todas as pessoas, que sem nenhum tipo de discriminação por raça, cor, sexo, posição política ou religiosa, que podem utilizar seus serviços desde que estejam dispostas a aceitar as responsabilidades inerentes à condição de associado;

Segundo – Controle, organização e gestão democrática – são organizações nas quais o controle é exercido pelos seus membros, todos participam ativamente das políticas da cooperativa e da tomada de decisões. As pessoas eleitas para representarem a organização, sem discriminação de gênero, respondem

por suas responsabilidades frente aos demais associados. O direito de voto deve seguir o princípio democrático de um voto por pessoa;

Terceiro – Participação econômica de seus associados – os associados contribuem de maneira equitativa para formação do capital da cooperativa, sendo, pelo menos, parte deste capital propriedade comum da organização, controlado e gerido democraticamente. Como condição de fazer parte da cooperativa, normalmente os associados recebem uma remuneração limitada sobre o capital integralizado, e somente nos casos em que há possibilidade para tanto. Para garantir a solidez, os associados devem destinar parte das sobras para algumas finalidades. Entre elas destaca-se as seguintes: criação de reservas, sendo parte delas indivisível, benefícios aos membros na proporção de suas transações com a cooperativa e apoio a atividades específicas decididas em assembleias.

Quarto – Autonomia e independência – são organizações autônomas, de ajuda mútua, de controle e gestão exercida por seus associados. Sendo assim, caso entrem em acordos com outras organizações, estatais ou privadas, ou necessitem recorrer a capital de fontes externas, devem sempre buscar maneiras para manter o controle democrático por parte dos sócios, assegurando a autonomia própria.

Quinto – Educação, capacitação e informação – as cooperativas devem promover a educação e a capacitação dos seus associados, dirigentes eleitos, gerentes e empregados, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da organização. Como parte dessa estratégia, deve informar ao público em geral, particularmente os jovens e os membros de instituições formadoras de opinião, sobre a natureza e os benefícios do cooperativismo, na intenção de desmistificar o tema e angariar mais adeptos ao sistema;

Sexto – Cooperação entre as cooperativas – as cooperativas servem aos seus associados e fortalecem o movimento cooperativista de maneira mais eficaz trabalhando de maneira conjunta, principalmente se organizando e aderindo às estruturas locais (centrais), regionais (federações), nacionais (confederações) e internacionais;

Sétimo – Compromisso com a comunidade – através de políticas definidas em assembleias as cooperativas trabalham no sentido de promover um desenvolvimento sustentável da sua comunidade.

Estes princípios são, em muitos casos, incorporados nos próprios estatutos das cooperativas. Alguns devido a especificidades dos sócios tornam-se inadequados se considerados na sua forma original, com isso para não incorrer no erro de importar um modelo, principalmente para o campesinato, que destoe da realidade regional, podem sofrer pequenos ajustes.

O princípio de neutralidade política e religiosa que era adotado até o congresso da ACI em Viena, Áustria em 1966, foi alterado, sendo substituindo o terno neutralidade por não discriminação. Passou a aparecer coadunado com o primeiro princípio, no sentido de não haver nem um tipo de discriminação, seja social, sexual, política, racial, ou religiosa, tanto para o ingresso quanto durante a permanência do associado na cooperativa.

Rech (2000) destaca que além destes princípios existem também algumas normas técnicas relevantes para o funcionamento adequado das cooperativas. O primeiro se refere à compra e venda a vista, que garantem a liquidez e a saúde da cooperativa, embora a venda a prazo também seja viável desde que com garantias. No que refere-se às compras deve-se, atualmente, buscar executá-las com o maior prazo possível, mas com planejamento.

Com o objetivo de se tornar uma organização confiável e respeitada pelos associados e por todas as pessoas que com ela estabeleçam relações comerciais, deve-se manter o controle da pureza, qualidade e exatidão nos pesos e nas medidas dos produtos, esta norma é fundamental para o crescimento da cooperativa.

A terceira norma técnica privilegia a realização de operações preferencialmente com associados, porém, pode haver negociação com não sócios, se for definido em assembleia, desde que em proporção menor do que as realizadas com os sócios.

Para não prejudicar o mercado, principalmente os pequenos estabelecimentos comerciais, as cooperativas devem praticar os preços de venda compatíveis com os de mercado. Esta norma visa também a não descapitalização da cooperativa, que acarretaria falta de capital para saldar suas dívidas. O que ela pode fazer é ficar com a diferença entre os preços de produção e os de mercado e ter algum ganho, pode também oferecer preços um pouco melhores para os sócios.

A última norma trata do destino comum dos benefícios de operações com terceiros, ou seja, os resultados das operações com não sócios devem ser

utilizados em benefícios da própria cooperativa, como capitalização, saldar dívidas, construir instalações, sempre integrando o patrimônio comum em detrimento da distribuição entre os sócios.

Mesmo sustentado pelos princípios e pelas normas técnicas o movimento cooperativista não apresenta um padrão pré-definido a ser seguido obrigatoriamente, ou seja, embora exista este parâmetro geral, o objetivo é criar condições para o cooperativismo se adequar as diversas realidades regionais. Eles servem, em muitos casos, para nortear o legislativo quanto à elaboração das leis do cooperativismo, se a elas incorporados tornam-se então obrigatórios.

Para Novaes (1981), deve-se atentar para a diversidade de cooperativas que se utilizam do mesmo termo, mas que na prática possuem objetivos distintos. Um exemplo são os barracões de antigas lutas dos trabalhadores de Pernambuco que se tornaram cooperativas de trabalhadores, porém, mesmo organizados não romperam os mecanismos de dependência com os usineiros. Por sua vez, as cooperativas do Sul do país são funcionalmente diferentes, sendo compostas por pequenos, médios ou grandes proprietários, mas servem de canal de entrada de insumos das grandes empresas nacionais e multinacionais.

Enquanto a doutrina cooperativista possibilita a flexibilização da prática, as condições estruturais concretas passam, em grande parte, a determinar a sua formação e espacialização, assumindo características diferentes segundo a sua finalidade e composição social.

2.2 COOPERATIVISMO BRASILEIRO

A exemplo do cooperativismo clássico, o cooperativismo brasileiro nasceu com pouca possibilidade de promover profundas transformações sociais, tendo sido gestado a partir da perspectiva de correção de alguns dos problemas próprios da ordem capitalista.

O Estado foi figura decisiva para sua implementação, tanto regulamentando suas normas de criação e funcionamento, fiscalizando suas ações bem como criando aportes creditícios indispensáveis ao segmento. A primeira lei sobre o cooperativismo no Brasil foi o decreto 22.239 de 1932 do governo Vargas, que previa incentivos às cooperativas, sobretudo porque tinha como objetivo enfrentar, através da diversificação agrícola, os problemas provocados pelas

constantes crises em decorrência da instabilidade de preços no comércio internacional, particularmente do café (RECH, 2000).

Outro objetivo subjacente ao decreto era o de tornar o cooperativismo um instrumento para aumentar a produção agrícola, com a finalidade de abastecer as áreas urbanas em crescimento, como destacou Loureiro (1981).

O sentido histórico da utilização da cooperativa pelo Estado pode ser identificado a partir da percepção da necessidade de promover a expansão da produção agrícola, especialmente de alimentos destinados ao abastecimento das populações urbanas em acelerado processo de crescimento desde a década de 30. (LOUREIRO, 1981, p. 136).

A partir da intervenção estatal na organização do cooperativismo foi possível estimular a sua expansão, mesmo que ainda tímida devido a pouca tradição neste tipo de empreendimento, aliado ao intento de fazê-lo sem contrariar os interesses da burguesia. Segundo Fabrini (2003, p. 83) “era um estímulo seletivo e uma intervenção, principalmente através da regulamentação, de caráter reformista sem tocar nos interesses das oligarquias”.

Para Fleury (1983) este caráter reformista, embasado ainda pelos princípios doutrinários do cooperativismo, ajudava a justificar as intervenções do Estado na economia, pois estas seriam feitas em nome dos menos favorecidos.

Entretanto esse “caráter reformista” do movimento se esgota, pelo menos a nível do setor agrícola, nas pretensões modernizantes de integração de produtores ao mercado, não tocando por exemplo no problema da propriedade da terra, dos trabalhadores rurais, questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias (FLEURY, 1983, p. 47).

Posteriormente, já numa nova legislação, agora promulgada pelo Governo Militar para o cooperativismo, será imposto uma gama de restrições dificultando a constituição e o funcionamento das cooperativas. A Lei 5.764 de 1971, ainda em vigor, se caracterizou por propor um cooperativismo empresarial, que destoando do princípio alheio ao lucro, enquanto organização passou a ter nele a sua centralidade.

A década de 1970 foi um divisor de águas para o cooperativismo, pois ele assumiu o papel de protagonista para a inserção de tecnologias no campo, servindo de instrumento para a modernização acelerada e para o avanço das relações capitalistas. Segundo Rech (2000), os militares deram à lei e as políticas

uma característica meramente empresarial, contribuindo para aprofundar a decadência ideológica do cooperativismo, principalmente porque favoreceu o controle das cooperativas pelos grandes produtores e industriais.

Ao observar o texto da Lei 5.764/71 observamos que os meios adotados para estimular o crescimento do cooperativismo no Brasil foram os subsídios, especialmente pelo fornecimento de crédito e redução de juros, quando não isenção.

Art. 109. Caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., estimular e apoiar as cooperativas, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento. [...] § 3º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linhas de crédito específicas para as cooperativas, de acordo com o objeto e a natureza de suas atividades, a juros módicos e prazos adequados inclusive com sistema de garantias ajustado às peculiaridades das cooperativas a que se destinam. (BRASIL, Decreto-Lei 5.764/71).

Não se pode deixar de fazer referência que esta política de incentivos teve grande importância para o crescimento quantitativo das cooperativas. Segundo Schneider (1971, p. 15) entre 1973 e 1975 houve um crescimento de 21% no número de produtores associados e entre 1974 e 1977 as exportações de produtos básicos tiveram um incremento de 44%, com isso as cooperativas foram responsáveis por 5,1% do total das exportações.

Porém, o cooperativismo brasileiro se territorializou no campo seletivamente, privilegiando regiões e setores específicos, sobretudo as culturas de exportação. Isso aconteceu, segundo Fabrini (2003), porque o cooperativismo não rompeu com as relações de classes. Com isso, sua expansão seguiu na direção dos anseios da burguesia em criar um cooperativismo empresarial, inserido na dinâmica capitalista para manter e reforçar a dominação e a subordinação dos trabalhadores ao capital.

A legislação cooperativista sofreu vários ajustes para promover maior adequação ao sistema, e a Constituição Federal de 1988 é uma expressão disso. O princípio da autonomia cooperativista e da livre adesão são incorporados no artigo 5º, incisos XVIII e XX.

Art. 5º [...] XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; [...] XX – ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado. (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

A Lei 5.764/71 apesar de disciplinar e normatizar a criação de novas cooperativas restringiu a autonomia das já existentes. Contraditoriamente os termos na Constituição de 1988 indicam a tentativa de atenuação destas limitações, principalmente pela proibição da interferência do Estado nas organizações, propiciando o início da autogestão do cooperativismo.

Atualmente as cooperativas podem se organizar livremente, não sendo obrigatória a vinculação a instâncias de representação ou a organizações superiores. No campo existem duas federações distintas ideologicamente, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) representante indistinta da agricultura camponesa e da agricultura empresarial, e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) que representa os interesses dos assentados que se organizaram em cooperativas.

A OCB é considerada o órgão máximo de representação das cooperativas no país, tendo como objetivo representar todas as cooperativas, independentemente da natureza de atividade a que está vinculada e os setores de classe envolvidos. Foi criada em 1969 a partir da fusão da Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO).

Já a CONCRAB nasceu em 1992, no contexto dos debates internos do MST, tendo como objetivo organizar e planejar o desenvolvimento das cooperativas dos assentados. Tem como objetivo organizar a formação técnica de caráter nacional, desenvolver estudos e estratégias de mercado, cuidar das relações internacionais (exportações) e articular as relações entre cooperativas ou com outras federações (FABRINI, 2003).

Estas duas federações são distintas, sobretudo porque congregam interesses distintos, são organizações compostas por projetos de classes opostos. Por essa razão, o intercâmbio entre elas é quase nulo, limitando-se, quase sempre, à esfera das relações comerciais. Por outro lado, as cooperativas a elas vinculadas são bastante diversas, sendo oportuno percorrer as respectivas modalidades e formas de organização mais recorrentes.

Embora todas as cooperativas apresentem características comuns de funcionamento, porque são regulamentadas pelas mesmas leis, diferenciam-se, sobretudo pelas especificidades inerentes aos objetivos sociais, econômicos e políticos a que se propõem.

Elas podem ser classificadas segundo sua natureza, função e nível de organização. A lei do cooperativismo prevê a seguinte estrutura de organização, segundo Rech (2000, p. 35):

- a) Cooperativas singulares: constituídas por pessoas físicas e excepcionalmente por pessoas jurídicas, se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados;
- b) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas: constituídas por pelo menos três cooperativas singulares, têm como objetivo organizar numa escala maior os serviços econômicos e assistenciais das filiadas, integrando e orientando suas atividades;
- c) Confederação de cooperativas: constituídas por no mínimo três centrais ou federações de cooperativas, com o objetivo de orientar e coordenar as atividades das filiadas.

Quanto à natureza distinguem-se segundo as atividades que desenvolvem em relação aos seus sócios, como explicou Rech (2000, p. 36):

- a) Cooperativas de distribuição ou serviços: colocam à disposição dos associados bens e serviços, que necessitam, em melhores condições de qualidade e preço (como as de consumo, crédito, escolares, habitação, etc.);
- b) Cooperativas de produção: buscam colocar a produção dos seus associados nos mercados em melhores condições de preços, regularidade e segurança (como as agropecuárias, as tritícolas, as de café, etc.);
- c) Cooperativas de trabalho: compostas por sócios que possuem a mesma profissão para venderem organizadamente o seu trabalho (cooperativas de médicos, dentistas, taxistas, metalúrgicos, etc.).

Quanto às funções se diferenciam de acordo com a quantidade de setores ou produtos a que se dedicam (RECH, 2000, p. 36):

- a) Cooperativas unifuncionais: caracterizadas por se dedicarem a uma única função ou a determinado serviço especializado (as de seguro, de consumo, de crédito, etc.);
- b) Cooperativas multifuncionais: se dedicam a diversas funções ou atividades, como por exemplo, as cooperativas mistas que além

de colocarem a produção dos associados nos mercados também fornecem insumos e sementes ou até mesmo crédito;

- c) Cooperativas integrais: buscam atender todas as necessidades dos associados, tanto econômicas quanto sociais, é o modelo de organização mais difícil de ser atingido, considerada até utópica.

Segundo Rech (2000, p. 37) as cooperativas mais conhecidas no Brasil são:

- a) Cooperativas de crédito: destinadas a fornecer empréstimos e serviços de poupança aos seus sócios. E através da superação das dificuldades de crédito favorecer o desenvolvimento dos empreendimentos dos associados. Apesar das dificuldades encontradas por este tipo de cooperativa, principalmente após a reforma bancária de 1964, ela apresenta uma vantagem considerável, que é a utilização dos ganhos com as aplicações e empréstimos em benefício dos sócios, ou seja, os ganhos ficam na própria cooperativa;
- b) Cooperativas de consumo: dedicadas à compra de produtos e serviços desejados por seus associados, lhes ofertando em melhores condições de preço e qualidade. Esta modalidade de organização pode ser viável quando organizada para aquisição de produtos agrícolas direto dos produtores, pois elimina os intermediários. Entretanto, se criadas por empresas para atender seus funcionários, sendo obrigatórias as transações com ela, pode criar uma relação de dependência;
- c) Cooperativas agropecuárias: têm como objetivo organizar as atividades dos sócios, produtores rurais que possuam os meios de produção, lhes colocando à disposição para receber a produção e coloca-la no mercado. Na maioria dos casos são cooperativas multifuncionais, que além de receberem a produção trabalham com setores de beneficiamento e industrialização, também se colocam como fornecedoras de bens de consumo e insumos agropecuários aos associados;
- d) Cooperativas de pesca: compostas por pescadores para organizar suas atividades produtivas, colocar a produção no mercado ou viabilizar a disponibilidade de material necessário para o trabalho;

- e) Cooperativas habitacionais: organizadas para construir ou administrar a construção de conjuntos habitacionais para seus associados. Podem ser divididas em mutirão (muitas vezes informais com objetivo comum e tempo determinado), profissionais (compostas por técnicos ou trabalhadores da construção civil para construir casa para si ou para terceiros) e as financiadoras (que se dedicam a financiar a construção de casas para o quadro social);
- f) Cooperativas de eletrificação rural: visa agrupar agricultores para produzir energia elétrica ou implantar redes para ligação ao sistema já existente;
- g) Cooperativas-escola ou educacional, formada por professores ou pais de alunos para manter uma escola formal, como não tem proprietário para retirar os lucros, torna-se possível aplicar as sobras na própria escola.

Para constituir uma dessas cooperativas é necessário recursos. No caso específico das vinculadas à agricultura eles podem ser obtidos de formas distintas, ou seja, provêm de fontes diferentes. As cotas partes iniciais podem ser obtidas pelas contribuições dos sócios ou através de programas governamentais.

Segundo Fabrini (2003), entre os assentados os recursos são captados primordialmente através de projetos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outra forma de captação ocorre por meio do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), mas em regra o crédito não atende as demandas. Além disso, estes estão mais acessíveis aos grandes empreendimentos.

Em 2008 com a Lei 11.775/08 o RECOOP possibilitou que as cooperativas tivessem alguns avanços quanto ao acesso ao crédito, principalmente por ser uma medida para estimular a liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Estes estímulos foram no sentido de descontos sobre juros e parcelamento das dívidas, certamente medidas que contribuem na tentativa de fortalecimento das cooperativas, pois a inadimplência dificultava o acesso ao crédito.

Então, a questão fulcral não esta relacionada ao tipo de cooperativa ou a sua forma de organização, mas sim as suas diferenças ideológicas, que

embora amparadas nos mesmos princípios teóricos apresentam disparidades abismais. E o lugar destas organizações dentro da sociedade capitalista, dividida em classes, passa a ser determinante para as possibilidades de consolidação, uma vez que as grandes, do ponto de vista econômico, se sobressaem sobre as pequenas.

2.3 AS COOPERATIVAS DO MST

Em oposição às cooperativas “empresariais” emergem outras com características diferentes, sobretudo por congregarem sujeitos sociais que encontraram na luta a essência do trabalho coletivo, seja pela experiência dos acampamentos nos quais a vida comunitária se exacerba ou pela resistência dos camponeses assentados continuamente postos à prova frente às dificuldades de produção e comercialização.

A Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) foi o modelo adotado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para organizar as atividades produtivas dos assentados, buscando fortalece-los e possibilitar a reprodução da produção camponesa.

Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens de compra / venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, e permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarianização a que está historicamente submetido. (OLIVEIRA, 1986, p. 72).

Segundo Fabrini e Marcos (2010), em Cuba as CPAs se constituem numa proposta significativa para elevar os padrões técnicos, econômicos e políticos da agricultura camponesa, se aproximando mais do socialismo, modelo este que influenciou a implantação das cooperativas nos assentamentos brasileiros.

No Brasil, as CPAs cubanas serviram de referência para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na elaboração de uma proposta de agricultura coletiva a ser implantada nos assentamentos de reforma agrária. Não se tratou, porém, de transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas e sociais existentes entre Brasil e Cuba. (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 15).

Os debates sobre o trabalho coletivo nos assentamentos tomaram corpo no início da década de 1990, antes disso, as relações comunitárias eram menos elaboradas, como os mutirões e as trocas de dias serviços.

O movimento que, neste período, sofria forte repressão por parte do governo federal, passou a se preocupar com a organização interna. E os assentamentos seriam peças fundamentais na construção da resistência dos trabalhadores, como destacou Fabrini (2003).

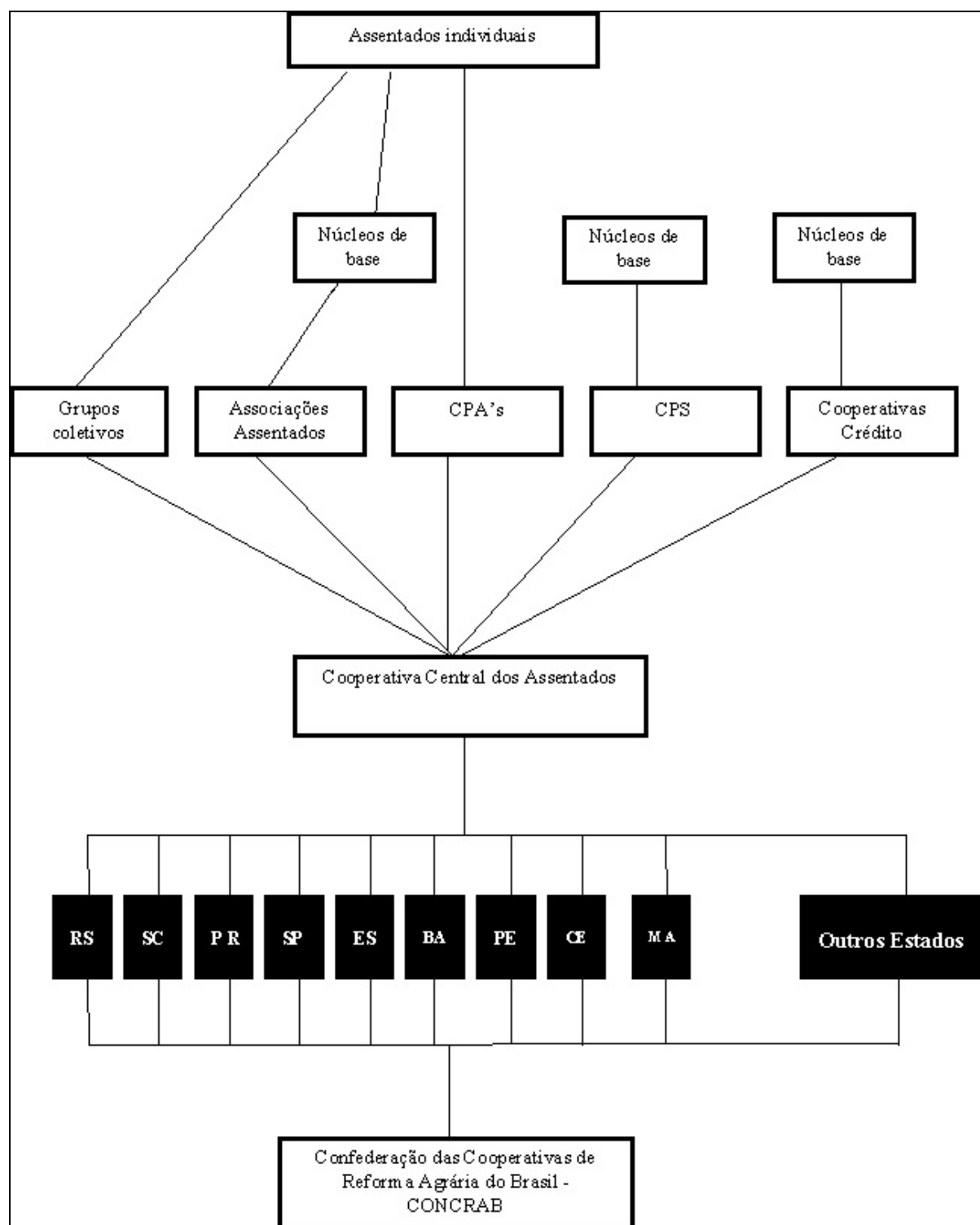
Ao se fomentar a cooperação agrícola se buscava, além da sobrevivência socioeconômica dos assentados, o fortalecimento da luta pela reforma agrária, pois desde o princípio assumiu-se que a simples destinação de um lote não poderia significar a ruptura com a identidade “sem terra” e o conteúdo político a ela inerente.

A partir desta compreensão, os assentamentos deixaram de ser o fim da caminhada e passaram a ser o início de um novo processo. Como destacou Fernandes (1996, p. 241) “entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra”. Diante disso, eles passam a desempenhar o papel de retaguarda e alicerce para o movimento continuar se territorializando.

Com o objetivo de organizar as famílias assentadas foi criado em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), organizado nos níveis local (os assentamentos), estadual e nacional, conforme mostra a figura 05.

O SCA funciona da seguinte maneira: as famílias assentadas devem estar vinculadas a um núcleo de base, uma CPA ou grupo coletivo. Os núcleos de base devem estar vinculados às associações, cooperativas de prestação de serviços (CPS) ou cooperativas de crédito (CRED), estas por sua vez, juntamente com as CPAs e os grupos coletivos, estão vinculadas a Cooperativa Central dos Assentados (CCA) de cada estado, que se vinculam a CONCRAB a nível nacional.

Figura 5 - Sistema cooperativista dos assentados.



Fonte: FABRINI (2003, p. 109).

No entendimento do MST as CPAs seriam também uma forma de superação da condição de exploração e subordinação criadas pelo modo de produção capitalista. Desempenhariam, através do controle dos meios de produção, uma atividade caracteristicamente econômica, muitas vezes incentivando a produção em cadeia e a especialização para alcançar melhores resultados, porém, sem desprezar a produção para o autoconsumo (FABRINI; MARCOS, 2010).

Além dessas concepções, tais cooperativas não estão desconectadas da vida política, inclusive devem apresentar objetivos políticos, trabalhando para conscientizar os assentados sobre seu papel social na luta pela terra e para a transformação da sociedade. Segundo Fabrini (2003, p. 145) “a cooperativa [...] deveria contribuir na organização das famílias assentadas, visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção nos assentamentos”.

Mas, as CPAs não apresentaram os resultados esperados pelo MST, não havendo uma reprodução satisfatória do modelo, tanto do ponto de vista do funcionamento quanto quantitativamente, fato que tem levado o movimento a refletir sobre as formas de exploração coletiva.

Alguns pontos foram levantados por Fabrini e Marcos (2010), um deles de caráter externo, pois a valorização da agricultura de negócio tem colocado obstáculos para as iniciativas camponesas, a força política deste modelo dificulta o acesso às terras de reforma agrária, infraestrutura, assistência técnica, financiamentos, etc.

O outro fator é de caráter interno, principalmente gerado por problemas de relacionamento entre os camponeses devido à estrutura hierarquizada das CPAs, a prejuízos causados pela má gestão, a formação de grupos hegemônicos ou personalistas e o estranhamento em relação às decisões coletivas, que embora aceitas não são internalizadas.

Somam-se a isso as dificuldades dos camponeses em aceitar a lógica empresarial de trabalho, com horários rígidos e atividades segmentadas, ou seja, um trabalho alienado, muito parecido com o desenvolvido numa fábrica, condição que muitos lutaram para sair.

Embora os camponeses estejam vinculados ao mercado capitalista, essa comunicação não é homogênea, mas desigual e contraditória. Para os camponeses, a produção de mercadorias não constitui o centro de suas relações. Para eles, o mercado é um meio, e não um fim. (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 114).

Para Fabrini e Marcos (2010), não raro, a forma de organização interna das CPAs leva a perda do controle familiar sobre o trabalho e sobre os resultados produtivos. Este conjunto de problemas, sobretudo os de ordem interna, fazem com que as cooperativas coletivas não apresentem os resultados esperados pelo MST, pois há um confronto de racionalidades, a organizativa proposta e a do campesinato assentado.

Apesar dessas dificuldades, no Paraná, existem importantes cooperativas de reforma agrária, que inegavelmente tem se constituído em instrumentos valiosos para o desenvolvimento de ações coletivas. Na tabela 08 quantificamos as cooperativas existentes no estado.

Tabela 8 - Cooperativas dos assentamentos do estado do Paraná.

Município	Nome	Modelo	Famílias
Querência do Norte	COANA	CPS	33
Laranjeiras do Sul	COAGRI	CPS	3.000
Lindoeste	COARA	CPS	90
Castro	COTRAMIC	CPS	66
Honório Serpa	COOFAGRE	CPS	222
Londrina	COOPRAN	CPS	52
Paranacity	COPAVI	CPA	22
Querência do Norte	COPACO	CPA	31
Pitanga	COOPROSERP	CPA	20
Cantagalo	COOPCAL	CPA	26
Pitanga	COPROAG	CPA	20
Nova Laranjeiras	CREDTAR	CRED	1.833

Fonte: Fabrini (2003, p. 136).

Podemos observar na tabela 08 que há cinco Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) no estado e seis Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), porém, as últimas envolvem mais famílias, uma vez que não são modelos coletivizados de produção, diferente das CPAs, antes apenas organizam a comercialização dos produtos dos assentados.

Entre estas cooperativas a COPAVI localizada em Paranacity e a COANA localizada em Querência do Norte são as únicas experiências coletivas na mesorregião Nordeste do estado, o que comprova que o modelo é menos visado pelos assentados, principalmente considerando que na região há um total de 36 assentamentos.

A organização em cooperativas de assentados marcou a atuação do MST também fora do Paraná. Como no caso do estado de Santa Catarina que os assentados estão organizados em torno de uma cooperativa central, que detém a marca Terra Viva, comercializando diversos produtos advindos dos assentamentos, como: alho, leite, queijo, frango, pepino e doces em conserva.

Cooperativas como a Cooperunião, do Assentamento Conquista na Fronteira, localizada no município catarinense de Dionísio Cerqueira, comercializam produtos por intermédio desta cooperativa central, atribuído à sua produção a marca Terra Viva. Com isso os assentados se inserem no mercado esquivando-se da ação dos atravessadores, sobretudo do capital comercial.

Com base nos trabalhos de Fiorentin (2006) foi possível identificar que a Cooperunião foi criada no momento histórico em que o MST gestava a proposta de cooperação como estratégia para os assentamentos do Paraná, ou seja, início da década de 1990.

O estatuto da cooperativa coletiva catarinense expressa claramente um dos objetivos do movimento, que é: “produção para subsistência; produção para comércio; produção e industrialização” (FIORENTIN, 2006, p. 67), em outros termos, buscam-se maneiras para a manutenção socioeconômica do assentamento.

Com isso, não podemos deixar de considerar o importante papel das cooperativas para a resistência camponesa, porém, destacando que no geral elas não tiveram a aceitação condizente com as expectativas do movimento, como esclarece Fabrini (2003), o que na prática não as inviabilizaram, como demonstram as experiências existentes, antes se destacam pela capacidade de organizar a produção, a vida social e política dos assentados.

Entretanto, não é possível situar esse debate nos termos de uma leitura formal, privilegiando seja resultados mensuráveis quantitativa ou monetariamente falando, porque há complexos níveis de gradação quando se objetiva compreender as experiências cooperativistas no interior das CPAs. Eis a razão para nos debruçarmos no estudo da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), o recorte espaço temporal definido para essa pesquisa.

3 O COOPERATIVISMO NA COPAVI: LUTA E REPRODUÇÃO SOCIAL

O grande desafio colocado para os assentamentos de reforma agrária é sobreviver frente às dificuldades político-econômicas impostas aos camponeses. Para tal, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem eleito como uma das estratégias a formação de cooperativas, sobretudo as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). Essa proposta não se faz senão por meio de permanente reflexão, já que a ideia de cooperação requer um movimento dialético de construção, desconstrução e reconstrução por meio da ação prática orientada por parâmetros que derivam dessa simbiose, sem desconsiderar os acertos nas experiências de outros lugares que, igualmente, moldam e redefinem a prática coletiva nos assentamentos.

A proposta de criação de cooperativas para a promoção dos camponeses não pode ser entendida apenas pelo viés econômico, uma vez que os sujeitos sociais que as compõem são em grande parte oriundos de uma classe cujo sustentáculo está no trabalho familiar e no controle dos meios de produção, características que serão em grande parte suprimidas pelas decisões coletivas.

Neste cenário, emergem exemplos de projetos que em meio a muitas dificuldades perseveraram na proposta, tornando-se referência para o MST, a exemplo do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria, organizado na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI).

Compreender o conteúdo social, político e econômico dessa fração do território organizada sob a forma de cooperativa-coletiva é uma maneira não só de aprofundar o conhecimento acerca das diferentes estratégias de cooperação, mas também de verificar se há desdobramentos potencialmente alternativos para os camponeses em luta pela e na terra, para que se possa contribuir com parâmetros para as ações de cunho territorial.

Para tanto, elenca-se algumas questões norteadoras: Quais as características do ordenamento territorial desse assentamento? O cooperativismo nos moldes construídos pela COPAVI tem sido capaz de atenuar o processo de sujeição da renda da terra e de monopolização do território pelo capital? Esse capítulo consiste num esforço de aproximações e respostas parciais, pois assim é a ciência, a estas indagações.

3.1 O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA NA COPAVI

A área de 252 hectares que hoje pertence à COPAVI foi desapropriada em 1988 por ser considerada improdutiva, ou seja, o proprietário não estava observando o preceito constitucional do cumprimento da função social da terra, com isso a fazenda que se chamava Santa Maria foi destinada para fins de reforma agrária.

Porém, da desapropriação ao início da efetiva ocupação da área se passaram cinco anos. Durante este período seu proprietário a arrendou à usina Santa Terezinha para o plantio de cana de açúcar, com o objetivo de seguir auferindo renda e, ao mesmo tempo, dificultar a ocupação das terras segundo os preceitos da reforma agrária.

Ao tomar conhecimento da desapropriação, bem como das tentativas do fazendeiro de ocultar a improdutividade por meio do arrendamento à referida empresa sucroalcooleira, o MST ocupou-a no dia 19 de Janeiro de 1993.

Participaram desta ocupação 25 famílias, oriundas basicamente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Após a chegada encontraram no local alguns barracos de lona de moradores da cidade que pleiteavam a propriedade da fazenda, mas não estavam residindo ou plantando no local, como relatado por um dos assentados da COPAVI, “não houve conflito diretamente com os moradores da cidade, porque eles não estavam aqui, só tinha barracos, então só se derrubou os barracos” (Entrevistado Sr. I.).

Segundo Fernandes (2000b, p. 74), o tipo de ocupação ocorrido na Fazenda Santa Maria pode ser considerado como “ocupação de uma área determinada”, que é caracterizada pela definição da quantidade de famílias mobilizadas para a ação condicionada pelo tamanho da área. Como neste caso era pequena, consequentemente vieram poucas famílias. Esta forma de ocupação tem o objetivo de conquistar a terra, mas não de assentar todas as famílias no local, as remanescentes partem para novas lutas.

Após a ocupação, a usina foi avisada para retirar a cana que estava plantada, fato que não ocorreu. Diante disso, vieram cerca de 400 integrantes do MST de diversas regiões do estado para ajudar no corte, toda a produção foi empilhada na margem da estrada à espera da usina, que também não veio buscá-la levando a perda da produção.

Este primeiro momento é lembrado por muitos assentados como um dos mais difíceis na história da COPAVI, principalmente pela falta de recursos para preparar a terra e iniciar o plantio. Segundo o relato de um assentado (entrevistado Sr. C.) este período foi “o mais difícil, tinha que cortar a cana, tirar tudo no braço, arrancar as touceiras e só depois começar a plantar. Começamos com pasto e mandioca”.

As dificuldades nesse primeiro momento não foram exclusivamente de ordem interna, já que o poder público local colocou-se claramente contra a formação de um assentamento do MST no local. A população da cidade também não conhecia a proposta do movimento e os via como arruaceiros, em regra interpretando a ação como de invasão de terra produtiva, uma vez que não fora dado amplo conhecimento da desapropriação da área e do próprio ilícito do arrendamento.

Esta resistência da população se inscreve em um contexto de defesa incondicional da propriedade em nome dos interesses de uma classe, contudo ideologicamente inculcados, como se tratasse de princípio inalienável do pacto civilizatório. Trata-se, portanto de uma situação reveladora de um conflito instaurado em torno de duas formas distintas de apropriação da terra, aquela cujo fim é o negócio e aquela cujo fim é o trabalho, distinções claramente evidenciadas por Prado Júnior (1981), Martins (1994) e Oliveira (2003), entre outros.

Eis assim uma das melhores expressões do que concebemos por disputa territorial, dados os dois ingredientes fundamentais, base material de recursos e relações de poder em jogo. Como destaca Fernandes (2000b, p. 67), “os sem terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas”.

No caso em questão, conseguiram triunfar. Após a ocupação as famílias organizaram um acampamento no local na intenção de resistir e pressionar o poder público para a criação do assentamento. A ocupação e o acampamento são as principais estratégias de luta dos trabalhadores sem terra.

São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. (FERNANDES, 2000b, p. 62).

O acampamento é um momento transitório para ao assentamento, normalmente caracterizado por privações de toda ordem, como condições inadequadas de moradia, alimentação, saneamento, educação, segurança, enfim ingredientes indispensáveis à dignidade humana e resguardados constitucionalmente a toda pessoa humana.

Porém, a concretização do assentamento não significa o fim imediato destas privações, para supera-las somente com incansáveis lutas, tanto no plano interno, com a organização da produção, quanto no plano externo, na imposição dessas demandas para a agenda do Estado, que deverá ameniza-las por meio de políticas públicas. Na COPAVI não foi diferente, uma assentada conta que “no início do assentamento a vida era muito difícil, quem ajudou foi o movimento, os amigos do movimento, eles nos ajudavam com comida e outros produtos, depois que veio os recursos do governo” (entrevistada Sra. T.).

Como se pode observar, a sustentação do movimento social se constitui no interior de uma rede política, na qual o apoio material não comparece como auxílio, senão como estratégia de fortalecimento que atua a partir do ponto mais frágil, o plano das necessidades imediatas, dado que se não forem satisfeitas, não há como prosseguir na luta.

As formas de apoio às ocupações de terras são diversas, resultam do trabalho de base realizado pelo MST e por outras organizações progressistas. Muitas vezes prefeituras cedem ônibus para o transporte dos sem terra, as famílias assentadas contribuem doando alimentos cultivados por eles, caminhões e tratores para o primeiro plantio nas terras ocupadas (FERNANDES, 2000b).

É esse o contexto de constituição da COPAVI, fundada em Julho de 1993, após muitas reflexões sobre o tipo de assentamento a ser implantado no local. A questão era optar entre assentamento coletivo ou individual, sendo o primeiro caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra, e no segundo caso, na propriedade dividida entre as famílias, cada uma recebendo um lote.

Considerando que o solo, além de sua fragilidade natural por ser arenoso, estava muito empobrecido pelo cultivo da cana de açúcar se optou pelo coletivo. O posicionamento ideológico do movimento também contribuiu para esta escolha, sobretudo porque neste período estavam latentes os debates sobre produção coletiva nos assentamentos. A fala de outro assentado que participou

destas discussões, deixa claro esta inclinação: “se buscava e achava mais viável desenvolver o assentamento através de cooperativa, também pelos problemas de solo e por ser perto da cidade” (entrevistado Sr. C.).

Inicialmente a COPAVI foi composta por 16 famílias. Como não era regra que as famílias envolvidas na ocupação fossem assentadas no local, o movimento realizou uma sondagem pelo estado do Paraná buscando pessoas interessadas em ingressar no projeto. Segundo a entrevistada Sra. T., que desde 1989 estava acampada em Guarapuava – PR, “os critérios eram basicamente ser sem terra e ter afinidade com a proposta coletiva”, ela e sua família chegaram à COPAVI no início do assentamento.

Passados os primeiros percalços da instalação da cooperativa, foi possível acessar os recursos do Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária (PROCERA) que foi determinante para a consolidação do projeto.

O PROCERA foi criado em 1985 pelo Conselho Monetário Nacional e extinto em 1999, tinha como objetivo viabilizar a produção nos assentamentos de reforma agrária. Através do programa era possível acessar até R\$ 7.500,00 para investimentos e mais R\$ 2.000,00 para custeio da lavoura. Para começar a pagar os assentados tinham dois anos de carência e depois mais cinco anos para concluir o pagamento. Segundo um dos assentados, “embora o valor não fosse muito, ajudou bastante” (entrevistado Sr. C.). A fala do assentado demonstra o papel importante que as políticas públicas exercem sobre o território, principalmente em momentos chave como são os primeiros passos para a concretização de um assentamento.

Os problemas da COPAVI não se restringiam apenas à esfera econômica e/ou produtiva, mas compreendia uma dimensão territorial maior, em face do impacto do assentamento para o município de Paranacity e o entorno mais imediato. Se problemas internos como a falta de recursos iniciais, o trabalho necessário para retirar a cana e depois preparar a terra, a construção das moradias, paulatinamente puderam ser resolvidos, seja por meio das políticas públicas ou pela solidariedade existente entre os sem terra, o mesmo não pode ser dito acerca de desafios externos ao assentamento, especificamente a sua legitimação social.

Para tanto, foi necessário romper com o estigma construído para minar a luta pela reforma agrária, e que baseia-se no pressuposto de que os sem terra são indolentes e oportunistas, envolvendo-se na seara apenas com o fim de “ganhar” a terra para benefício próprio e comercialização futura. Era necessário

externalizar o princípio máximo da reforma agrária, que é a apropriação da terra enquanto meio de trabalho e de vida.

Segundo um dos assentados (entrevistado Sr. C.) as estratégias adotadas foram distintas, uma delas era realizar suas compras sempre a vista, embora não fossem muitas eram frequentes, para com isso ganhar a confiança das pessoas. Como a produção da cooperativa ainda não atendia todas as necessidades das famílias muitos trabalhavam fora do assentamento, como temporários na lavoura, pedreiros, serventes e outros, sempre se dedicando ao máximo, “pois a população achava que a gente era tudo vagabundo, então trabalhando bastante ia mudando essa visão”.

Afora a dimensão do trabalho, investiu-se também em elementos de sociabilidade capazes de favorecer a legitimação social: o esporte. Os jovens organizaram um time de futebol para participar dos torneios locais, que são uma das atividades que mais agregam em cidades pequenas, dada a limitação do acesso às atividades de lazer. Aos poucos, foram se notabilizando, tendo muitas vezes recebido o título de equipe mais disciplinada.

Tais estratégias permitiram que, aos poucos, a comunidade fosse conhecendo os assentados, o assentamento e as dificuldades inerentes a essa condição, operando-se um processo de aproximação que fez os preconceitos ideologicamente plantados sucumbir. Atualmente a cooperativa é vista como mais uma unidade produtiva no município, não havendo qualquer restrição aos seus sujeitos.

Nesse contexto, novas lutas emergem: agora o desafio dos cooperados é fazer com que mais trabalhadores sem terra tenham acesso a ela, e para isso contribuem participando ativamente das lutas organizadas pelo MST. Muitos participam de bloqueios à pedágios, ocupação de prédios públicos e de terras, pois entendem que a luta não pode parar pelo simples fato de alguns terem conseguido a terra. Portanto, a COPAVI é mais uma pequena frente de lança que mantém viva a luta pela reforma agrária.

3.2 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA COPAVI: A LÓGICA ORGANIZATIVA

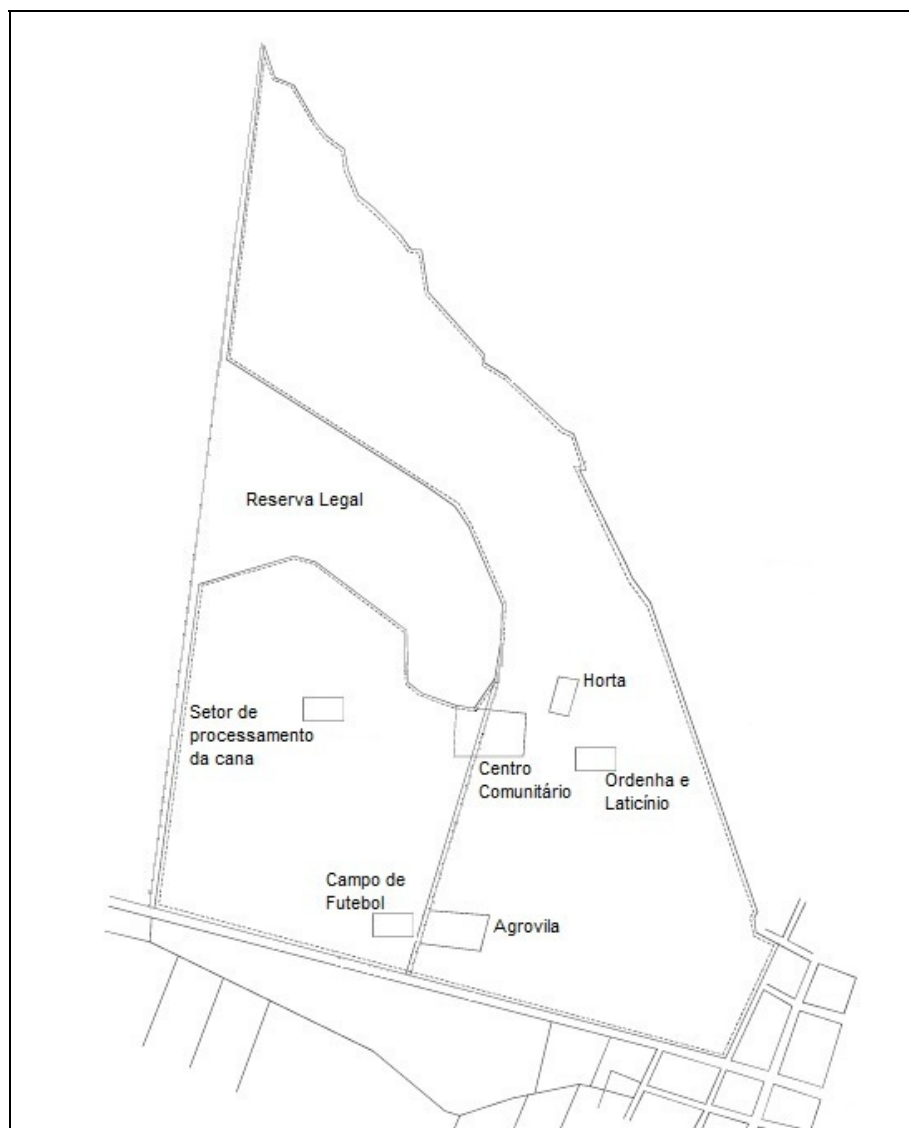
Na COPAVI a organização social do assentamento se confunde com a lógica produtiva da cooperativa. A convivência cotidiana extrapola os locais de

trabalho e se estende à vida de cada família, uma depende da outra, uma vez que as decisões tomadas nas assembleias não se restringem apenas à produção, mas também a vida social.

A produção é coletiva e basicamente organizada por setores, como podemos observar no artigo primeiro do Estatuto da Cooperativa: “todo o trabalho na cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica” (COPAVI, 2009).

A figura 06, a seguir, representa a distribuição das instalações físicas da cooperativa. É importante destacar que, em alguns casos, uma mesma instalação comporta atividades de mais de um setor.

Figura 6 - Croqui do ordenamento territorial da COPAVI.



Fonte: COPAVI (2009). Org. ZENERATTI (2012).

No setor de moradia (agrovila) estão localizadas todas as casas do assentamento, sendo 27 no total, embora duas delas sejam utilizadas como anexos de outras moradias. Há mais uma casa que atualmente está funcionando como sala de aula para as crianças e para reuniões, sendo que a maioria delas está em boas condições, tanto estruturais quanto de estética, atendendo adequadamente as necessidades dos assentados, como pode ser observado na figura 07.

Figura 7 - Casa em boas condições estruturais e estéticas.



Foto: ZENERATTI (2011).

As moradias são quase todas de alvenaria, apenas uma é de madeira, a área média construída de cada casa é de 90m². Todas têm água encanada (poço artesiano) e energia elétrica.

Do total de casas, apenas três estão em condições precárias, apresentando rachaduras nas paredes, telhado danificado e estrutura comprometida, das quais duas ainda estão habitadas.

Na figura 08 podemos observar uma dessas casas, e que segundo informações de campo, em breve será desativada, pois está em fase de construção uma nova casa para abrigar a família que ali reside.

Figura 8 - Casa em condições precárias.



Foto: ZENERATTI (2011).

Na figura 09 apresentamos um vista panorâmica da agrovila, possibilitando observar, além do padrão estrutural das casas, o conjunto de elementos que a compõem. Pois, vale ressaltar o quanto ela é arborizada, tranquila, quintais amplos e floridos.

A agrovila esta organizada em duas ruas sem pavimentação asfáltica, mas em bom estado, como se pode constatar pela figura 09, que mostra uma destas ruas. Este setor está dividido em dois núcleos, cada um representa uma das ruas e tem um coordenador com a função de organizar as discussões, tanto de ordem social quanto produtiva.

Figura 9 - Rua da agrovila.



Foto: ZENERATTI (2011).

As primeiras casas da agrovila foram construídas pelos assentados, por meio de mutirões, muitas delas de barro e cimento. Estrategicamente, no início do assentamento não se definiu como prioridade as moradias, mas sim a viabilização produtiva, que pudesse proporcionar a renda monetária, não indispensável para sobreviverem. Nas palavras de uma assentada: “no primeiro momento se priorizou a produção e só depois as casas, foi uma decisão coletiva, nós só conseguimos porque houve esforço coletivo” (entrevistada Sra. C.).

Posteriormente, a partir de recursos obtidos na Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), foram construídas 08 casas, que aos poucos foram sendo modificadas pelas famílias, também conseguiram recursos no INCRA para a reforma das demais casas. Atualmente, os gastos com esse item são menores, porque basicamente as demandas dizem respeito à manutenção das casas e da infraestrutura da agrovila, menos dispendiosa que a sua implantação. A maior parte dos recursos provém da própria cooperativa, sendo em regra escassos,

o que exige planejamento e senso coletivo, sendo as prioridades definidas em assembleia.

Na COPAVI as famílias são responsáveis por manterem todas as crianças frequentando a escola formal e a complementar. Quanto à educação formal, as crianças do assentamento a obtêm na escola municipal situada no sítio urbano de Paranacity. Todos os que se encontram em idade escolar relativo ao ensino básico tem a obrigação de frequentá-la, não sendo permitido o trabalho durante essa fase da vida. O transporte é realizado pela prefeitura, por meio de um ônibus que passa todos os dias na agrovila. Atualmente há 15 crianças frequentando a escola local.

Já as crianças com idade inferior a 14 anos frequentam também a escola do assentamento, a qual tem o propósito de suplementar os conhecimentos dos assentados, particularmente os que dizem respeito à formação cidadã de um sem terra. Logo, o conteúdo trabalhado privilegia temas relativos ao campo e à importância da terra enquanto meio de produção e meio de vida.

A escola do assentamento, embora ostente esta denominação entre os assentados, não se trata de uma escola formal, mas de um espaço de socialização política para as crianças, nos termos já descritos por Fernandes (1996). Três dias da semana (segunda, quarta e sexta) durante o período vespertino as atividades pedagógicas envolvendo a história da luta pela terra e outros temas que fazem parte do cotidiano das crianças são coordenadas por uma assentada - professora.

Segundo Fernandes (1996), a aproximação das questões cotidianas através de espaços como a comunidade, o sindicato, a escola, etc., constituem o primeiro momento da construção do espaço de socialização política, caracterizado como espaço comunicativo, lugar estratégico de formação da cidadania.

O espaço comunicativo é definido pelo objetivo a que se presta, uma primeira aproximação e socialização política das questões inerentes a vida dos sujeitos envolvidos.

O conteúdo do espaço comunicativo é então definido pela perspectiva das ações políticas dos sujeitos, por intermédio de sua práxis, organizados num processo pedagógico de desenvolvimento do conhecimento de suas histórias e de seus interesses. (FERNANDES, 1996, p. 229).

A escola no assentamento remete a este espaço, no qual as crianças começam a ter contato com os temas do dia a dia, são envolvidas nos processos dos sujeitos que desenvolvem as lutas e iniciam o desvendamento da organização social e do papel do movimento na luta pela terra. Como destaca Fernandes (1996, p. 228) “é o lugar e o espaço do conhecer e do aprender”.

No que se referem às decisões, na COPAVI, elas são tomadas a partir dos debates realizados nos núcleos da agrovila, as reuniões são quinzenais, se houver consenso entre os núcleos o conselho administrativo ratifica a decisão. Porém, se divergirem o assunto é encaminhado para assembleia, que a partir de votação delibera sobre o assunto.

Na prática as discussões cessam nos núcleos, cabendo ao conselho administrativo apenas expor as decisões nas assembleias para torna-las oficiais, principalmente para garantir que todos tenham conhecimento delas.

Em regra não há conflitos exacerbados entre cooperados, porém, em casos específicos é inegável que isso aconteça. Um fato a ser tomado como exemplo dessa situação envolveu a tentativa de autorização para que assentados pudessem manter uma pequena criação de galinhas para consumo próprio, portanto na modalidade de produção individual. Como não se chegou a um consenso nos núcleos, o tema foi votado, e também vetado, em assembleia, o que não impediu que o proponente adotasse a prática, à revelia do coletivo.

Trata-se, pois, de uma situação que revela uma conflitualidade mais profunda, porque há visões distintas acerca do modo de vida que deve prevalecer no assentamento, e que nem sempre convergem para os padrões de reprodução do campesinato. Em outras palavras, o coletivo nem sempre pode convergir para uma estrutura de produção econômica e reprodução social profundamente estruturada na dimensão unitária, que supõe gestão própria e autônoma segundo as conveniências da família. Criar aves é tão corriqueiro e mesmo vital aos camponeses que, no final das contas, a prática não foi tolhida, embora nenhum outro assentado a tenha adotado desde então.

Todas as decisões são tomadas seguindo esta lógica de discussão, para os assentados é uma forma de todos participarem da gestão da cooperativa.

Na esfera administrativa existem dois conselhos: o Conselho Fiscal e o Administrativo. O Conselho Administrativo é composto da seguinte forma: presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, dois

coordenadores de núcleo e os coordenadores dos setores, considerando que cada setor tem um coordenador. As reuniões do conselho acontecem mensalmente. O Conselho Fiscal, que têm a função de fiscalizar todas as ações da cooperativa, principalmente as relações comerciais e as prestações de contas, é composto por três membros eleitos em assembleia geral, qualquer cooperado pode votar e ser votado, desde que não haja impedimentos legais. O sistema adotado para as eleições segue o padrão trienal, inclusive para os cargos que compõem o conselho administrativo.

Segundo um dos cooperados em apenas duas ocasiões houve permanência, através de reeleição, dos presidentes, “em algumas ocasiões é até difícil encontrar quem quer ser presidente, porque a posição não gera *status*, nem qualquer outro benefício, pois o objetivo aqui é que todos sejam iguais” (entrevistado Sr. A.). Esta rotatividade nos cargos administrativos segue os princípios do cooperativismo elucidado por Rech (2000), que visa fortalecer o controle e a gestão democrática.

Na esfera social há um grupo composto por três pessoas que têm a responsabilidade de mediar conflitos de relacionamento entre as famílias e no interior delas, denominado Grupo de Gestores Sociais. Interferem na família quando identificam algum tipo de excesso, como negligência para com incapazes, agressões, alcoolismo, entre outros. O objetivo deste grupo é manter a convivência saudável entre as pessoas, pois isso é determinante para a sobrevivência da cooperativa.

O quadro social da COPAVI esta composto por 22 famílias (66 pessoas), todas elas divididas pelos setores de produção. No total são sete setores, cada um responsável por uma determinada atividade. O setor de moradia envolve as casas da agrovila, o setor de cozinha faz as refeições diárias, o setor de padaria produz pães e outros produtos, o setor de laticínio envolve todo o processo leiteiro, o setor de horta produz diversos alimentos, o setor canavieiro é responsável pelo cultivo e processamento dos derivados da cana de açúcar, por fim, o setor de comércio que faz a venda da produção.

A atividade canavieira é a que mais demanda mão de obra, pois envolve plantio, capina, colheita e produção de derivados. Essa cultura se constitui em principal fonte de matéria prima para a agroindústria, que atualmente esta

produzindo açúcar mascavo, cachaça e melado, todos produtos orgânicos, sem uso de qualquer produto químico, conforme se pode verificar na figura 10.

Figura 10 - Setor canavieiro (agroindústria).



Foto: ZENERATTI (2011).

A opção por essa atividade se deve à importante taxa de agregação de valor à produção, considerado obviamente a viabilidade segundo as condições edafoclimáticas do assentamento. O mercado também é fator decisivo na escolha por esta cultura, pois sem ele a obtenção de renda seria impossível, inviabilizando a produção.

Esta atividade representa a maior parte da renda monetária da cooperativa, principalmente o açúcar mascavo, que é comercializado junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também ao setor privado, que o obtém da COPAVI e vende com sua própria marca.

Segundo o coordenador da cooperativa, o valor do produto entregue às empresas é menor do que os praticados quando comercializados por outras vias.

Nesta relação os assentados acabam sujeitando parte da renda da terra ao capital, pois estas empresas compram o açúcar a preços menores para posteriormente revende-los, negócio que só é viável para a empresa mediante rebaixamento dos preços dos produtos camponeses. Muitas vezes diante da necessidade de comercializar a produção a cooperativa entrega o açúcar orgânico, que possui um valor de mercado superior, como açúcar convencional, o que na prática implica em perda ainda maior por parte dos assentados.

Cabe mencionar que determinadas políticas, a exemplo do PAA, fazem a diferença no tocante à viabilização dos assentamentos, e o caso da COPAVI, que têm nesse programa um importante parceiro para a recepção de sua produção a preços minimamente remuneradores, o confirma. O PAA é um programa do governo federal instituído em 2003 com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, formar estoques estratégicos e distribuir produtos agropecuários a pessoas em situação de insegurança alimentar. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) operacionaliza o programa, utilizando da compra direta, contrato de garantia de compra e compra antecipada, para viabilizar os recursos necessários à produção camponesa.

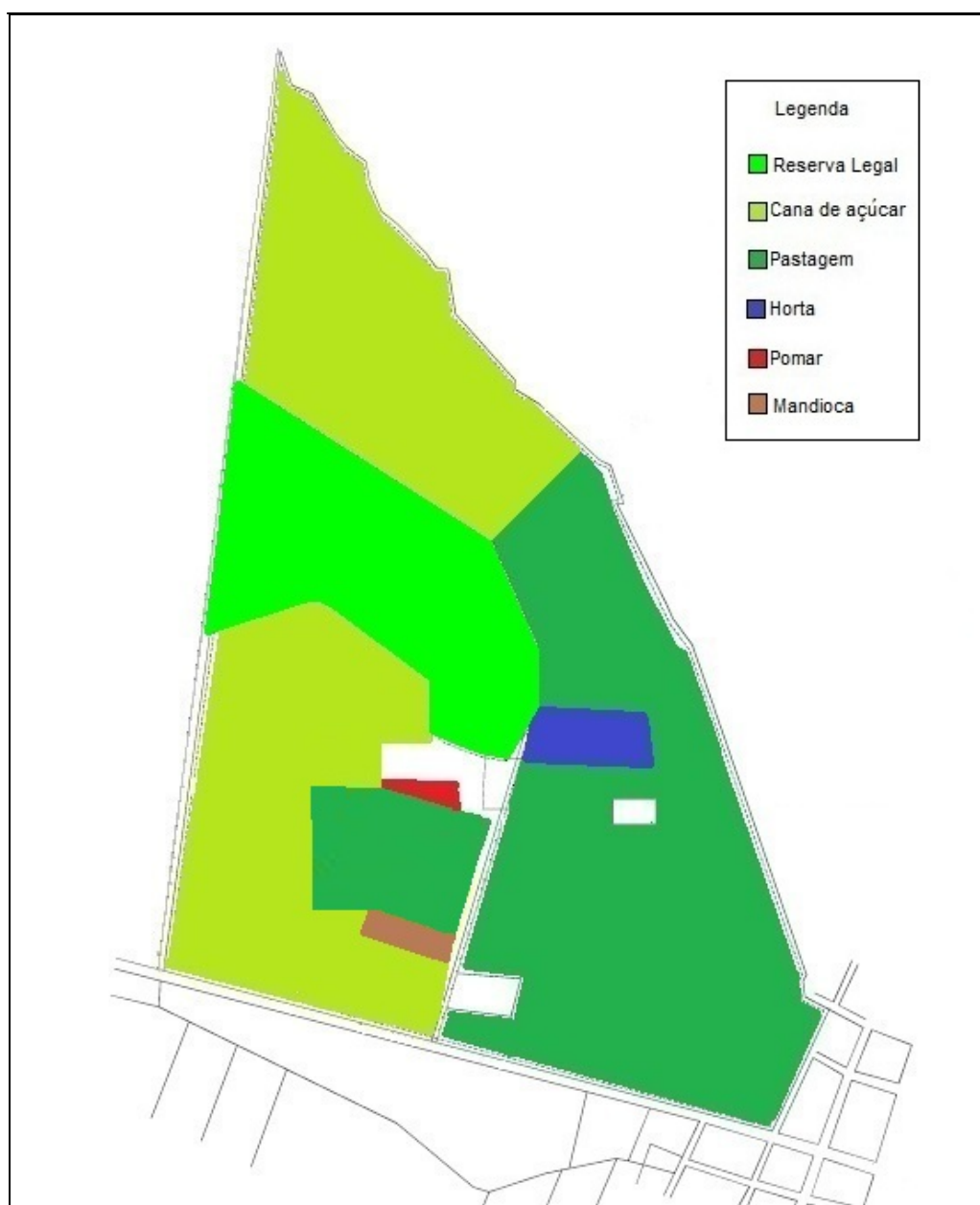
Por sua vez, outro programa oriundo de política pública do qual se vale a COPAVI para comercializar a sua produção também tem enorme relevância para a viabilização do campesinato, tanto o organizado em cooperativas, quanto os que produzem individualmente em assentamentos e em bairros rurais. O PNAE também é um programa do governo federal, mais conhecido como Merenda Escolar, embora atue de forma descentralizada. Os recursos repassados pela União e pelos Estados são administrados pelos Municípios que realizam as compras de alimentos para comporem as merendas das escolas públicas, respeitando as especificidades locais.

Uma das dificuldades encontradas pelos assentados nas negociações com o PNAE é que eles primeiro entregam os produtos e só recebem depois. Diferente do PAA que se constitui em compra antecipada, uma vez que logo após aprovação do projeto os assentados recebem o valor total do contrato, devendo cumpri-lo ao longo da obtenção das colheitas no ano agrícola.

Além do açúcar mascavo, a cultura da cana proporciona a produção da cachaça, cujos mercados são majoritariamente externos, como França e Alemanha. A área destinada ao plantio de cana de açúcar é de 80 hectares (na

figura 11 demarcamos a área das culturas), porém, muitas vezes a produção própria não é suficiente para abastecer a agroindústria, sendo necessário adquiri-la na região. Tal fato ocorre porque o assentamento dispõe de pouca terra, de modo que a área destinada ao plantio não pode ser aumentada sem comprometer a policultura segundo a estratégia de abastecimento para o autoconsumo requer. Mesmo assim, neste ano decidiu-se por expandir a área em meio hectare, o que obviamente não será suficiente para prover a agroindústria em sua totalidade, devendo apenas diminuir a dependência para com os fornecedores externos à cooperativa.

Figura 11 – Croqui do uso do solo na COPAVI.



Fonte: Informações colhidas em trabalho de campo, 2012.

Afora a agroindústria da cana, o setor lácteo é o segundo na escala de produção e rendimento monetário da cooperativa, sendo que tal atividade demanda 60 hectares de pastagem, onde são criadas 200 cabeças de gado. Atualmente há 62 vacas em lactação, cuja produção se destina para diversos fins, como produção de queijo, leite pasteurizado, iogurte e doce de leite. A foto a seguir mostra as instalações de ordenha da COPAVI.

Figura 12 - Instalações da ordenha mecânica da COPAVI.



Foto: ZENERATTI (2011).

Mais uma vez, os mecanismos de comercialização instituídos por meio de políticas públicas são relevantes para a viabilização do assentamento. Após processamento na agroindústria própria, a COPAVI comercializa leite e iogurte por meio do PAA, sendo que tais produtos são destinados às cidades de Paranacity e Cruzeiro do Sul.

Além do leite entregue ao PAA, há uma parte que é vendida nas cidades mais próximas, onde existe uma clientela cativa composta por

supermercados, padarias e pequenos comércios afins. Por fim, há ainda um excedente que é absorvido por meio da entrega a domicílio e também da compra direta na cooperativa.

Trabalhando desta maneira os assentados impedem que parte da renda camponesa seja usurpada pelo capital industrial, o que não os livra do capital comercial, guardadas as devidas proporções em termos da capacidade desses últimos em resguardar elevados níveis de assimetria nas trocas. Em suma, o porte e o poder de pressão dos supermercados, padarias e pequenos comércios em nada se compara com as grandes redes encontradas em cidades maiores, onde o capital comercial é muito mais eficaz para impor suas regras.

A estratégia de processar a produção própria de leite é decisiva para a auferição de melhores níveis de renda monetária, pois a atuação do capital industrial sobre o setor lácteo é predatória, como elucidou Paulino (2006). O governo manteve durante 45 anos uma política de controle de preços, considerava o produto estratégico para a viabilização da economia urbano-industrial, já que isso garantia certa margem de ganho aos produtores. Em 1991 sob pressão exercida pelos grandes grupos do setor houve a completa liberalização no setor, o que segundo Paulino (2006, p. 200) foi uma medida que pode ser comparada “ao galinheiro aos cuidados da raposa”. Ainda segundo a autora, isso possibilitou o fortalecimento dos oligopólios, provocando progressivo rebaixamento dos níveis de renda, principalmente dos pequenos produtores.

Sendo assim, ao manter um pequeno laticínio no assentamento, a COPAVI se esquia de uma modalidade de subordinação inscrita na lógica de monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1995), da qual definitivamente esse assentamento não tem como livrar-se porque não lhe é possível o completo autoabastecimento. Em outras palavras, tanto quanto possível, o capital elevará ao máximo o nível de exploração, sempre buscando se apropriar com avidez da renda camponesa, cabendo aos camponeses desenvolver estratégias de resistência.

Essa que parece uma saída banal no assentamento merece relevo, uma vez que os dados levantados por Paulino (2006) referentes ao norte paranaense mostraram que a condição de simples fornecedores de leite *in natura* não é confortável, mesmo os camponeses sendo numericamente maioria, já que o volume de leite por eles entregues às indústrias é pouco significativo. Porém, mesmo assim eles seguem fornecendo matéria prima à grande indústria, até porque não

seria oportuno para a última um nível de completa dependência para com os produtores capitalistas de leite, sob pena de uma desfavorável disputa em torno dos preços do leite no momento da captação.

Neste estudo a autora elencou vários mecanismos utilizados pelas indústrias para a monopolização do território, destacamos os seguintes: rebaixamento dos preços; *bônus* para os produtores que entregam maior quantidade, ou seja, o valor do litro de leite é progressivamente aumentado quanto maior for a quantidade do produto entregue; e a necessidade de modernização das instalações de armazenagem, elevando os custos de produção, sobretudo na compra de resfriadores que para os pequenos produtores oneram sobremaneira a produção.

Na COPAVI a possibilidade de processar o leite e também entregá-lo diretamente ao consumidor final confere autonomia ao trabalho camponês, principalmente se libertando das amarras que o capital industrial utiliza para subordiná-lo. Segundo a coordenação do assentamento, os valores do leite vendido pela cooperativa variam segundo a destinação, como podemos ver na tabela 09.

Tabela 9 - Destino da produção de leite e valores praticados.

Produto (Litro)	Comércio (Mercados, Pararias, etc.)	Entrega em domicílio	Laticínio
Leite	R\$ 1,35	R\$ 1,50	R\$ 0,75

Fonte: Informações da COPAVI, Maio de 2012.

É possível observar uma diferença de 100% no valor do litro de leite entre o laticínio e a entrega em domicílio. Segundo o cooperado Sr. C., existe uma decisão de entregar prioritariamente o leite em domicílio e aos programas governamentais, que na verdade, é mais que uma questão econômica, é uma questão política, pois elimina o atravessador e fortalece a produção camponesa. Atualmente só o excedente da produção é entregue para o laticínio, no mês de Abril/2012 foi menos de 15% da produção.

Afora o leite, há ainda a produção de derivados como queijo, iogurte e doce de leite, em que também se recorre à estratégia de entrega em domicílio. Com isso o setor lácteo do assentamento confirma a possibilidade de apropriação de

uma parte da renda camponesa que em outras situações ficaria nas mãos do capital industrial e comercial.

Ademais, a pecuária leiteira é uma garantia de fluxo monetário para a cooperativa, a necessária entrada de dinheiro para o pagamento de despesas correntes do assentamento, sem falar de sua importância para a alimentação das famílias, às quais é fornecido leite sem custos e segundo suas necessidades.

O leite é um bom exemplo do princípio que norteia as opções de gestão produtiva na COPAVI, cuja lógica é produzir para o comércio, sem desprezar a prioridade do abastecimento interno. Trata-se de um modelo baseado na policultura, que permite minimizar os efeitos causados pelas oscilações de mercado, reduzindo a dependência por meio da produção dos gêneros necessários à manutenção das famílias. Segundo Oliveira (1995), esta recuperação da prática policultora se opõe a lógica da especialização que o capital impõe à agricultura camponesa.

[É uma] alternativa defensiva [...] [que consiste] na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização [...]. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua ao máximo sua dependência externa. [E] ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de elevado valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros. (OLIVEIRA, 1995, p. 56).

Segundo essa orientação, na COPAVI há culturas que atendem prioritariamente as demandas internas de consumo, como a olericultura, para a qual é destinado meio hectare de terra, a mandioca, igualmente cultivada em meio hectare, assim como o queijo, produtos que somente são comercializados se houver excedentes.

Por outro lado, alguns cultivos não tem cunho comercial, sendo destinados exclusivamente para atender a demanda interna. Esse é o caso do feijão, que ocupa uma área reduzida no assentamento, cerca de 100 m², a mesma área ocupada com frutas. A criação de aves e pequenos animais segue a mesma lógica, conforme se pode observar na tabela 10.

Tabela 10 - Produção média da COPAVI e respectiva destinação.

Produto	Produção média mês	Produção Média Anual	Produto destinado ao comércio
Açúcar Mascavo (kg)	38.500	462.000	Sim
Melado de Cana (kg)	4.500	54.000	Sim
Cachaça (litro)	580	7.000	Sim
Leite (litro)	12.000	144.000	Sim
Queijo (kg)	10	120	Menor Parte
Iogurte (litros)	225	2.700	Sim
Carne Suína (kg)	35	420	Não
Carne Bovina (kg)	200	2.400	Não
Pequenos Animais (kg)	09	100	Não
Mandioca (kg)	42	500	Menor Parte
Feijão (kg)	125	1.500	Não
Frutas em Geral (kg)	25	300	Não
Verduras (kg)	70	840	Menor Parte
Milho Verde (kg)	30	350	Não
Gergelim (kg)	12	150	Não

Fonte: Informações colhidas em trabalho de campo, 2011.

Tanto quanto na cana, a produção na horta (figura 13) é realizada através do sistema agroecológico, orientado por uma assentada que recentemente concluiu o curso de tecnologia em agroecologia.

Neste tipo de produção não se utiliza produtos químicos, a adubação é realizada pelo incremento de bagaço de cana e esterco de gado. Para o controle das pragas usam-se plantas com características atrativas aos insetos, com isso eles não atacam a plantação. É atual o debate sobre agroecologia nos assentamentos ligados ao MST, na COPAVI não é diferente, embora reconheçamos a pertinência do assunto, não cabe desenvolvê-lo, pois certamente exigiria um trabalho à parte.

Figura 13 - Setor de horta, produção agroecológica.



Foto: ZENERATTI (2011).

No centro comunitário esta localizada a cozinha coletiva (setor de cozinha), a panificação (setor de padaria), o escritório administrativo e o minimercado. Na cozinha coletiva são servidas as refeições, café da manhã e almoço, durante a semana. A cooperativa utiliza alimentos produzidos internamente e complementa comprando o restante. Na Figura 14 é possível observar mulheres preparando o almoço. Os assentados pagam por essas refeições os preços de custo, esse serviço não tem o objetivo de majorar o caixa da cooperativa, ao contrário, é entendido como uma possibilidade de ressaltar a importância da coletivização e reforçar a sociabilidade.

Figura 14 - Preparação do Almoço.



Foto: ZENERATTI (2011).

A panificação tem como objetivo principal a consumo interno, mas o excedente também é comercializado. São produzidos pães, bolos, bolachas e outros produtos.

O minimercado se destina à venda de produtos aos assentados, a cooperativa compra mercadorias em quantidades maiores e revende a preços de custo. São normalmente legumes, verduras, frutas, etc., que não são produzidas no assentamento, como batata, cebola e outros. Não há uma diversidade grande de produtos e a disponibilidade depende da possibilidade da cooperativa adquiri-los a preços acessíveis aos cooperados.

Este sistema funciona na COPAVI sem a obrigação de compra dos produtos pelos assentados, pois como destaca Rech (2000) quando isso acontece há uma relação de dependência, ou seja, o assentado fica restrito a este caminho de obtenção de mercadorias.

No minimercado também estão disponíveis aos visitantes produtos da cooperativa, como cachaça, açúcar mascavo, iogurte, bolachas e doces. Há um

fluxo grande de pessoas no assentamento, principalmente escolas e universidades, que encontram na COPAVI um exemplo consistente de luta pela terra e pelo trabalho coletivo. Os cooperados também consideram importantes estas visitas, como destaca o assentado Sr. I.: “elas contribuem para disseminar o papel da reforma agrária e do cooperativismo, contribuindo para a mudança de visão da sociedade”, como destaca o assentado Sr. I.

Os assentados tem liberdade para consumirem os produtos da cooperativa, cada família pode retirar o necessário para seu autoconsumo, não há uma divisão em partes iguais, ou seja, uma família pode consumir dez litros de leite por semana enquanto outra apenas dois, as duas têm os mesmos direitos e o consumo maior não é cobrado. Como nem todos os gêneros alimentícios necessários à sobrevivência das famílias são produzidos no assentamento, a parte que falta é comprada no comércio local, segundo os assentados esse complemento significa menos de 50% do consumo mensal das famílias.

A relação que os assentados mantém com a cooperativa não se restringe às relações de produção, embora seja salutar o papel do cooperativismo para organiza-las. Ao priorizar atender as necessidades humanas, entendidas no rol das indispensáveis para à sobrevivência e que em nada se comparam com as necessidades gestadas no interior do mundo do consumo, evidencia que a reprodução social na COPAVI esta pautada sobre princípios coletivos e comunitários.

Porém, devemos esclarecer que o conceito de coletivismo não comparece aqui como sinônimo de comunitário. Pois, como explica Fabrini e Marcos (2010) eles não o são, embora tenham sido gestados no mesmo contexto histórico-político, no qual seus idealizadores³ vislumbravam uma revolução anarquista e já pensavam propostas para a organização desta sociedade.

A principal diferença entre elas está na forma de apropriação dos resultados do trabalho. Segundo Fabrini e Marcos (2010) na produção coletiva a participação nos resultados é baseada na justiça entre os homens e a distribuição se dá na mesma proporção em que cada um contribuiu para alcança-los.

³ Segundo Fabrini e Marcos (2010), Bakunin defendia a proposta coletivista e Kropotkin a proposta comunitária.

[...] organizar uma sociedade que, tornando impossível a quem quer que seja a exploração do trabalho de outrem, permita a cada um participar do resultado das riquezas sociais (na realidade produzidas somente através do trabalho), somente na proporção em que terá contribuído a produzi-las com o próprio trabalho (BAKUNIN, 1992 *apud* FABRINI; MARCOS, 2010, p. 31).

Já na proposta de produção comunitária todos terão acesso aos resultados do trabalho sem restrições, segundo suas necessidades, tal como ocorre na COPAVI, visto que cada associado tem a possibilidade de obter os produtos da cooperativa na medida em que necessitem para atender às suas demandas familiares.

[...] todos deveriam ter o mesmo direito de acesso às riquezas. [...] tudo deveria pertencer a todos e, uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho a produzir as riquezas, cada um teria o direito [...] de delas retirar o quanto fosse necessário para garantir a satisfação das suas necessidades com bem-estar (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 33).

Embora, as duas correntes apresentem distinção, na COPAVI elas estão conectadas. Ora a participação nos resultados se dá segundo suas necessidades, sem restrições, como é o caso do consumo do leite e hortaliças, em que prevalecem os princípios da produção comunitária. Entretanto, no que se refere à soma monetária destinado aos associados, prevalecem os princípios do trabalho coletivo, já que cada um terá sua remuneração medida pela quantidade de horas trabalhadas. Em outras palavras, cada um receberá conforme sua participação para a produção da riqueza.

O valor da hora de trabalho é calculado considerando a penosidade das atividades, ou seja, tempo de exposição ao sol, uso de força física, etc., embora não haja uma diferença significativa entre respectivos valores. A intenção é que todos tenham uma receita monetária muito próxima. Cada associado receberá a partir do controle destas horas.

Atualmente todos os assentados estão ocupados na cooperativa, havendo inclusive uma demanda adicional por mão de obra, razão pela qual há 10 funcionários contratados, sendo ainda necessário um incremento de cerca de 20 temporários nos períodos de maior trabalho, e que corresponde a cerca de três ou quatro semanas ao ano.

Devemos observar cuidadosamente esta questão, pois aqui pode haver uma contradição entre princípios e práticas no interior da COPAVI. Ao

empregar trabalhadores, temporários ou contratados fixos, haveria um distanciamento do horizonte que a legitima e dos próprios princípios que regem a lógica camponesa? Evidentemente, não se trata de uma resposta simples, pois há um limiar de difícil aferição: caso as estratégias de contratação da cooperativa sejam orientadas segundo critérios capitalistas, cuja força motriz e estímulo à produção sejam provenientes da potencialidade de auferir mais-valia, entendida como excedente do trabalho necessário à reprodução social dos trabalhadores, sem dúvida haveria na prática a renúncia aos princípios que a fundam, pois como explica Martins (2008, p. 66):

O que o operário precisa para sobreviver vem do trabalho necessário a essa sobrevivência. Ele, porém, é capaz de trabalhar mais tempo do que o necessário à obtenção de seus meios de vida. Ele é capaz de criar mais riqueza, mais valor do que aquele sem o qual não sobreviveria. Esse valor a mais, essa mais-valia, é o que excede a suas necessidades. Assim, além do trabalho necessário à continuidade de sua vida, ele produz também trabalho excedente. O trabalho excedente é aquele que o capitalista se apropria.

Porém, não é o que vemos no caso em questão, por dois motivos, primeiro porque estes trabalhadores representam pouco em termos de proporcionalidade, ou seja, a esmagadora maioria são cooperados. Os contratados atuam como complemento devido a demanda de trabalho e a insuficiência de força de trabalho no assentamento. Em segundo lugar destacamos a modalidade de acumulação camponesa, que segundo Chayanov (1974) têm o objetivo de aumentar a produtividade, reduzir o esforço e garantir um melhor bem estar para a família, e não com o fim de acumulação de capital a partir da exploração da mão de obra dos trabalhadores.

Neste sentido, segundo observado em trabalho de campo e confirmado nos relatos, os trabalhadores contratados fixos não seriam mais necessários se houvesse o número adequado de famílias assentadas (26 famílias), somente os trabalhadores temporários seriam suficientes. A quantidade de terra não comporta a ampliação de famílias para além desse número, pois não haveria geração de renda em termos proporcionais às necessidades daí decorrentes, porque ficariam ociosos na maior parte do ano. Chayanov (1974) contribui neste sentido ao dizer que não é possível, na unidade camponesa, dispensar ou contratar mão de obra segundo as demandas dos cultivos, pois a mão de obra é familiar, então constante.

Segundo Martins (2008) no mundo camponês este trabalho excepcional era tradicionalmente realizado por vizinhos, em mutirão, uma modalidade de ajuda mútua. “Embora, o mutirão ainda seja praticado, a demanda excepcional de força de trabalho em circunstâncias como essa tende a ser coberta com trabalho assalariado temporário” (MARTINS, 2008, p. 63).

O que devemos indagar é se tal relação altera significativamente o caráter camponês do trabalho. Segundo Paulino (2006) o que é relevante na unidade camponesa é a forma de organização interna, de modo que uma unidade produtiva, e assim podemos considerar a COPAVI, só poderá ser considerada capitalista quando incorporar essa lógica que, como visto, se expressa na exploração do trabalho alheio e no privilegiamento da acumulação de capital.

Outro equívoco é considerá-los a partir dos parâmetros produtivos capitalistas (*mesmo que venham a contratar mão de obra, essa assume sempre uma caráter complementar, portanto, não visão a auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio*) Resta, portanto, admitir que atuam a partir de uma lógica distinta à capitalista, pela sua própria condição social (PAULINO, 2006, p. 52, grifo nosso).

A utilização de mão de obra contratada aparece na COPAVI fundamentalmente como complemento, o objetivo é executar uma determinada tarefa que os associados dificilmente teriam condições de realizar sem força de trabalho complementar. Trata-se, portanto, de outra centralidade, distante da extração da mais-valia e da acumulação de capital.

Isso tanto é verdadeiro que a divisão interna do trabalho se dá pela aptidão de cada associado, não se busca o rodízio das tarefas, isso só acontece quando ocorre algum problema específico. Esta metodologia leva ao aperfeiçoamento que viabiliza o aumento em quantidade e qualidade da produção.

Embora a especialização reproduza um modelo consagrado pela produção capitalista, na COPAVI ela assume caráter diferente, uma vez que não busca extrair dos cooperados produtividade suplementar a ser convertida em mais-valia, senão em rendimentos a atuar positivamente no conjunto das receitas a serem revertidas a todos os cooperados.

Um aspecto também importante a ser ressaltado é a existência de coordenadores de setores, que embora sejam responsáveis por monitorar o desenvolvimento das atividades, controlar as horas trabalhadas e prezar pelo bom

andamento do trabalho, não desempenham função meramente administrativa e/ou fiscalizatória, pelo contrário, sua principal atribuição é trabalhar juntamente com os demais no desenvolvimento da atividade.

A relação entre o coordenador e os assentados é horizontalizada, não se enquadra no padrão capitalista de hierarquização, como indicado na fala de um dos assentados.

Sempre que podemos, discutimos como estão os setores, não tem ocorrido problemas, as trocas acontecem, até de coordenador. [Porque há trocas?] Normalmente para descansar um pouco o que estava na coordenação e também para que outros experimentem o trabalho [na coordenação]. [Como vocês fazem as trocas?] Primeiro se discute dentro do setor, depois vai para os núcleos e depois finalizamos na assembleia. [Os cooperados reconhecem o coordenador como chefe?] Não, chefe não. [Por quê?] chefe manda e os outros obedecem, aqui todos já sabem o que tem pra fazer (Sr. A.).

A organização utilizada nos setores produtivos advém das experiências mediadas por uma visão de mundo que não é própria do campesinato, mas que foi adquirida pela vivência dos assentados, tanto no mundo intelectual, uma vez que muitos possuem nível superior de instrução⁴, quanto da experiência de alguns como proletários.

Estas experiências, ao serem inseridas na dinâmica da cooperativa, ao mesmo tempo em que se confrontam com a tradição camponesa, pautada na tradição conservadora em oposição ao capital e à expansão das relações capitalistas, como destacou Martins (2008), também reproduzem contraditoriamente a tradição proletária, que é levada pelo capital a especialização do trabalho, ao trabalho fragmentado, ao não reconhecimento do trabalho no produto, como evidenciado por Antonello (2011). Porém, quando incorporadas pelos cooperados da COPAVI possibilitou organizar os setores produtivos sem reproduzir os níveis de exploração vivida pelo proletariado, tornou-se um instrumento com a mesma forma, porém, com outro conteúdo.

Segundo Martins (2008) a relação de trabalho no capitalismo acontece entre iguais, do ponto de vista jurídico, de um lado esta o trabalhador desprovido dos meios de produção, do outro esta o capitalista que possui estes

⁴ Entre os formados se destacam os cursos de Tecnologia em Agroecologia, Pedagogia, Agronomia, Ciências Contábeis e Administração.

meios, mas que necessita do trabalho do operário para fazê-lo funcionar. Para o capitalista o resultado desta relação é o lucro, enquanto para o operário é o salário.

Na COPAVI a categoria salário não existe, assim como não existe a figura do patrão, isso acontece porque não há venda de força de trabalho, ou seja, não é a cooperativa detentora dos meios de produção comprando a força de trabalho dos cooperados. A relação é inversa, são os cooperados se utilizando da cooperativa para inserir seus produtos no mercado em condições mais adequadas, sobretudo eliminando a figura do intermediário, que como destacou Rech (2000) é um dos papéis centrais do cooperativismo.

O retorno monetário que os cooperados têm é proveniente da venda dos produtos da cooperativa, ou em outros termos, o dinheiro que o assentado obtém é resultado da venda do fruto do seu trabalho, e não da venda de sua força de trabalho. Então os camponeses assentados se inserem no mercado pelo seu produto, diferente do operário que se insere pelo trabalho.

A categoria salário foi substituída pelo adiantamento que é calculado a partir do controle das horas trabalhadas nos setores. O adiantamento é mensal, representa todo o valor monetário que o assentado recebe no final do mês, em parcela única. É diferente daquele valor adiantado aos trabalhadores assalariados da iniciativa privada que recebem um adiantamento mensal, entendido como vale, que corresponde a 40% do salário pago na metade no mês e o restante no final.

A questão central na organização do trabalho na COPAVI é justamente a compreensão de que não há apenas um padrão predominante de relação social, mas uma reprodução contraditória da tradição proletária sem desconfigurar a lógica camponesa de produção, em última instância podemos dizer que elas se confundem.

Neste sentido, até mesmo o rendimento financeiro da família cooperada deve ser observado com maior cuidado, segundo a coordenação do assentamento o adiantamento mensal de cada associado é de aproximadamente R\$500,00. Porém, o cálculo a ser feito tem que considerar que além deste valor acrescenta-se moradia de boa qualidade, pois as casas são quase todas de alvenaria, água encanada sem custos (poço), energia elétrica, o consumo de alimentos produzidos na cooperativa, as duas refeições diárias servidas na cozinha coletiva a preços de custo e a segurança que o assentamento proporciona, sendo assim, os assentados possuem um padrão de vida razoável.

Eles conseguiram sair da condição de miserabilidade que se encontravam no início do assentamento, manifestada na ausência de produtos indispensáveis à sobrevivência humana, como alimentação, sendo necessária ajuda do MST para que sobrevivessem, situação superada atualmente e que pode ser mensurada através da quantificação dos bens e serviços a que têm acesso (tabela 11).

Tabela 11 - Perfil dos assentados entrevistados por situação do domicílio e existência de serviços e bens duráveis.

Existência de serviços e bem duráveis	COPAVI - Domicílios (%)	COPAVI - Domicílios (unidades)
Coleta de lixo	100%	13
Iluminação elétrica	100%	13
Linha telefônica instalada	-	0
Celular	100%	13
Forno de micro-ondas	18%	03
Geladeira ou freezer	100%	13
Máquina de lavar roupa	100%	13
Aparelho de ar condicionado	-	0
Rádio	72%	11
Televisão	100%	13
Videocassete / DVD	72%	11
Microcomputador	-	0
Automóvel particular	27%	04

Fonte: Pesquisa de campo. Org. ZENERATTI (2012).

O percentual alto de famílias com acesso a bens e serviços mostra a condição econômica da cooperativa, pois desde o início do assentamento a prioridade foi fortalecer a produção e posteriormente investir nas famílias. A partir da obtenção de recursos monetários há maior possibilidade de investimento em equipamentos que tragam melhores condições de vida.

Devemos contextualizar que o campesinato do século XXI faz parte de um novo momento histórico, ou seja, ele está inserido em uma ordem econômica, social e tecnológica diferente dos camponeses dos séculos anteriores, na medida em que os bens almejados são inerentes ao seu período histórico. Partindo deste ponto, as melhorias nas condições de vida a que Chayanov (1974) se referia, passa agora por bens que proporcionam conforto, lazer e acesso a informação. Como o carro, por exemplo, que possibilita visitar um parente distante ou se deslocar até a cidade para participar de festas regionais; o forno de micro-ondas que traz rapidez e comodidade no preparo dos alimentos; e o celular, encontrado em todas as famílias

entrevistas, que mantém as pessoas acessíveis, inclusive em algumas casas há mais de um aparelho.

Arauto do seu tempo Chayanov (1974) diferenciou a modalidade de acumulação capitalista da camponesa, em linhas gerais, na primeira o fundamento é a extração da mais-valia, situação totalmente diversa da segunda, que possui a família como centro da unidade de produção. Esta análise ainda prevalece intacta, sobretudo, imbuída da ideia de que a acumulação camponesa retorna à família na forma de melhorias nas condições de vida, porém, os elementos, ou objetos, que proporcionam estas melhorias se modificaram drasticamente com as constantes inovações tecnológicas. Isso certamente se materializa na compra de bens como geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, televisão, bens que proporcionam conforto as famílias assentadas na cooperativa.

Não é exagero reafirmarmos, como destaca Almeida (2006, p. 285) “que um certo aumento da riqueza entre os camponeses não deve ser confundido com acumulação capitalista”, e o trabalho de campo revelou isso, a renda excedente gerada pelos assentados converte-se em prol deles mesmos, sendo que provém do trabalho camponês, organizado e sistematizado através do modelo cooperativista, que em última instância serve como estratégia para os camponeses alcançarem as melhorias das condições de existência da unidade familiar.

Obviamente, a localização é um fator que, no caso da COPAVI, é uma grande aliada. A proximidade da área urbana contribui sobremaneira com o assentamento, a coleta de lixo, por exemplo, seria dificultada se ele estivesse localizado distante da cidade. A falta de automóvel também não é uma restrição, pois é possível ir caminhando até o centro urbano, com isso ressalta-se a condição diferencial desse assentamento para a consolidação do projeto.

Segundo Tsukamoto (2009) a localização do assentamento é um dos fatores que leva a diversificação das atividades produtivas pelo território da agricultura familiar. Na COPAVI a localização confere uma dinâmica produtiva e social particular, a produção e as relações comerciais são estabelecidas considerando esta característica, que em grande parte viabiliza negociações como a entrega de produtos em domicílio ou a retirada diretamente na cooperativa.

Entretanto, amenidades disponíveis majoritariamente nos centros urbanos, como telefone fixo e microcomputador ainda não se constitui em bem individual, mas o fato de não tê-los em casa não inviabiliza o acesso, pois há

disponibilidade na administração para uso coletivo. O acesso à internet está sendo ampliado, pois esta em fase final de implantação um telecentro no Centro Comunitário, o qual contará com quatro computadores com internet destinados ao uso coletivo.

Casas em excelentes condições, integralmente pagas, acesso aos serviços e bens duráveis, boas instalações dos setores produtivos, que dispõem de diversos equipamentos, como tratores (03), motocicleta (01), Kombi (01), tratores adaptados para trabalho na cana, conhecidos como motocana (02), caminhões (02) e micro-ônibus (01), comprovam que a COPAVI esta sendo gerida com responsabilidade econômica e social, sendo os resultados convertidos em melhoria da produção econômica e, por extensão, das condições de vida dos cooperados, já que são ao mesmo tempo proprietários e usuários dos meios de produção.

Schneider (1971) já havia afirmado que o cooperativismo esta amparado justamente na relação de ajuda mútua e no controle democrático da organização pelos seus membros. Embora o autor aponte a tendência de o cooperativismo se confundir com a racionalidade da empresa capitalista, transformando os associados em meros clientes dos seus serviços, isso não ocorre na COPAVI, sobretudo pela forma de divisão interna do trabalho e na partilha dos resultados, pois todos são remunerados conforme sua participação e dedicação ao processo de produção, comercialização e manutenção da cooperativa.

Contribui para isso a transparência na prestação de contas e na distribuição dos rendimentos, uma vez que todas as movimentações de caixa são disponibilizadas em edital na cozinha coletiva e também discutidas em assembleia, inclusive o valor monetário obtido por cada sócio.

É oportuno esclarecer que através do cooperativismo a COPAVI atingiu importantes resultados econômicos e sociais, tanto pela forma coletivizada de produção quanto pela capacidade de gestão dos sócios, que estão conseguindo manter o foco no coletivo.

Ao permitir que os assentados vendam direto para o consumidor final, essa forma de cooperação evita que parte da renda camponesa seja transferida ao capital comercial. Por outro lado, ao não vender a produção sob a forma de matéria prima para a indústria, uma vez que o processamento é realizado internamente, os camponeses também ficam livres da sujeição que o capital

industrial impõe, o que supõe dupla vantagem sobre as tradicionais relações de mercado comuns entre os camponeses.

3.3 OS SUJEITOS DA COPAVI: CONTRADIÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A RESISTÊNCIA DO ASSENTAMENTO COLETIVO

Para se tornar sócio/assentado da COPAVI o principal critério para adesão é se identificar com a proposta coletiva. Ao contrário do que se imagina, não é determinante o fato da família ter trabalhado no campo ou mesmo ser integrante do MST, como expressa o Estatuto da Cooperativa.

Art. 6º. Poderá ingressar na cooperativa toda pessoa acima de 18 anos, que reside na área de atuação, e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa. O número de associados não terá um limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 pessoas físicas (COPAVI, 2009).

O Estatuto impõe a obrigatoriedade de comprovar possibilidades de contribuir com o projeto, tal exigência será aferida durante um período de quatro meses de experiência, após o qual haverá uma avaliação em assembleia. Havendo decisão favorável a família poderá se associar e morar definitivamente no assentamento.

A seleção pode acontecer de duas maneiras, através de convite da cooperativa ou pelo interesse da própria família, nos dois casos os tramites para a adesão são os mesmos. O único valor cobrado para se associar é a cota capital de R\$135,00.

A adesão e a permanência não são obrigatórias, qualquer família pode se desligar a qualquer momento, sendo reembolsada do valor da cota capital e de possíveis investimentos realizados nas moradias ou afins.

As famílias assentadas na COPAVI atualmente são oriundas de diversas regiões do estado do Paraná e Santa Catarina, sendo necessário destacar que houve uma rotatividade grande na cooperativa, como relata um dos assentados, “durante os 18 anos de existência passaram pela COPAVI cerca de 40 famílias” (entrevistado Sr. I.), tanto que das 16 inicialmente assentadas restam apenas 06.

As consequências da saída dos cooperados se manifestam, de imediato, na produção, que ao perder mão de obra especializada na atividade, sofre

desestruturas passageiras, que tendem a ser superadas com o ingresso da família substituta, o que não quer dizer que não haja prejuízo às atividades a cada episódio dessa natureza. Por isso, os critérios de adesão não são rígidos, até porque aos que chegam, há dificuldades de adaptação ao campo, quando se trata de famílias provenientes do urbano, ao modelo coletivo e até de relacionamento interpessoal.

Para o coordenador da COPAVI a maior dificuldade é justamente a desistência das famílias, motivada pela dificuldade de adaptação ao coletivo, “por que aqui tudo é nosso, mas a tendência é de sobressair o eu sobre o nós”.

Por outro lado, esta dinâmica se mistura com diferentes trajetórias de vida: a COPAVI congregou no mesmo local sujeitos de origens e modos de vida distintos - muitos passaram, alguns se fixaram, outros ainda não se adaptaram. Este emaranhado de relações pode ser compreendido a partir das histórias de vida.

Por isso, buscamos entender a posição social destes assentados, seus projetos e dificuldades, que desembocam numa realidade marcada por encontros e desencontros, expressa, sobretudo na decisão de permanecer ou de deixar a cooperativa.

Na COPAVI, tanto quanto em praticamente todos os assentamentos no Brasil, sua instalação e consolidação é fruto da luta dos trabalhadores pela terra de trabalho, sendo esse o elemento que abre possibilidades para a territorialização camponesa. A Família do Sr. I., por exemplo, foi construída no seio da luta pela terra, em 1984 se casou e no ano seguinte deixou a propriedade de 12 hectares do pai na cidade de Capanema-PR para acampar. Segundo ele os motivos que o levaram a entrar na luta foram a impossibilidade de ficar com os pais devido o reduzido tamanho da propriedade, os convites do MST para participar de ocupações de terra e o trabalho feito pelo movimento no sentido de “mostrar a realidade dos latifúndios do país”. Antes de chegar à COPAVI em 1993 passou por acampamentos nos municípios paranaenses de Marmeleiro e Chopinzinho.

Esta dificuldade de se reproduzir como camponês está diretamente ligada à estrutura concentrada da propriedade da terra, como demonstramos no capítulo 01, uma vez que no Brasil ela assume caráter de mercadoria escassa, mesmo que artificialmente, devido a mecanismos que favorecem a posse para especulação e reserva patrimonial.

O cerceamento ao seu acesso atua no sentido de desequilibrar a relação oferta-procura, *ocasionando uma valorização que a torna [terra] inacessível à maior parte dos trabalhadores*, inclusive aqueles envolvidos em atividades agrícolas (PAULINO, 2006, p. 28, grifo nosso).

Esta realidade foi vislumbrada pela família do Sr. I. ao identificar que não haveria possibilidade de se reproduzir como camponês por outro mecanismo que não fosse a luta pela terra. Hoje acredita que fez a escolha certa, inclusive afirma que a faria novamente, se considera camponês e por ser filho de camponês está acostumado com o trabalho no campo. Sua atividade principal na cooperativa é no setor de laticínio, cuida do pasto e do empacotamento do leite, “por me achar dono sempre trabalho bastante, mais de 12 horas por dia, ajudo em todas as atividades, não pode pensar apenas em acabar o trabalho tem que pensar em trabalhar para melhorar a cooperativa”.

Há outra família na COPAVI que passou por situação semelhante a do Sr. I., porém, com um diferencial, além das impossibilidades oriundas da estrutura fundiária concentrada, o número de filhos da família camponesa foi determinante para a escolha de lutar pela terra.

A família em questão é a da Sra. T., ela filha de trabalhador rural que se casou com um camponês, como o pai dele tinha pouca terra (aproximadamente 20 hectares) e muitos filhos (05 filhos) o casal resolveu acampar, foram para o município de Guarapuava-PR onde permaneceram até 1993, ano que vieram para a COPAVI.

Segundo Ellen e Klass Woortmam (1997) o número de filhos na família camponesa leva a uma contradição, pois num momento são força de trabalho, possibilitando a reprodução familiar através da produção de um excedente, porém, em outro momento tornam-se herdeiros, e pelo fracionamento da terra podem levar a reprodução camponesa à crise.

No caso desta família é incontestável a relação entre o número de filhos e tamanho reduzido da propriedade, o parcelamento excessivo levaria a desestruturação da unidade camponesa.

Segundo a Sra. T. a aproximação deles com o MST se deu através das frentes de massa, que tinham a função de recrutar famílias para o movimento. Ela relata que não queria vir para uma cooperativa, mas fez a vontade do esposo, aponta que a maior dificuldade foi a adaptação ao trabalho coletivo. Atualmente esta

no setor de cana de açúcar (indústria) e o esposo foi liberado das atividades internas para cursar faculdade em Laranjeiras do Sul-PR, esta no segundo ano de Administração e Gestão de Cooperativas.

Na COPAVI já é possível encontrar famílias de segunda geração de assentados, como é o caso da Sra. D., filha mais velha (27 anos) do Sr. I., que mesmo depois de casada continuou residindo na cooperativa. Recentemente concluiu o curso de Agroecologia e contribui na produção agroecológica e no conselho administrativo. A sua satisfação com a cooperativa se confirma por sua intenção em permanecer na COPAVI.

A permanência da Sra. D., que pode ser considerada dentro dos parâmetros burgueses como capacitada ao mercado de trabalho, demonstra a negação à proletarização inexorável do campesinato. A luta camponesa para Fernandes (1996) é justamente contra esta possibilidade, antes operando numa perspectiva diversa da lógica do capital, na qual os camponeses não buscam apenas melhores condições de trabalho, mais o direito de propriedade. Para o autor “é por isso que estão ocupando terra, para continuar o seu processo histórico como lavrador, agricultor, camponês, etc., e não como trabalhador assalariado” (FERNANDES, 1996, p. 54).

É imprescindível ressaltarmos que o desenvolvimento do capitalismo no campo não gera somente a expropriação e o assalariamento, pelo contrário, este processo é contraditório, pois ao mesmo tempo o capital cria e recria o trabalho camponês, como destacou Oliveira (1995). Quando concordamos com esta tese estamos também dizendo que os camponeses assentados na COPAVI já demonstraram através da luta pela terra a sua resistência à proletarização, sobretudo, se apropriando de uma fração do território capitalista e o submetendo à lógica camponesa de trabalho.

Neste sentido a COPAVI é território de resistência, sua luta não se esgotou na conquista da terra, mas se renova a cada desistência, permanência ou nova adesão. A trajetória histórica do campesinato mostrou que esta classe não esta fadada ao desaparecimento, antes encontrou maneiras de resistir as diversas formas do capital intervir no território.

A família do O Sr. Cl. é exemplo concreto de dois mecanismos que atuam no campo brasileiro, primeiro a desterritorialização do camponês que frente aos grandes projetos criados pelo capital são expropriados. O segundo mecanismo

se fundamenta na reterritorialização destes camponeses, que por manter uma relação de reciprocidade indissociável entre sua vida e seu território resistem ao primeiro mecanismo de diferentes maneiras.

O Sr. Cl. reside sozinho no assentamento, esta na cooperativa desde o início, veio com seus pais da cidade de Salto Caxias-PR. O pai decidiu vir para Paranacity depois que teve suas terras desapropriadas para a construção da barragem da Usina Hidroelétrica Salto Caxias. A construção da usina hidroelétrica levou a família camponesa a desterritorialização, porém, a COPAVI surgiu como possibilidade de recriar seu território.

Em 1998 a família se desligou da COPAVI, utilizou o dinheiro da indenização pelas terras desapropriadas para a construção da usina para comprar uma propriedade de 40 hectares em Paranacity.

Quando perguntamos ao Sr. Cl. porque seus pais deixaram a cooperativa, ele respondeu dizendo que: “ele achava melhor ir para seu lote”. A resposta pode sugerir que a COPAVI, embora tenha sido importante para que a família permanecesse no campo, não tenha permitido florescer plenamente suas características camponesas, centradas na gestão familiar da propriedade, o que não é possível no assentamento.

Hoje o Sr. Cl. esta com 35 anos e não pensa em sair do assentamento, participa ativamente das ações do MST, inclusive ocupação de praças de pedágio e de fazendas. Acredita que o maior problema do assentamento é o desligamento dos jovens que vão tentar melhores condições de vida depois de profissionalizados.

Esta concepção sobre os jovens não é compartilhada pelo Sr. C. que também está na cooperativa desde o início, para ele a escolarização e a profissionalização contribuem para fortalecer o assentamento.

Em suma, a partir do diálogo com os assentados foi possível identificar que as opiniões divergentes entre os Srs. Cl. e C., decorrem da interpretação distinta dos processos em curso, ou seja, para o Sr. Cl. sair do assentamento para estudar impõe um ônus para à cooperativa, porque supõe a dedicação exclusiva aos estudos. Porém, há que se considerar que depois de concluído o curso ocorrerá o retorno à COPAVI, e é neste ponto que a afirmação do Sr. C. apresenta maior consistência, pois dos 08 cooperados que se ausentaram

para estudar apenas 01 se desligou, os demais ainda estão ligados à cooperativa, 03 atuando como “liberados” e os demais estão no assentamento.

Os “liberados” são cooperados que estão contribuindo com a luta pela terra de diversas formas como, por exemplo, prestando assistência técnica a outros assentamentos, lecionando em escolas do movimento ou participando de novas ocupações de terras.

O Sr. C. está aposentado, sendo assim, trabalha apenas 04 horas diárias na cooperativa na função de acompanhar as visitas de estudantes. Ele era proprietário de terra em Guaíra-PR, mas depois de sucessivas perdas de safras, devido a falta de chuva, não conseguiu pagar os financiamentos e acabou perdendo a propriedade. Passou a trabalhar de forma temporária nas fazendas da região, até que em 1984 foi participar das reuniões de trabalhadores sem terra em Cascavel, passando a integrar o MST desde o início do movimento.

Essa história de vida mostra que a unidade camponesa ocupa uma posição liminar, sua reprodução pode a qualquer momento ser desequilibrada, seja por problemas de saúde na família, equipamentos quebrados ou como no caso destacado, em função das condições naturais podem impor perdas sucessivas de safras. Neste sentido, Shanin (1983) explica que o camponês está sempre muito próximo de uma boa e uma má situação econômica, um desses imprevistos podem colocar a economia da família camponesa em situação desfavorável.

Como história que se repete, a manutenção do Sr. C. como proprietário foi comprometida quando a produção agrícola sofreu solapamento e as perdas das safras o levaram a se endividar no banco e, posteriormente, a não conseguir saldar as dívidas, acarretando a venda da propriedade. Cabe lembrar que o não pagamento dos financiamentos bancários, em regra, se deve à impossibilidade de fazê-lo. Almeida (2006) explica que mesmo a iminente possibilidade de perda da propriedade não é suficiente para fazer com que o camponês desista de tentar saldar suas dívidas, vendendo-na para esse fim. Diante desse cenário adverso o camponês acaba perdendo-na, porém, mantém o que Bourdieu (*apud* ALMEIDA, 2006) chama de *Habitus* camponês, que o motivará a lutar por outra terra e a construir novamente seu território.

O conceito de *Habitus*⁵ foi trabalhado por Almeida (2006) para compreender a recriação camponesa entre os assentados do Mato Grosso do Sul. Segundo a autora ele é resultado da aprendizagem do sujeito, mas não de forma aprisionante, como se limitada a reproduzir tradições familiares, ou seja, diante de situações novas o sujeito é capaz de inventar também novas formas de desempenhar velhas funções.

Dessa maneira, como o *Habitus* é produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, ele está articulado a uma condição social e também a uma posição social específica; portanto, ele não é um espírito universal, mas um agente em ação que, por meio de ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, ainda que implique conflitos, lutas e transformações (ALMEIDA, 2006, p. 196).

O Sr. C. construiu seu *Habitus* camponês experimentando a autonomia da terra de trabalho. Para ele a maior dificuldade encontrada na cooperativa “é que nem todas as pessoas se aplicam como deveriam nas tarefas do dia a dia”. E a maior vantagem é a segurança alimentar, uma vez que a produção da cooperativa atende às necessidades das famílias, seja pela produção dos gêneros necessários ao autoconsumo ou pelo valor monetário acessado pelos associados.

Os dois pontos levantados por ele encontram sentido na mesma lógica, a hierarquia da família camponesa. Primeiro é difícil para o camponês assumir que o trabalho que outras pessoas executam seja diferente daquele que ele mesmo desenvolve, inclusive a intensidade e o tempo de trabalho. Sobretudo, porque na unidade camponesa os filhos aprendem com o pai o sentido do trabalho, como destaca Almeida (2006, p. 331), “o trabalho é como um ritual em que os filhos, ainda jovens, são iniciados, convocados a aprender o [...] jeito do pai”.

A falta de “aplicação ao trabalho” pode ser compreendida quando observamos que a composição social da COPAVI é heterogênea, coexistem sujeitos diferentes, com isso as formas de conceberem o trabalho também são distintas, razão pela qual a insatisfação em relação ao trabalho alheio é uma constante.

Quanto à segurança alimentar, é salutar que para o camponês situado no topo da hierarquia familiar a preocupação com a comida seja relevante, pois a alimentação da família é tida como principal atribuição do pai. Segundo Almeida (2006, p. 303) “comida é mais que comida como alimento; na verdade sua

⁵ Almeida (2006) lembra que Bourdieu não trabalhou especificamente com o campesinato, porém, ela utilizou seu conceito de *Habitus* para trabalhar sob a ótica da recriação camponesa.

representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia”.

Uma das características da unidade camponesa é a produção de grande parte dos gêneros necessários à manutenção familiar, a COPAVI segue na mesma direção, por isso a alimentação não se configura como possível entrave para a reprodução camponesa, ponto destacado pelo Sr. C. como vantagem no trabalho coletivo.

Estas vantagens não foram determinantes para motivar a permanência da família do Sr. An. que deixou a COPAVI em 1998. Sua família residia em Cascavel-PR onde seu pai trabalhava de pedreiro, chegaram ao assentamento em 1995.

[Porque vocês vieram para a COPAVI?] Meu pai ficou sabendo do assentamento por um amigo dele, então veio conhecer, gostou e resolveu ficar. [Porque sua família saiu?] Minha mãe nunca se adaptou. [Ao coletivo?] Acho que nem era tanto o coletivo, mas o trabalho no campo é diferente da cidade.

Ao observar a divisão do trabalho na COPAVI notamos que realmente ele é diferente dos padrões urbanos. Em um dos trabalhos de campo na cooperativa observamos no edital, que fica na cozinha coletiva, uma escala de trabalho para os finais de semana. Era composto por atividades que não podem ser interrompidas seguindo uma divisão racional, como ordenha, cuidados com as vacas, molhar a horta e alimentação das aves, suínos, etc.

Este tipo de relação com a produção é típica do campo, sua constante demanda por cuidados esta diretamente ligada à manutenção da unidade camponesa. Vejamos este caso trazido por Tsukamoto (2009), que trata de camponeses que se dedicam a sericicultura.

O processo de produção de casulos necessita que o produtor se dedique tanto no cultivo da amoreira, para obter um fio de melhor qualidade, quanto nos tratos das larvas no barracão dando uma alimentação correta e cuidados sanitários adequados para a formação de bons casulos. É uma jornada de trabalho exaustiva necessitando dedicação de até 18 horas na 5ª idade do bicho-da-seda (TSUKAMOTO, 2009, p.11).

Embora seja um caso específico, no qual os camponeses encontram-se subordinados ao capital industrial, é comum no campo, tanto a jornada de trabalho exaustiva, quanto à sujeição da renda da terra. Devemos alertar que tal relação não ocorre na COPAVI, visto que o assentamento através de sua

organização em cooperativa escapa das diversas estratégias de apropriação da renda impostas pelo capital industrial, comercial e financeiro.

O Sr. An. está residindo sozinho na cooperativa. Fez curso superior na área de Administração e atualmente está na coordenação da COPAVI. Ele é outro caso dos jovens que estão se qualificando e permanecendo no assentamento, segundo ele a intenção é permanecer, pois se adaptou bem ao coletivo.

Na intenção de demonstrar a composição heterogênea da COPAVI, agrupamos na tabela 12 os assentados entrevistados considerando sua origem, ou seja, camponês, trabalhador rural ou trabalhador urbano.

Tabela 12 - Ocupação anterior dos assentados.

Identificação	Idade	Origem	Atividade anterior	Atividade atual na COPAVI	Ano de adesão à COPAVI
C.	71	Camponês	No campo	Visitação	1993
M.	26	Filha de camponês	No campo	Padaria	2009
Mt.	37	Filha de camponês	No campo	Ordenha e Laticínio	2000
T.	41	Filha de trabalhador rural	No campo	Indústria	1993
L.	47	Filho de camponês	No campo	Liberado	1993
Cla.	-	Filha de camponês	Comércio	Padaria	1996
Cl.	35	Filho de camponês	No campo	Horta	1993
I.	49	Filho de camponês	No campo	Pastagem	1993
An.	-	Proletário	Construção civil	Coordenação	1995
Cr.	24	Filho de camponês	Não trabalhava	Administrativo	1993
Ta.	33	Filha de camponês	No campo	Padaria	2012
A.	44	Proletário	Comércio	Liberado	1997
D.	27	Filha de assentado	Na COPAVI	Administrativo	1993

Fonte: Pesquisa de campo. Org. ZENERATTI (2012).

Como pode ser visto, as pessoas que estão desde o início do assentamento são de origem camponesa. Com exceção do Sr. C. que era camponês-proprietário os demais são filhos de camponeses, esses não experimentaram a autonomia direta advinda do controle próprio sobre os meios de produção, pois suas unidades familiares eram geridas por seus pais. Isto possivelmente ajuda a explicar a adesão ao coletivo da qual depende a permanência no assentamento. Vejamos a fala do Sr. Cl.: “[Como o senhor vê o trabalho coletivo?] Acho que é bom o trabalho coletivo, não vejo problemas, se fosse escolher novamente escolheria o coletivo. Hoje esta muito difícil tocar terra sozinho, juntos é melhor”.

Podemos entender que para ele o coletivo não restringe a liberdade do trabalho, pois provavelmente tenha como parâmetro uma inserção no mundo do trabalho como partícipe de um produto material que resulta de decisões não exclusivamente sob o seu controle. Tal possibilidade se estreita quando se considera os camponeses que tem na bagagem a experiência da gestão da unidade de produção a seu cargo, notadamente os chefes de família, que na lógica camponesa situam-se no topo da hierarquia no tocante às decisões sobre a condução da unidade familiar.

A maior parte das atividades que as “filhas de camponeses” desempenham atualmente na cooperativa não apresentam características tradicionalmente agrícolas, como padaria e indústria, já os homens estão direcionados para atividades como horta e pastagem, visivelmente há uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres participam menos dos trabalhos rurais. Isso se repete no mundo camponês, onde a atribuição do trabalho feminino em geral é delimitada pelo quintal da casa, cabendo aos homens tudo que o extrapola, como elucida Moura (1986, p. 54):

A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior de sua própria casa e no terreiro que lhe é contíguo. Há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis. Em certas áreas do Brasil rural, a mulher do sitiante não vai à roça trabalhar; em outras, o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, atividades que acumula com as tarefas desempenhadas no corpo da casa e no quintal contíguo.

Na COPAVI mesmo as mulheres executando as atividades em locais específicos, fora de suas casas (como padaria e indústria), a divisão sexual do trabalho se dá sob esta lógica, como se a produção adentrasse aos espaços de suas residências e a lotação delas preferencialmente nestes setores indicam esta relação.

A divisão do trabalho é fator decisivo para a permanência das famílias na cooperativa, um exemplo é o Sr. I. que acata sem pesar uma longa jornada de trabalho em atividades agrícolas, rejeitando veementemente as atividades administrativas e ou industriais que são desenvolvidas no assentamento. Isso porque em determinados setores de produção e de gestão a rotina de trabalho em nada difere daquela típica do mundo fabril, a exemplo da produção de derivados de cana de açúcar.

Se para os camponeses a rotina alienante de trabalho é inaceitável, para outros ela aparece como alternativa à baixa capacidade de auferimento de renda que o campo proporciona, quando não se tem como aliada a especialização e a escala, par indissociável da lógica de acumulação capitalista. Em tempos de economia aquecida e altas taxas de empregabilidade, o valor monetário dos salários urbanos tem contribuído para a queda na capacidade de mobilização, via acampamentos, pela realização da reforma agrária no país. Porém, trata-se de uma situação conjuntural e a demanda pela reforma agrária ainda é grande, como demonstramos no capítulo 01.

Aos que estão na terra, esse estímulo por vezes favorece a migração campo-cidade, particularmente dos jovens, que não vislumbram a multiplicação da terra no ritmo da multiplicação das famílias que tenderão a constituir. Obviamente esse fenômeno não pode ser colocado nos termos da tese da proletarianização inexorável, mas sim da lógica excludente gestada no interior do monopólio da terra, que faz com que muitos tenham terra insuficiente para a satisfação das mais básicas necessidades vitais.

Na COPAVI, isso tem sido um fator de preocupação. Uma questão levantada pelo Sr. An. diz respeito justamente às condições econômicas do país, ponto relevante na sua opinião para a avaliação dos motivadores da rotatividade das famílias, segundo ele as possibilidades de trabalho na cidade estão fazendo com que muitos busquem trabalho fora do campo, principalmente na construção civil, “é uma realidade do momento da economia brasileira e não é só na COPAVI que isto

esta acontecendo é dentro do próprio movimento e de outros assentamentos”, explica o coordenador da cooperativa.

Não obstante, isso parece não bastar, pois para além das contradições externas que, indubitavelmente, ameaça os assentados da COPAVI, como unidade de produção e território de vida que não reconhece o individual como princípio estruturante, há as contradições internas.

Portando, a desistência do projeto coletivo deve ser entendida dentro da própria lógica organizativa da cooperativa. O ponto central está na posição limite de existência da COPAVI, pois ela não é uma empresa propriamente dita, como também não é uma unidade camponesa administrada somente pelo chefe da família, ela está situada entre as duas ordens contrapostas e os processos se metamorfoseiam atribuindo uma configuração própria a esta parcela do território.

Almeida (2006) adverte que não é possível transformar alguém em camponês da noite para o dia, sobretudo, porque o *Habitus* de classe camponesa é construído ao longo da vida. Para estes sujeitos, não camponeses, o trabalho na cooperativa poderá ser facilmente aceito do ponto de vista da racionalização, porém, poderá apresentar-se como entrave quanto à realização das atividades, que apresentam características camponesas na maneira de executá-las e de se relacionar com o trabalho, exigindo pensar a cooperativa como unidade.

Na fala Sr. P., que é um dos assentados que deixaram a cooperativa, podemos notar também uma clara relação de descontentamento com o tempo de trabalho: “Eu trabalhava 08 horas por dia, e quando passava disso não sabia se iria compensar, agora como contratado já sei o que vou receber no final do mês”. Este assentado é contratado mensal, está lotado no setor de cana de açúcar. Antes de associar-se à COPAVI trabalhava como empregado rural na região de Paranacity, onde reside atualmente.

As entrevistas mostraram que a relação de grande parte dos cooperados com o trabalho é mediada pelo relógio, como podemos observar a seguir:

[Quantas horas por dia são trabalhadas?] Sra. M.: Eu trabalho oito horas por dia e 21 dias por mês. De manhã na Padaria e a tarde na escola do movimento com as crianças. Sra. Cla: Eu trabalho seis horas corridas, das 14:00 hs às 20:00 hs, pois de manhã estudo em Paranavaí, faço faculdade. Sra. T.: Eu trabalho oito por dia.

Porém, isso não acontece com todos os cooperados, o Sr. I., por exemplo, trabalha entre 10 e 12 horas por dia: “eu trabalho bastante porque sei que a cooperativa é minha, tem que trabalhar para melhorar mais as coisas”. O Sr. Cl. também segue a mesma linha: “quando não tem muito serviço trabalho nove horas por dia, mas as vezes ajudo em outros setores, aí passa disso”. Este “passa disso” pode ser entendido como prolongamento da jornada de trabalho mediante as necessidades da cooperativa. Podemos entendê-la segundo os parâmetros identificados por Chayanov (1974), que mostra a possibilidade da família aumentar o seu esforço em momentos de necessidade, porém, o diferencial é que neste caso é a cooperativa que deve ser entendida como unidade, observadas suas demandas e necessidades.

Estas diferentes maneiras de se relacionar com o trabalho são apontadas pelo Sr. C. quando diz “que nem todos se aplicam como deveriam ao trabalho na cooperativa”. São tarefas diferentes a serem executadas por sujeitos diferentes, que têm na relação de trabalho concepções próprias de sua posição social.

Na COPAVI, embora haja uma gama de equipamentos, a terra é limitada, por isso a trajetória do assentamento é marcada pela intensificação do trabalho, algo inerente ao modo camponês de fazer agricultura, como mostrou Ploeg (2008).

Relativamente à composição quantitativa da base de recursos, a mão de obra será relativamente abundante, enquanto os objetos de trabalho (terra, animais, etc.) serão relativamente escassos. [...] Este aspecto sugere que a produção camponesa é por tendência intensiva (isto é, produção por objeto de trabalho será relativamente elevada) e que *a trajetória de desenvolvimento será determinada por um processo constante de intensificação baseada no trabalho* (PLOEG, 2008, p. 61, grifo nosso).

O mesmo autor ainda esclarece ressaltando que a condição camponesa está organizada de forma diferenciada em relação aos demais processos agrícolas de produção, sobretudo pelas práticas distintas e pelos sujeitos envolvidos.

Na COPAVI esta organização pode não ser facilmente compreendida por aqueles trabalhadores habituados com o modelo de trabalho controlado pelo relógio, para eles a intensificação do trabalho pode ser entendida como excesso de

trabalho, que ao longo do tempo desmotiva a vida na cooperativa, principalmente porque os ganhos monetários podem não corresponder a essa intensificação.

Para os camponeses a questão se apresenta totalmente invertida, já que a intensidade e o tempo do trabalho não são obstáculos à sua reprodução, sobretudo, porque são nestas condições que eles estão historicamente inseridos, em última instância o trabalho é a garantia à manutenção de sua própria existência camponesa. Porém, há resistência quanto à racionalização do trabalho e da vida social, própria da condição limite que a COPAVI esta situada, entre empresa capitalista e unidade capaz de viabilizar a reprodução camponesa.

Um exemplo clássico da dificuldade dos camponeses em assimilarem o sistema coletivo às suas práticas sociais é o fato relatado sobre a restrição em manter sob controle familiar uma pequena criação de galinhas à qual o camponês se rebelou, como já mencionado anteriormente e aqui traduzida segundo suas próprias palavras.

Eu tive um problema grande aqui quando fui começar a criar umas galinhas, sabe como é, quando chega um parente ter um franguinho, ou ter um ovinho pra mulher fazer um bolo, sem ter que pedir pra ninguém, mas a assembleia não aprovou, disse que só pode no coletivo, então eu fiz assim mesmo, fiz um galinheiro pequeno e estou criando as galinhas, é pouca coisa só pro gasto, no começo todo mundo ficou me olhando torto, mas agora ninguém liga mais (Sr. I.).

Quando falamos em autonomia camponesa estamos falando deste tipo de situação, na qual o chefe da família pode decidir o que plantar ou que tipo de criação manter em seu quintal, sempre tendo como horizonte a manutenção da família, pois como destacou Chayanov (1974) ela é o núcleo central de reprodução.

Para Fabrini (2003) ocorre uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas coletivas trabalhadas pelo MST. Principalmente por possuírem projetos diferentes, os camponeses têm como projeto de vida uma relação hierarquizada ainda sustentada no gênero, já as cooperativas partem de um projeto de igualitarismo que limitam a autonomia da família camponesa.

Além disso, a produção camponesa não é apenas produção agropecuária. É mais do que produção agropecuária. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto classe e sujeitos do processo social. Implícito no conceito de camponês esta presente um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e tantas outras (FABRINI, 2003, p.120).

Embora não possamos nos deter em generalizações, podemos encontrar fortes indicativos que permitem dizer que os assentados que trazem na bagagem o *Habitus* camponês encontram maior obstáculo na forma organizativa da cooperativa, sustentada sobre regras rígidas, controle da produção e divisão do trabalho.

Por sua vez, os trabalhadores que passaram pela experiência proletária e assimilaram as formas racionais de trabalho, apresentam-se mais susceptíveis aos ditames do modelo cooperativista. Porém, nesse caso emergirão as dificuldades em se adequar à lógica camponesa, sobretudo no que refere-se ao tempo e a intensidade do trabalho segundo às necessidades da cooperativa e não o calendário segundo as normas trabalhistas vigentes.

Ademais, devemos alertar que esta análise não comporta uma leitura linear da realidade, pois segundo D'Aquino (2011), algumas famílias que passaram pela vida urbana e experimentaram o trabalho racional buscam no campo uma forma de escapar desta situação, por vislumbrarem um meio de comandar suas vidas, principalmente em assentamentos individuais.

Muitos assalariados que moravam nas cidades manifestam grande resistência ao “relógio ponto” e referem-se à terra própria como meio de comandar a sua vida. Para esses assentados a terra simboliza a realização do sonho de fartura e autonomia (D'AQUINO, 2011, p. 20).

Na cooperativa os sujeitos que buscam o assentamento como saída para o controle exigido pelo trabalho racional não terão êxito, pois encontrarão algo semelhante. A família do Sr. I. se deparou com tal realidade na COPAVI, sua filha (24 anos) se casou com um rapaz que trabalhava de soldador, vieram para a cooperativa, mas ele não se adaptou ao coletivo, hoje estão acampados no município de Congonhas-PR na intenção de conquistarem um lote individual.

[Sr. I., porque eles saíram?] Olha, ele sempre disse que aqui não era muito bom. Mas, a minha filha falou que ele não se adaptou ao coletivo, não podia nem sair sem avisar o setor, porque o trabalho tá lá pra ser feito, né? Ele queria trabalhar na roça sabe, na firma ele soldava para a usina, mas tá bom, logo eles vão conseguir o lote deles (Sr. I.).

Quando o assentado fala que não é possível sair sem avisar o setor no qual está lotado, observamos claramente a divisão racional do trabalho no interior da cooperativa. Apesar disso, acreditamos que o modelo organizativo adotado

apenas reproduz o gerencial, construindo uma relação de trabalho com conteúdo próprio e que em nada se compara com a relação capitalista de acumulação e exploração do trabalhador, como explicamos anteriormente. Mas, é inegável a reprodução da forma, principalmente expressa na produção setorizada e especializada.

A COPAVI por meio de seus critérios de adesão possibilitou que o território do assentamento se construísse a partir da heterogeneidade, abrindo a possibilidade para que convergissem para o mesmo espaço sujeitos sociais com projetos distintos.

De um lado, os trabalhadores passíveis de serem associados à experiência proletária, o que certamente influencia sua leitura de mundo, seus projetos imediatos e de longo prazo, que tanto dizem respeito às trajetórias individuais no interior do assentamento quando determinam o futuro da cooperativa. De outro lado, camponeses, que em algum momento experimentaram a utopia da autonomia na terra de trabalho, e cuja coletivização a tolhe profundamente.

Porém, ao mesmo tempo em que estas diferenças levam a um alto índice de rotatividade e se apresentam como desagregadoras para a experiência cooperativista, elas são em última instância uma estratégia de resistência e fortalecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) foi um desafio que transcendeu o desvendamento das contradições inerentes ao cooperativismo em sua fase atual, claramente em confronto com a lógica monopolista instituída como saída para a acumulação ampliada do capital. Compreender esse impasse foi uma das contribuições científicas a que nos propusemos, pois como lembra Lacoste (1988) combater no território pressupõe conhecê-lo profundamente. Por analogia, municiar os trabalhadores com a compreensão fina dos mecanismos de opressão é contribuir, mesmo que modestamente, com os parâmetros que necessitam para resistir, senão transformar a realidade circundante.

Para compreender a organização territorial do assentamento tivemos que nos deter às dinâmicas territoriais circundantes, sendo assim, não foi possível desconsiderar os processos históricos de apropriação territorial que foram simultaneamente privilegiando a burguesia rural brasileira e atribuindo ao campesinato um papel secundário nas políticas públicas.

Por isso, discutimos os termos da apropriação territorial ainda no período colonial, que para Silva (2008) desenvolve-se sobre dois pilares: o primeiro ligado a expansão europeia que influencia a forma de exploração econômica das novas terras, apontando o que se deveria produzir; o segundo caracteriza-se por ser uma colônia portuguesa, que implicou na transferência para cá do modelo de sesmarias.

Nesta fase a terra ainda não tinha ocupado a centralidade nas relações de produção, pois a posse era expediente relativamente simples, até mesmo para aqueles que não se adequavam aos critérios de concessão das sesmarias. Porém, com a Lei de Terras, já em 1850, o cenário começa a mudar, especialmente porque instituiu bloqueios ao acesso às terras, de modo que os camponeses se tornassem mão de obra nas fazendas, como elucida Martins (1994).

A Lei de Terras acabou por contribuir para a transformação da terra em mercadoria, mesmo que de fato ela não o seja, como mostrou Kautsky (1980), pois não é fruto do trabalho humano. Soma-se ainda o fim do trabalho escravo em 1888, que fará com que os fazendeiros que tinham seu capital imobilizado nos

escravos o transferissem para a terra. Estes fatos contribuíram para a consolidação da classe dos proprietários de terras.

Nestes termos, a terra no Brasil passou a desempenhar o papel de mercadoria e principalmente de reserva patrimonial. Segundo Martins (1983, p.166) isso confere aos proprietários o direito de se assenhorar de uma parte da mais-valia social, “mesmo que o proprietário não ponha a sua terra para trabalhar, ainda assim, ela lhe dará direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida”.

O caráter de mercadoria associado à possibilidade de auferir renda da terra sem precisar produzir, pois é possível obtê-la simplesmente pela venda (OLIVEIRA, 2007), a torna investimento seguro para os especuladores e inacessível a grande parte dos camponeses. O Estado contribui para o problema ao não realizar a reforma agrária nos parâmetros esperados pelos camponeses, exemplo disso foi o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I-PNRA) que teve menos de 10% do previsto implantado, como destacou Oliveira (1988, p. 92), e também o II-PNRA executado parcialmente pelo governo Lula, que implantou apenas 25% do que havia planejado.

Neste contexto, o solo agrícola segue concentrado, enquanto uns visam a produção em situações de retorno econômico compatível com os investimentos, outros optam pela improdutividade, porque ainda assim é possível auferir renda.

Diante deste cenário concentracionista, não coube aos camponeses a passividade diante da força dos proprietários de terras. Superada a repressão do Governo Militar, os camponeses passaram a lutar organizadamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi a maior expressão desta luta, pois a partir da organização formou estratégias que ao longo do tempo resultaram em grandes conquistas para os camponeses. Segundo Santos (2011, p. 04) foram assentadas 250.329 famílias no país em áreas obtidas de 2003 a 2010.

Longe de nos determos apenas em dados quantitativos, optamos por tentar entender a dinâmica socioterritorial de um assentamento de reforma agrária. O recorte espacial escolhido para esta análise foi a COPAVI de Paranacity-PR, assentamento organizado em cooperativa, que têm no trabalho coletivo os sustentáculos para a territorialização camponesa.

O modelo cooperativista esta pautado em princípios e propostas formulados ainda no século XIX, que ao longo do tempo foram sendo lapidados e

adequados as novas realidades, como destacou Rech (2000). Segundo Schneider (1971) o cooperativismo nasceu como uma proposta de cooperação mútua, que tomaria o lugar a competição e da ganância pelo lucro, se constituindo a base de uma nova sociedade mais justa e mais humana.

Porém, ao se expandirem pelos países capitalistas, fato que segundo Pinho (1966) ganhou maior expressividade após a primeira guerra mundial, estas propostas foram incorporadas à própria dinâmica de expansão do capital, o que significou sua anulação como estratégia para uma transformação total da sociedade.

No Brasil o cooperativismo teve papel decisivo durante a década de 1970 quando estavam em curso os planos para modernização do campo. Atuou como veículo dela, viabilizando o acesso a máquinas, insumos, crédito e comercialização da produção agrícola.

Na intenção de fortalecer a luta pela terra e promover a viabilidade socioeconômica dos assentamentos o MST também se lançou na empreitada cooperativista, porém, com um conteúdo ideológico diferente, sobretudo espelhado nas experiências desenvolvidas em Cuba.

Segundo Fabrini (2003) os debates sobre o trabalho coletivo nos assentamentos se intensificaram no início da década de 1990. O movimento vislumbrava nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) uma peça fundamental para a luta e resistência camponesa.

Estas cooperativas se caracterizam pela posse coletiva das terras, dos meios de produção, gestão e divisão comum dos rendimentos, e principalmente por, além de organizar a produção, manterem os assentados integrados ao movimento, participando politicamente dos projetos, buscando não romper com a identidade sem terra (FABRINI, 2003).

Porém, como destaca Fabrini e Marcos (2010), as CPAs não tiveram os resultados esperados pelo MST, a valorização da agricultura de negócio colocou alguns obstáculos, pois a força política deste modelo dificulta o acesso às terras de reforma agrária, infraestrutura, assistência técnica, financiamentos, etc. Soma-se ainda, os problemas de ordem interna como a estrutura hierarquizada de administração, dificuldades de gestão, estranhamento em relação às decisões coletivas e as dificuldades dos camponeses em aceitar a lógica empresarial de trabalho, amplamente presente nestas cooperativas.

Apesar das dificuldades há no Paraná cinco CPAs e seis Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). A COPAVI é uma das CPAs que está conseguindo atingir objetivos importantes na tentativa de promover a territorialização camponesa. Os assentados encontraram no cooperativismo uma estratégia de resistência, por meio dele superaram as dificuldades encontradas durante os primeiros momentos de formação do assentamento.

Atualmente estão conseguindo minimizar as interferências do capital no território camponês, especialmente porque o cooperativismo esta possibilitando que os produtos sejam comercializados diretamente com os consumidores finais. Produtos como leite pasteurizado, queijo, iogurte, açúcar mascavo e a cachaça, são produzidos na agroindústria do assentamento e vendidos nas cidades vizinhas, além dos contratos firmados com os programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que desempenham importante papel na comercialização da produção.

Ao eliminar a figura do intermediário, seja ele o capital comercial que adquire produtos camponeses para revendê-los nas redes de supermercados ou afins, ou o capital industrial que o compra como matéria prima para a indústria, os assentados escapam dos preços rebaixados que o capital impõe para se apropriar da renda da terra camponesa, possibilitando assim maiores ganhos monetários.

Certamente devemos ressaltar que o papel do cooperativismo na COPAVI é justamente este, viabilizar meios para garantir uma melhor qualidade de vida para os cooperados, atuando com a família no centro de suas ações, nos termos expressos por Chayanov (1974), o que não permite analogia a um empreendimento capitalista, que têm no centro a acumulação de capital.

Porém, é inegável que o modelo reproduza algumas características empresariais de organização, tanto que internamente a COPAVI é dividida em setores, cada um responsável por desenvolver uma determinada atividade, o que torna o processo segmentado. Busca-se também não realizar rodízio entre as tarefas, pois segundo o coordenador geral da cooperativa, a intenção é que os assentados se especializem naquela atividade, contribuindo para o aumento da produtividade.

Por outro lado, ao considerar que esta lógica produtiva não busca acumulação de capital e sim a manutenção das famílias assentadas, pois sem a necessária entrada de recursos financeiros o projeto não se viabilizaria, foi possível

identificar que ela assume conteúdo diferente da empresarial, embora reproduza a mesma forma.

Outra questão marcante é a existência de 10 trabalhadores permanentes, mais 20 temporários que são contratados apenas durante três ou quatro semanas no ano. Sabemos que esta relação poderia indicar um distanciamento dos princípios do trabalho coletivo e do horizonte de classe camponesa, o que não se confirmou, sobretudo porque os trabalhadores contratados mensais representam mão de obra complementar. Segundo Paulino (2006, p. 52) mesmo que os camponeses “venham a contratar mão de obra, essa assume sempre um caráter complementar, portanto, não visam a auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio”. Na COPAVI não é diferente, tanto que se houvesse a quantidade adequada de famílias assentadas, estes trabalhadores de contrato permanente não seriam mais necessários.

Atualmente há no assentamento 22 famílias sendo que o ideal seria que houvesse 26. Os trabalhadores temporários mesmo nesta situação seriam necessários, pois não é possível assentar mais famílias só para trabalharem alguns dias no ano, certamente não haveria como auferir renda suficiente para atender as necessidades de todos.

Problemas existem, próprios de uma fração do território que ocupa uma posição limite, entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de produção. A desistência das famílias é uma evidência disso, o que acaba contribuindo para a necessidade de contratação de mão de obra complementar.

Entender os possíveis motivadores para a desistência do projeto coletivo se configurou entre as tarefas mais difíceis a que nos propusemos. Para tanto, fizemos um resgate das origens dos assentados, no qual identificamos uma composição social heterogênea, composta por camponeses que em algum momento experimentaram a autonomia da terra de trabalho, por filhos de camponeses que por diversos motivos deixaram a propriedade da família para formarem suas próprias e buscarem seu território, por fim encontramos trabalhadores passíveis de serem associados a tradição proletária, pois vinham de uma relação de emprego desta natureza.

Estes sujeitos sociais inseridos na dinâmica produtiva e social da COPAVI reagiram de formas distintas, obviamente longe de querermos apontar verdades absolutas, o que seria impossível em se tratando de ciência, mas algumas

questões se apresentaram como determinantes nos relatos sobre a decisão de permanecer ou se desligar da cooperativa.

Para os camponeses assentados as regras do assentamento coletivo limitam sua autonomia, exemplos como o veto à criação de galinhas para consumo próprio, num sistema individual, revela isso, do mesmo modo que a luta por autonomia se revela na recusa em acatá-lo. Outro mal estar proveniente do coletivo diz respeito à maneira como os assentados desempenham suas atividades, havendo critérios de valoração por alguns deles sobre possíveis negligências, que em suas palavras decorreriam da ausência da herança camponesa, na qual os filhos aprendem as tarefas da propriedade ainda criança, aprendendo o jeito do pai, como esclareceu Almeida (2006).

As atividades são desenvolvidas com características camponesas, nas quais o trabalho é executado segundo o tempo dos cultivos e das criações, não excluindo finais de semana ou feriados. Soma-se ainda, a necessidade de em muitos momentos intensificar o trabalho e aumentar o seu tempo em prol do assentamento, sem outra garantia que não seja a manutenção da cooperativa, relação muito comum na propriedade camponesa, na qual normalmente a terra é limitada, por isso ela é marcada pela intensificação do trabalho.

Nesta lógica os trabalhadores não camponeses encontram barreiras para permanecer no assentamento, pois suas experiências no mundo do trabalho foram mediadas por contratos, que têm no tempo do relógio seu instrumento regulador. Tanto que um ex-assentado nos revelou seu descontentamento dizendo que, quando cooperado, muitas vezes trabalhava mais de oito horas por dia e não sabia se iria compensar, isso do ponto de vista financeiro.

O fato é que em ambos os casos, em algum momento a dinâmica interna da cooperativa poderá não ser compatível com as experiências anteriores e com os projetos de futuro dos cooperados, o que pode ser um fator desagregador. Durante os 18 anos de existência já passaram pelo assentamento cerca de 40 famílias e das 16 assentadas inicialmente permanecem apenas seis.

A COPAVI para minimizar os efeitos da saída das famílias adotou critérios de adesão flexíveis, não prioriza um determinado perfil de sujeitos passíveis de serem assentados, esta opção contribuiu para que a heterogeneidade se renove a cada nova adesão. Porém, como vimos há no mínimo quatro vagas para famílias

se associarem, o que revela que estes critérios não tem sido suficientes para estimular a adesão de novas famílias ao projeto coletivo.

A rotatividade tem sido parte da própria dinâmica interna da cooperativa e a ela pode ser atribuída, predominantemente, pois se por um lado o cooperativismo limita a autonomia camponesa, por outro exige um esforço considerado excessivo por muitos trabalhadores não camponeses. Sem dúvida a COPAVI é fruto desta composição heterogênea, com sujeitos oriundos de classes sociais distintas que conferem a esta fração do território uma materialidade nova e particular, que têm no trabalho coletivo sua base de sustentação.

Sem a pretensão de encerrar a COPAVI nela mesma, tentamos entende-la para além da forma, o que não significa que nos detemos em todas as possibilidades para tal, antes outras frentes de investigação se abrem, novas perguntas emergem, entre elas o papel da agroecologia como estratégia de produção capaz de agregar maior valor aos produtos camponeses, atrelado ao conteúdo político do MST que tem amplamente incentivado este tipo de produção. Outra pergunta que merece resposta é o grau de responsabilidade que os programas governamentais, como o PAA e o PNAE, têm na manutenção da cooperativa.

Por outro lado, de ordem externa, podemos nos questionar quais as possibilidades que as CPAs abrem, numa escala geográfica mais ampla, para a territorialização camponesa e sua reprodução segundo a lógica camponesa de trabalho e vida. Quais seriam os limites e as possibilidades para tal? Estas são perguntas que certamente merecem respostas, esperamos que, além de nós, outros também se sintam instigados por elas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ALCOOPAR. **Mapa distribuição das usinas de álcool e açúcar no Paraná**.

Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.php>>. Acessado em: 08 Mar. 2012.

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo, Unesp, 2006.

ANTONELLO, I. T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo – Território**. v. 6, p. 53-74, 2011.

ARANA, A. R. A; BALDASSI, G. A reserva legal no Paraná e os desafios à sua Implantação: um estudo sobre os produtores rurais no município de Paranacity-Pr. **GEOUSP, Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 23, p. 79-91, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de edições técnicas, 2008.

_____. Decreto-Lei nº 11.775, de 17 de Setembro De 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 Set. 2008.

_____. Decreto-Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 Dez. 1971.

CARVALHO, M. S. **A pequena produção de café no Paraná**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

CÉSAR, B. **Compreendendo a história**. Maringá: Lupi, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA - COPAVI. **Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória**. Paranacity-Pr. 2009.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.) **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 15-52.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

FABRINI, J.E; ROSS, D; MARQUES, E.B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**. Ano VIII. n. 16. p. 33-41. Primeiro semestre, 2007.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n 15, p. 59-85, 2000b.

_____. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIORENTIN, **MST e desenvolvimento local: uma experiência do assentamento “conquista na fronteira”/SC**. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FREDO, C. E. *et al.* Índice de Mecanização na Colheita da Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo e nas Regiões Produtoras Paulistas, Junho de 2007. **Agroanalysis**, v. 28, n. 3, Mar. 2008.

GARCIA JUNIOR, A. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 11 Jun. 2011.

GOMES, I. Z. **1957: a revolta dos posseiros**. 3 ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GRAZIANO, J. S; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, 1997.

GREMPEL, M. B. **Os assentamentos rurais coletivos do noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta**. 2000. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2000.

HARACENKO, A. A. S. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no noroeste do Paraná**. Maringá: Massoni, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 03 Nov. 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 10 Jan. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Jornal do INCRA**. n. 02. Dez. 2010.

_____. **Identificação dos Projetos de Reforma Agrária**. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>> Acessado em: 10 Maio 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico do município de Paranacity**. 2011. Disponível em: <www.ipardes.gov.br> Acesso em: 28 Nov. 2011.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988.

LOUREIRO, M.R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: _____ (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, v. 21/22, p. 23-34, 2009.

_____. MST: dilemas políticos e ideológicos do acesso à terra. **Ponto-e-vírgula**, v. 1, p. 139-153, 2007.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria da cultura e do esporte do governo do Paraná, 1981.

MARX, K. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret. 2 ed. 2010. p. 95-105.

NOVAES, J. R. P. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, M.R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 41-74.

OLIVEIRA, A. U. **Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula**. 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/62145490/R-020-Arioaldo-Umbelino-de-Oliveira>> Acesso em: 16 Nov. 2011.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor, 2007.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. ano 19. v. 2, n. 21, p. 113-156. Jul/Dez. 2003.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**. São Paulo, USP. v.15, n.43, p.185-206. Set/Dez, 2001.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia**. n. 25, p. 15-58, 1995.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. O que é renda da terra absoluta. **Orientações**. São Paulo: IG–Dep. de Geografia USP, n. 9, p. 77-86, 1986.

_____. Renda da terra diferencial I. **Orientações**. São Paulo: IG–Dep. de Geografia USP, n. 6, p. 93-101, 1985.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso Paraná**. 2 ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 111-128, set./dez. 2011.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PERISSATTO, E. B. **Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná: disparidades estruturais e impactos locais**. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

PAGAMUNICI, A. **Estudo dos referenciais de produção coletivo e individual dos assentamentos Santa Maria e Oziel Alves Pereira**. 2001. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2001.

PINHO, D. B. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

PLOEG, J. D. V.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALVI, R. F; ARCHELA, E; ARCHELA, R. S. Breve descrição da formação do território paranaense. In: FRESCA, T. M; SALVI, R. F; ARCHELA, R. S. (Org.) **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: EDUEL, 2002, p. 193-210.

SANTOS, R. O. C. O declínio da reforma agrária. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 45, p. 01-05, Set. 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_9_2011.pdf>. Acesso em: 16 Nov. 2011.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M.R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

Secretaria da agricultura e do abastecimento. SEAB. **Departamento de Economia Rural do Paraná, DERAL**. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137>> acessado em: 12 Fev. 2012.

SERRA, E. Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná In: **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL**. 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6246_Serra_Elpidio.pdf> Acessado em: 23 Mar. 2012.

_____. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo território**. v. 5. n. 9. p. 89-111. Fev. 2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**. Presidente Prudente-SP. ano 8. v. 7. p. 01-21. Jun./Dez. 2005.

SHANIN, T. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza, 1983.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2008.

STECA, L. C; FLORES, M. D. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. 2 ed. Londrina: EDUEL, 2008.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TSUKAMOTO, R. Y. Assentamentos rurais e a sericicultura como alternativa de renda: uma reflexão. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009, São Paulo. p. 01-16.

WACHOWICZ, R. C. **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, C. M. MACHADO, B. P. BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná–Departamento de História**. Curitiba: UFPR, nº 7 p. 1-51, 1968.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.